



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45

20ª Reunião da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, CTQAGR.

Brasília/DF.
11 de novembro de 2014.

*(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia*

46 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
47 **(Ibama)** – Bom, senhores, bom dia. Acabamos de alcançar o quórum
48 necessário para abrir a reunião. Gostaria de dar boas-vindas a todos,
49 agradecer mais uma vez a presença, as contribuições, essa que deve ser a
50 nossa última reunião não só do ano, mas também do nosso mandato.

51

52

53 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

54

55

56 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
57 **(Ibama)** – Imagino que não porque nós temos, aliás, vou abrir até chamando
58 atenção para o fato de que as Resoluções que nós tratamos aqui, boa parte
59 delas teve êxito no trâmite. Recentemente, nós tivemos a reunião da Câmara
60 Jurídica onde foi aprovada a Resolução de Ambiente Hídricos que deve ir para
61 Plenária na próxima reunião. A Resolução de PCB teve pedido de vistas por
62 parte da CNI, se não estou enganado. Mas vai haver uma Reunião
63 Extraordinária da Câmara Jurídica assim como uma Extraordinária do Conama
64 também. Então, nós ainda temos esperança de que nós tenhamos não só
65 aquela de PCB, mas também essa de qualidade do ar, talvez ainda apreciadas
66 este ano e, com isso, nós praticamente fecharíamos a nossa pauta.
67 Embalagem de agrotóxico também está em Plenário. Houve pedido de vistas
68 na Plenária e deve ser avaliada nessa próxima Plenária, agora 19 e 20 ou 18 e
69 19. 19 e 20. Então, assim, eu queria cumprimentar a todos porque, de fato, nós
70 conseguimos cumprir uma pauta bastante extensa, não simples e com bastante
71 êxito. Bom, então, vamos de imediato dar início à nossa reunião. Nós temos
72 um único ponto de pauta, que é a Resolução de Padrões de Qualidade do Ar.
73 Mas, antes, eu gostaria de saber se alguém tem alguma contribuição em
74 relação à transcrição da 19ª Reunião que deve estar disponível no site.
75 Aqueles que acessaram, se têm alguma correção a fazer? Alguma situação?
76 Eu queria destacar também a presença da Doutora Maria Cristina Poli,
77 representando o Governo de São Paulo, estreando na Câmara, ainda que na
78 última reunião. O Governo de Minas, a Doutora Zuleica disse que não estaria
79 presente, mas... Então, Minas está ausente. Também está ausente a Anamma
80 na minha substituição, o Doutor Pedro. Bom, antes de mais nada, nós temos
81 uma questão um pouco complicada para encaminhar que é o seguinte: eu vou
82 ter que dar uma saída às 11h, ou melhor, às 10h30 e nós estamos sem a
83 suplência da presidência. O Doutor Pedro, eu estava procurando o Pedro aqui
84 na lista, não sei o que aconteceu, ele sumiu da lista. E não está na reunião já
85 faz umas três ou quatro reuniões que o Pedro não comparece. Então, estamos
86 sem suplência, nós teríamos que escolher dentre os membros, só chamando
87 atenção, a minha saída deve ser rápida, eu só preciso participar da abertura de
88 um evento às 11h com a União Europeia, vou e volto. Então, devo chegar aqui
89 12h, 12h e pouco de volta, é por uma hora mais ou menos essa minha
90 ausência. Mas nós precisamos eleger um vice e na ausência do vice-
91 presidente e precisa ser um Conselheiro.

92

93

94 **SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Gerente de Projetos**
95 **DConama)** – Bom dia a todos. Márcio, só para auxiliá-los, seria, na falta do

96presidente e do vice, seria alguém para dirigir a reunião enquanto o presidente
97volta. Seria alguém só para esse período, é importante que seja membro da
98Câmara, simplesmente isso. Então, nós temos aqui de membros da Câmara:
99Maria Cristina Poli pela Ordem, Wanderley (CNI), Evandro (CNC), Mônica
100(Ministério da Saúde), Soares pela Funpapi e Manara pela Proam. São esses
101os membros, cabe a qualquer um dos senhores fazer essa condução dos
102trabalhos da Câmara nesse período. Nós prometemos dar o suporte.

103

104

105**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
106**(Ibama)** – Para me substituir. Porque eu vou explicar a razão do meu voto,
107primeiro o Doutor Evandro acompanha essa Câmara há bastante tempo e é o
108veterano aqui nessas nossas discussões. Segundo, a postura da CNC de uma
109maneira geral, mas do Doutor Evandro em particular sempre tem sido uma
110postura muito tranquila e de muita mediação. E, terceira, na polêmica que nós
111teremos aqui, a CNC não está claramente identificada com uma posição ou
112com outra. Então, por essas três razões, eu teria mais umas dez para elencar,
113eu sugiro o nome do Doutor Evandro. Aceita? Muito obrigado, Doutor Evandro.
114Todos concordam com a indicação?

115

116

117**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Funpapi)** – Ao Marcelo do Proam
118que assumisse nesse caráter transitório, a vice-presidência.

119

120

121**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
122**(Ibama)** – Então, temos dois nomes propostos. Mas eu gostaria de defender o
123nome do Doutor Evandro por uma razão muito simples, a Proam fez o pedido
124de vistas e nós vamos apreciar o pedido de vistas. Embora a coordenação seja
125naturalmente neutra por natureza, assim como também é a área da saúde, a
126própria área do meio ambiente tem posições bem claras nessa discussão,
127assim como os governos de Estado provavelmente também, é natural que
128todos tenhamos e é saudável que tenhamos e eu sei que a coordenação não
129atrapalha isso, não é essa a questão a discussão, mas era só para deixar a
130discussão mais tranquila.

131

132

133**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Bom dia a todos. Só para
134não perder mais tempo em polêmica, sendo pelo Doutor Evandro acho que vai
135ser bem conduzido.

136

137

138**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
139**(Ibama)** – Agradeço ao Manara pela posição. Eu acho que facilita mesmo o
140andamento dos trabalhos. E nos deixa com mais liberdade para nós, é
141importante a presença do Manara na defesa do pedido de vistas e tudo mais e
142a posição de coordenação, às vezes, até dificulta isso de uma maneira mais
143clara. Vamos tocar, vamos abrir os trabalhos e dar sequência rapidamente
144porque, em 35 minutos, nós conseguimos avançar bastante, até a minha saída.
145Eu posso sair um pouquinho mais tarde também, tem que abrir o evento lá às

14611h. Nós temos, então, um pedido de vistas para apreciar, que é o pedido de
147vistas da Proam.

148

149

150O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam) – Permita-me, Márcio. Antes
151disso, eu acho que temos uma questão de ordem aí em razão do ofício Proam
1520131114. Eu conversei com a Doutora Adriana há pouco, é necessário, como o
153Proam solicita, um dos itens solicitados é o imediato retorno da matéria de
154Revisão dos Padrões Qualidade do Ar - Resolução Conama 03 ao Grupo de
155Trabalho entendo que, antes de iniciarmos as discussões dessa, previstas para
156essa reunião, é a matéria que deve ser submetida à apreciação da Câmara
157Técnica, inclusive para, se for o caso, de votação.

158

159

160O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR
161**(Ibama)** – Ok. Eu vou fazer a leitura do ofício, eu confesso que eu não
162conhecia, vou fazer a leitura do ofício e aí nós passamos a considerar o teor do
163ofício. É um ofício do Proam datado de 3 de novembro de 2014 que requer a
164nulidade dos encaminhamentos a Câmara Técnica de Qualidade e Gestão de
165Resíduos durante a 7ª Reunião do GT proposta de revisão da Conama 03 de
16690. Ela é dirigida à Ministra como Presidente do Conselho Nacional de Meio
167Ambiente e o texto eu vou passar a leitura. Excelentíssima Senhora Presidente,
168tem o presente ofício a finalidade de solicitar de Vossa Excelência providências
169urgentes para sanar irregularidades que vem ocorrendo na tramitação da
170proposta da revisão da Conama 03/90, além da falta de atas ou transcrições
171nos referidos GTs - Grupos de Trabalho. Constatamos graves erros de
172procedimento regimental. Ocorre que, durante a 6ª Reunião do GT de 29 e 30
173de julho de 2014, ficou acordado que todos os proponentes deveriam
174apresentar as suas derradeiras contribuições para composição da versão suja
175da minuta para proposta de revisão do Conama 03/90 com o propósito de
176oferecer oportunidades para que todos analisassem previamente aquelas
177várias propostas em busca dos pontos possíveis ao consenso. Importante citar
178aqui que, durante a fala da senhora Letícia Fonseca do Ibama, eu acho que
179tem um erro aqui, tudo bem.

180

181

182O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam) – Corrigido no próximo
183parágrafo, mas esse passou por quem digitou.

184

185

186O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR
187**(Ibama)** – Está bom. Desculpa. No dia da apresentação da proposta da minuta
188pelo MMA-Ibama, foi confirmado o encaminhamento de que o MMA-Ibama iria
189apresentar uma proposta alinhada com a proposta dos Estados. Essa correção
190aparece aqui, Manara, no próprio texto? Porque o Ibama não é proponente, o
191Ibama não coordenou o Grupo de Trabalho, o Ibama não... Tudo MMA, onde
192leia-se Ibama, leia-se MMA.

193

194

195 **SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Tem que ser MMA, por
196 favor, no próximo parágrafo está posicionado correto.

197

198

199 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

200 **(Ibama)** – Leia-se MMA, assim como o nome dela também não é Letícia
201 Fonseca, a Doutora Letícia é diretora da área de Qualidade Ambiental em
202 Ambiente Urbanos. Bom, ao que parece em perfeita consonância com essa
203 informação, ocorreu que durante os trabalhos da 7ª Reunião do GT, 6 e 7 de
204 outubro, eu não sei se data aqui está certa, a 6ª foi em julho e a 7ª foi em
205 outubro, é isso? Ao que parece em perfeita consonância com essa informação,
206 ocorreu que durante os trabalhos da 7ª Reunião do GT em 6 e 7 de outubro de
207 2014, de forma intempestiva e surpreendente, posto que não atendeu aquele
208 acordo definido da 6ª reunião para o encaminhamento prévio de propostas e
209 mais grave ainda infringiu o artigo 52 do Regimento Interno do Conama, que
210 estabelece, no seu § 2º, os documentos para reunião serão disponibilizados no
211 sítio do Conama com antecipação mínima de cinco dias úteis, a apresentação
212 do MMA na pessoa da senhora Letícia Reis de Carvalho surgiu com nova
213 proposta na qual declinaram do prazo de 15 anos para atendimento dos
214 padrões, proposta anteriormente defendida pelo próprio MMA na pessoa do
215 senhor Rudolf Noronha e, em claro retrocesso, propuseram a alteração do
216 padrão intermediário PL1 na minuta de Resolução e cinco anos para mudança
217 ao PL2 e outros quatro anos, depois reduzido para um ano. Para se avaliar a
218 situação da poluição nos Estados e, a partir da avaliação, sugerir alteração do
219 padrão para PL3, ou seja, seis anos para se atingir o padrão equivalente ao
220 dobro do padrão final do OMS e ainda, na apresentação da proposta,
221 representando o MMA, salientou que aquele entendimento decorreu de ampla
222 discussão com o segmento dos Estados e com a CNI, o que comprovou uma
223 manobra nos bastidores com participação ativa do MMA para fortalecer a
224 posição liderada pelos segmentos que defendem o não estabelecimento de
225 prazo final. A articulação MMA, Estados, CNI impôs ainda a necessidade, não
226 devidamente justificada, de conclusão dos trabalhos daquele GT pela urgência
227 em submeter a minuta, mesmo com graves e insuperados dissensos para a
228 Câmara Técnica. Diante dessas irregularidades, o Proam, pelo seu
229 representante na 7ª reunião, senhor Marcelo Pereira Manara, questionou a
230 tardia apresentação de documento trazido pelo MMA alegando grave prejuízo
231 ao entendimento e a formação do juízo sobre a nova proposta e solicitou a sua
232 retirada de pauta, o que foi negado pela coordenadora senhora Zilda Veloso.
233 Posteriormente, o Proam encaminhou o ofício 02151014 à Câmara Técnica de
234 Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, na data de 16 e 17 de outubro
235 2014, solicitando a retirada do ponto de pauta e o retorno da discussão ao GT
236 para que se buscasse, na continuidade da discussão do Grupo de Trabalho,
237 subsídios técnicos para adequada formação de juízo de valor pelos
238 Conselheiros, já que a proposta oriunda da 7ª Reunião de GT era insuficiente.
239 A Câmara Técnica recusou a solicitação do Proam apenas concedendo vistas
240 ao processo, a entidade APROMAC, nossa suplente naquela reunião. Deixa-
241 me deixar claro que não foi pedido volta ao Grupo de Trabalho, o que foi
242 pedido foi retirada de pauta. E não o retorno ao GT.

243

244

245 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

246

247

248 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

249 **(Ibama)** – Sim, eu vou dar a palavra para todos. Vamos ficar tranquilos.

250 Lembramos ainda, senhora Ministra, o nosso produtivo diálogo ocorrido por

251 ocasião da última reunião plenária do Conama em que pleiteamos uma gestão

252 de choque diante do gravíssimo problema da poluição atmosférica,

253 especialmente porque no Estado de São Paulo estudos apontam morbidades

254 de 256.000 vidas humanas até o ano de 2020. Endossou nossa solicitação o

255 Ministério Público e o próprio Ministério da Saúde, na pessoa da Conselheira

256 Mônica Fragoso. Ressaltamos também que encaminhamos a Vossa

257 Excelência, há poucos dias, em conjunto com a Procuradoria da República a 3ª

258 Região, documento intitulado Manifesto por Ar Limpo com posicionamento de

259 movimentos de cidadania do Ministério Público Federal diante da gravidade da

260 situação. Ante o exposto, solicitamos que Vossa Excelência tome as medidas

261 cabíveis para a imediata regularização dos procedimentos internos do Conama

262 determinando: registro taquigráfico do inteiro teor dos trabalhos executados por

263 Grupos de Trabalhos e Câmaras Técnicas do Conama, imediato retorno da

264 matéria Revisão dos Padrões de Qualidade do Ar e Resolução Conama 03 de

265 90 ao GT, visando sanear os vícios de procedimento do referido Grupo de

266 Trabalho. Aguardando providências imediatas face a gravidade da situação,

267 subscrevemos, atenciosamente [Carlos Alberto Hailer Bocuhy](#), presidente da

268 Proam. Eu vou encaminhar da seguinte forma: nós temos aqui, na verdade,

269 uma série de colocações pelo Proam em relação aos procedimentos adotados

270 pelo Grupo de Trabalho que estariam contrariando o Regimento Interno da

271 Câmara, aliás, do Conama. Ao próprio procedimento da Câmara em negar o

272 retorno ao GT como, na verdade, eu já esclareci que não foi esse o pedido que

273 veio a Câmara e, finalmente, basicamente são essas questões. Então, eu

274 pediria, primeiro, à Doutora Zilda para esclarecer as questões do procedimento

275 do Grupo de Trabalho. Posteriormente, eu pediria para a Doutora Adriana

276 esclarecer as questões referentes ao Regimento Interno e a possíveis

277 descumprimentos do Regimento e, finalmente, nós abriríamos a palavra para

278 nós discutimos a questão.

279

280

281 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

282

283

284 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

285 **(Ibama)** – Já que você foi citada, foi citada tem direito de resposta. Eu só vou

286 esclarecer, na verdade, a Saúde foi citada só na reunião que houve com a

287 Ministra do Meio Ambiente, eu vou recuperar aqui o texto, só para esclarecer.

288 Fala o nome da Mônica. Eu vou ler o parágrafo inteiro. Lembramos ainda,

289 senhora Ministra, nosso produtivo diálogo ocorrido por ocasião da última

290 reunião Plenária do Conama em que pleiteamos uma gestão de choque frente

291 ao gravíssimo problema da poluição atmosférica especialmente... Endossou a

292 nossa solicitação o Ministério Público e o próprio Ministério da Saúde, na

293 pessoa da conselheira. Só para deixar tudo bem claro. Vamos com toda calma,

294 não há necessidade nenhuma de...

295

296

297A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (Diretora de Ambiente Urbano do
298MMA) - Manara, é lamentável que o Proam use esse tipo de artifício. É
299engraçado porque o Proam teve tanto critério em cobrar uma revisão das
300Resoluções relativas a qualidade do ar e agora parece que está procrastinando
301o processo de discussão. Então, assim eu fico surpresa e com a quantidade de
302inverdades. Eu só posso entender, como o Bocuhy assina isso, mas ele não
303estava aqui, que me parece que você não entendeu direito o que se passou
304aqui, tanto no GT quanto na última reunião. Primeira coisa que eu gostaria de
305esclarecer, eu falei, não foi nem a Doutora Letícia que falou, na última reunião
306do GT, que o Ministério tinha se debruçado junto com os Estados para fazer
307alterações, sugestões ao texto e que, devido ao fato dessas sugestões terem
308que passar a instâncias superiores, ao Secretário, ao Secretário Executivo, ao
309gabinete da Ministra, não houve tempo hábil de colocar aqui. Eu falei isso,
310aqueles que estavam presentes na reunião podem ter a mais pura lembrança
311do que eu falei e falei que a cada ponto de pauta. Então, eu não entendo as
312acusações à Doutora Letícia porque ela não fez proposta alguma, o que ela foi,
313a cada ponto de pauta, colocar as propostas de emenda, coisa que qualquer
314um no GT pode fazer, qualquer um no GT pode fazer proposta de emenda. Eu
315fui clara, o Ministério fez várias propostas de inserção no texto todo e gostaria
316de ter colocado isso dentro do prazo, não foi possível, não porque eu, Rudolf
317ou a Letícia não quiséssemos porque nós tínhamos que passar isso para a
318aprovação superior e isso demorou. Como demorou, foram apresentadas
319emendas. Então, não aceito isso como prerrogativa, acho isso que está
320completamente falseando a verdade. Segundo ponto que não fui eu que neguei
321o ofício do Proam na 7ª Reunião questionando a tardia apresentação, não fui
322eu que neguei, simplesmente, diante o Proam pelo seu representante da 7ª
323reunião da Câmara Técnica, não do GT, foi na Câmara Técnica que o Proam
324pediu isso, da reunião passada. Então, faz uma confusão diz que fui eu que
325neguei. Eu nem presido a Câmara Técnica, quem preside é o Márcio Freitas.
326Então, tem umas coisas que estão completamente fora da verdade. Eu acho
327que é um documento que não dá nem para ser analisado porque já começa
328com um monte de erros. Outra coisa é o seguinte: isso é uma coisa recorrente
329aqui dentro, eu já coordenei vários Grupos de Trabalho no Conama, reuniões
330de Grupos de Trabalho de acordo o Regimento, elas não são taquigrafadas,
331elas não são taquigrafadas, é feito um resumo de reunião, sistematicamente as
332ONGs têm falado isso aqui. Já ouvi da boca da Doutora Zuleica Nycz isso
333várias vezes, Reunião de Grupo de Trabalho tem um resumo de reunião, ela
334não é transcrita, ela não é aprovada. Nós tentamos votar tudo em consenso.
335Então, é lamentável que nós, mesmo fazendo todo esse esforço para ver essa
336discussão avançar, veja, da própria ONG que propôs isso daqui, um retrocesso
337tão grande. Eu fico estarecida.

338

339

340O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR
341(lbama) – Adriana, para esclarecer a questão regimental, depois Doutor
342Manara para fazer a réplica.

343

344

13

7

14

345A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Gerente de Projetos
346DConama) – Então, Manara, isso foi recebido pelo gabinete da Ministra e o
347que DConama fez foi encaminhar uma nota com os esclarecimentos para
348prestar os esclarecimentos, primeiro, a ela, a quem foi dirigido esse ofício.
349Claro que tem aqui uma questão que tem que ser resolvida pela Câmara, que é
350o que acho que interessa mais para a Câmara, que é o que o Proam propõe,
351que é o retorno ao Grupo de Trabalho. O que me compete fazer é esclarecer
352as questões de Regimento, então, só as questões formais. Realmente, Manara,
353o Grupo de Trabalho não tem obrigação nem prevista em Regimento e nem o
354hábito de fazer nem gravação e nem transcrição. Em março, nós recuperamos
355um ofício nosso interno em que nós pedíamos a alteração no contrato de
356estenotipia para aumento nas horas, ele era do Robson, já percebendo que era
357importante esse avanço, por uma questão de transparência, de que passasse a
358ser gravado os Grupos de Trabalho. Isso eu acho que pode ter havido uma
359confusão na percepção de vocês. Então, eu estou procurando deixar bem
360claro, não há obrigação no Regimento, nunca foi nem gravado e nem transcrito,
361só que, de março para cá, nós, Departamento de Apoio, percebemos a
362conveniência de fazer isso e pedimos um aumento nas horas. Então, a partir de
363setembro, nós estamos em novembro, começou a ser gravado. Nós temos
364algumas gravações desses GTs e a transcrição disso, por isso é que não vai
365para o site, não existe a transcrição disso. Então, como não era obrigatório, era
366uma coisa a mais que nós estamos fazendo, nós temos gravação. Se vocês
367quiserem ter acesso existem alguns GTs de Qualidade Ambiental que têm, as
368últimas reuniões têm a gravação disso, não tem estenotipia e não está no site
369por isso, por que nunca teve e nunca foi colocado. E, evidentemente, para o
370ano que vem, podemos buscar isso como implemento, mas isso depende de
371alteração de contrato porque as horas que nós temos são para Câmara
372Técnica e Plenária. Então, essa primeira coisa, eu acredito que esteja
373esclarecida. A outra coisa é um acordo que houve na 6^a Reunião do GT para
374que as pessoas encaminhassem por escrito as emendas que estariam
375propondo. Realmente, o relato que nós tivemos, eu não estava nessa reunião,
376é de que houve sim esse acordo, depois a Zilda pode referendar, mas, mais
377uma vez, é um acordo que visa a correta compreensão de todos por aquilo que
378todos estão colocando. No GT, na Câmara Técnica e na Plenária, é aberta a
379possibilidade de emenda na hora, quem participa de Plenária sabe disso. Nós
380pedimos que seja feito antes. Os documentos obrigatórios de reunião são
381pareceres, tanto pareceres de quem pediu vista quanto os pareceres técnicos
382que embasam a matéria. Agora emendas ao texto, elas são aceitas na hora da
383reunião. O acordo foi feito e não foi regimentalmente descumprido porque não
384há obrigatoriedade para ele, o que aconteceu foi que o Ministério não
385conseguiu fazer, como a Zilda falou, por uma questão de passar por todas as
386suas instâncias, apresentou na hora, assim como qualquer um poderia
387apresentar na hora as suas emendas. O que houve foi uma não explicitação de
388alguma coisa e uma dificuldade de quem estava aqui presente ter uma posição
389formada e trocar ideia com os seus pares, etc. Mas a discussão aconteceu e o
390que Grupo de Trabalho entendeu era que estava maduro suficiente para ir para
391a Câmara. Como o grupo não vota, o grupo trouxe para Câmara os dissensos
392e, aí a partir daqui, é que se propõe que haja realmente uma compreensão
393maior. Na Câmara passada, aí fui eu que falei, houve um pedido de retirada de
394pauta pela Zuleica, vindo como suplente na vaga das ONGs, e ela como a

395entidade dela. Então, ela fez, a pedido da Proam, a pedido do Bocuhy um
396pedido de retirada, e o que expliquei era que a retirada também é um
397mecanismo não previsto para Câmara Técnica, ele é exclusivo de Plenária. O
398mecanismo que ela tinha para anteder de alguma maneira o pleito era um
399pedido de vistas. Isso, a Câmara aceitou o pedido de vistas como até uma
400maneira de boa vontade já que tinha alguém que representa essa matéria, que
401vem contribuindo de forma expressiva e que não estava na reunião. Então, a
402Câmara aceitou o pedido de vistas, ela entregou um parecer e isso vai ser
403apreciado aqui. Essas são as contribuições que eu tinha.

404

405

406**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Zilda, eu entendo que nós
407estamos aqui, não para prorrogar sem justificativa porque, como você mesmo
408salientou, foi uma matéria que durante três a quatro anos, insistentemente, o
409Proam batalhou para que viesse a ser discutida. O que nós somos contra e
410reiteramos é o retrocesso dos posicionamentos causados, aí sim, pela situação
411do que aconteceu na última reunião, na 7ª reunião quando essa proposta, essa
412minuta apresentada pelo Ministério do Meio Ambiente e aí a questão de quem
413disse o quê, é importante que se diga que é compreensível tal dificuldade de
414registrar a todo o momento, nós ficamos fazendo anotações e é impossível
415anotar quem falou exatamente o que e em que momento. Nós fazemos a
416referência a instituição proponente, mas se foi a Zilda ou a Letícia, eu me
417recordo da Letícia falando, apresentando, na proposta, essa questão das
418discussões com os Estados, as discussões prévias. Porque inexistente o registro,
419nós não conseguimos nem verificar, no site depois, quem participou da reunião.
420Então, é bastante precário isso e isso que leva a algumas informações que não
421sei se foi dito pela Letícia ou pela Zilda, mas o que importa é que foi
422apresentado e apresentado dessa forma que nós discordamos. Foi feito sim um
423acordo na 6ª Reunião para que todos apresentassem isso e tão somente as
424entidades da Sociedade Civil ficaram vendidas no processo de debate e
425discussão na 7ª Reunião porque nos pareceu, de forma bastante clara, que
426éramos os únicos que não estávamos, que não éramos conhecedores dos
427pontos que foram trazidos naquele momento. Todas as outras instituições,
428principalmente os Estados, CNI e Ministério do Meio Ambiente, estavam
429alinhadas e discutindo isso previamente e, portanto, prejudicou sensivelmente
430a nossa oportunidade para que pudéssemos discutir e entender o contexto da
431matéria trazida, entender na profundidade devida e por isso que julgamos que
432a aprovação para o encaminhamento ao CT foi indevida porque não houve
433tempo de amadurecer aquele conteúdo novo trazido naquele momento, pois,
434se na 6ª reunião, havíamos discutido e decidido do encaminhamento prévio
435justamente para possibilitar a todos que compreendessem o texto, os seus
436reflexos, pudessem discutir com os seus pares, seus assessores para que
437viesse para um posicionamento maduro e, baseado em reflexão profunda,
438acusamos sim o prejuízo, a participação da Sociedade Civil de sermos aliçados
439desse processo e ter que discutir e encaminhar a matéria tão somente naquele
440dia. Aí é que está embasado o vigor da nossa reclamação e do nosso
441posicionamento solicitando que se volte ao GT e, aí, eu esclareço que não há
442nenhuma controvérsia em razão da busca do Proam, porque, como a matéria
443veio com esse dissenso essencial com relação ao prazo, poderíamos, sim,
444discutir por mais três ou seis meses sem prejuízo ao intento final, que é a

445revisão da Resolução 03. Então, eu reforço aqui as questões reclamadas,
446reforço aqui as questões apontadas de que houve grave prejuízo à participação
447da Sociedade Civil em razão do que eu já expus aqui. Então, eu reitero os
448pedidos e reforço os pedidos apresentados nesse ofício que entendo que não
449há incoerência alguma, tão somente um nome apontado aqui que pode ter sido
450alterado por uma questão, como eu coloquei, da inexistência de registros nem
451da folha de participantes daquela reunião para consulta. Então, esse é o
452posicionamento e reitero todos os pontos.

453

454

455**SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Funpapi)** – Pois bem, nós
456sabemos da urgência da necessidade de o País ter uma Resolução
457estabelecendo o controle da poluição do ar, mas talvez a pressa também, às
458vezes, é inimiga de perfeição. Na reunião passada da Câmara Técnica, nós
459propusemos que retomassem, nós ratificamos o pedido de retomar ao GT, não
460só atendendo à solicitação do Proam, como se viu que muito de diversos itens
461e diversas questões ainda estavam em dúvida e em processo de consolidação.
462Desse forma, nós chegamos até achando a necessidade de que se fosse virar
463o ano já com uma proposta de Resolução de pedir uma Reunião Extraordinária
464do Conama considerando que não só essa ou outras matérias que tivessem
465urgência, necessidade de ser consolidada e retornassem a Câmara Técnica
466para uma ou duas reuniões ou três para vermos até que ponto nós
467finalizávamos e se finalizasse era a razão do qual e pautar para a Reunião
468Extraordinária com outra matéria que tivesse na primeira quinzena de
469dezembro. Essa foi nossa proposição, de tal forma, como não houve consenso,
470a Zuleica representando o Proam fez o pedido de vistas. Está certo? Foi essa a
471situação.

472

473

474**SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
475**(Ibama)** – Alguém mais quer fazer alguma consideração?

476

477

478**A SR^a. EVANGELINA VORMITTAG (Ministério Público Federal)** - Bom dia.
479Meu nome é Evangelina, eu represento aqui o Ministério Público Federal, eu
480poderia falar? Bom, eu gostaria de reiterar esse ofício do Proam porque eu
481entendo, quando nós fizemos a reunião para enviar as alterações dos artigos,
482as propostas de alterações dos artigos, nós tínhamos uma data limite para
483apresentar as alterações, nós cumprimos a data. E aí, essa nova proposta que
484foi apresentada na reunião no dia 6 não cumpriu esse prazo para que fosse
485exposto publicamente no site. Nós não pudemos estudar a proposta
486previamente e nem tampouco deu tempo disso durante a reunião. Quando
487todos os outros membros tinham conhecimento disso, puderam discutir e até
488disseram que discutiram e trocaram e-mails durante o final de semana, então
489realmente nós entendemos que houve um prejuízo para as organizações
490Sociedade Civil e para o Ministério Público Federal na compreensão, discussão
491das novas propostas colocadas. Eu posso salientar que todas as reuniões
492anteriores, basicamente o maior tempo que nós levamos foi na questão da
493discussão do prazo, nós tínhamos uma proposta do Ministério do Meio
494Ambiente anterior, de 15 anos, viemos discutindo isso em todas as reuniões e,

495com essa nova proposta, nós não tivemos tempo absolutamente de discutir
496nada quando esse era a maior razão de tantas reuniões anteriores em relação
497a questão do prazo. Então, nós, o Ministério Público também entende que não
498houve a oportunidade de uma discussão maior em relação a isso e que a forma
499como foi apresentada, vamos dizer assim, que está em desacordo com o que é
500proposto para todos os membros de forma a apresentar uma proposta para
501conhecimento prévio. Obrigada.

502

503

504**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** - Evangelina, o que foi feito não
505foi ilegal, não foi contra o Regimento em momento algum. Volto a afirmar que
506qualquer membro do grupo de trabalho pode apresentar a proposta que seja de
507emenda na hora. Nós construímos o texto na hora, para isso que existe Grupo
508de Trabalho. Então, é repudiável, repugnante a forma como o Ministério
509Público, nessa reunião, e a Proam estão tentando colocar como ilegalidade os
510trabalhos do Grupo de Trabalho. Eu fico, eu acompanho reuniões do Conama
511desde 87, já coordenei vários GTs e, inclusive o GT que elaborou a questão, de
51217 anos atrás, uma proposta para uma Política Nacional de Resíduos Sólidos.
513E nunca sofri esse tipo de acusação. Então, acho lamentável que pessoas que
514não tenham o conhecimento do Regimento Interno estejam avocando o
515Regimento Interno para coisas que não estão lá, acho lamentável isso. De
516qualquer sorte, Márcio, eu volto a afirmar o que eu falei na última reunião e isso
517aí fica para reflexão, eu sei que o próximo passo talvez seja votar se é cabível
518voltar ao GT. Acho que os pontos de divergência que nós temos, o Ministério
519do Meio Ambiente não apresentou uma proposta, apresentou emendas a
520artigos. A CNI não teve conhecimento disso antes da reunião. Essas propostas,
521se foi dito claramente na reunião, foram afinadas com os Estados, com o
522Sisnama, município não ficou sabendo disso, foram discutidas com os Estados,
523qual era o objetivo? Ao começar o GT, a CNI queria 20 anos de prazo sem
524padrão nenhum, os Estados não queriam prazos, mas se propunham a ter
525padrões e revisões periódicas sem prazo algum e o Ministério propunha 15
526anos, e o Ministério Público e as ONGs propunham 9 anos. O que nós
527procuramos fazer nessas emendas, que elas não tiveram nada de ilegal, foi
528tentar aproximar as propostas, sentamos com os Estados fazendo-os ver da
529importância de se ter algum prazo e chegamos a 12 anos. E, nesse meio
530tempo de discussão, a CNI abdicou da proposta dela de 20 anos. E disse que
531concordaria com a nossa proposta, não com a proposta dos 9 anos. Então, eu
532acho que essa deturpação daquilo que foi dito, infelizmente, aí eu volto a dizer
533que é o segundo grupo que eu coordeno que eu tenho problema com o relator.
534Eu gostaria de deixar isso registrado, o GT de PCBs, o meu relator foi o
535representante da FEAM de Minas Gerais, as duas últimas reuniões, ele não
536compareceu e nós ficamos também sem o relato. Nesse GT, as duas ou três
537últimas reuniões, a Anamma era o relator do grupo e a Anamma simplesmente
538não compareceu, não mandou suplente, não mandou nada e nós ficamos
539atravessados, eu deixo de realizar reunião por causa disso? Não. Nós fazemos
540a reunião e contamos com esse subsídio da gravação, mas aí eu não tenho
541como fazer de gravação daquilo que foi feito e colocar isso pelos motivos que a
542Adriana já expôs. Então, também é difícil para esta coordenação coordenar e
543relatar ao mesmo tempo, isso é uma tarefa impossível. E o relator muitas vezes
544não se sente obrigado ou responsabilizado de ter que vir ou mandar um

545suplente ou indicar isso formalmente. Então, essa é uma dificuldade também,
546mas gostaria de reafirmar que não foi feito absolutamente nada que infringisse
547o Regimento. E acho que retornar ao Grupo de Trabalho sem ter um ponto
548técnico específico, a maior dificuldade hoje são as questões de prazo. Eu acho
549muito difícil, mas eu acho que isso pode ficar para decisão dos Conselheiros,
550eu não gostaria de indicar uma proposta. Acho até difícil porque eu não sei se
551deve haver uma mudança no Ministério como vai haver no Ibama. Certamente
552não serei mais Conselheira no próximo ano. Então, Conselheiro representante
553do Ministério pode coordenar quando for empossado em março esse grupo e aí
554sim vai ter em atraso substancial na discussão desse assunto.

555

556

557O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR

558**(Ibama)** – Só queria chamar a atenção, isso foi a discussão que nós tivemos na
559Câmara Técnica na última reunião. Retornar ao Grupo de Trabalho agora
560significa reabrir o processo praticamente. Nós não temos tempo hábil para
561avaliar no Grupo de Trabalho, não haverá nova, não tem tempo hábil para nova
562reunião da Câmara Técnica. A Câmara Técnica vai ser completamente alterada
563no ano que vem, portanto será outra Câmara Técnica. Provavelmente a
564coordenação do GT será outra coordenação do GT também. Então, só para
565deixar claro o que significa essa proposta que está chegando aqui, aliás, o
566Doutor Francisco salientou, de fato, houve, por parte da APROMAC, esta
567colocação de que houve, foi a única sugestão que houve de retorno ao Grupo e
568Trabalho para tentar apreciar ainda numa extraordinária do Conama. E aí a
569razão de nós não concordamos foi exatamente que não haveria mais prazo
570este ano para um novo encaminhamento à Plenária do Conama mesmo
571havendo Extraordinária. Pelas datas que nós temos já previamente sinalizadas
572para reunião da Câmara Técnica de Câmara Assuntos Jurídicos e para a nova
573Plenária, isso deve ocorrer ao final da novembro e início de dezembro, as duas.
574Então não há mais tempo hábil para encaixar Reunião de Câmara Técnica e,
575mesmo que haja Grupo de Trabalho nesse período, seria uma reunião do
576Grupo de Trabalho e não teria mais a Câmara Técnica. Em qualquer hipótese,
577mesmo que houvesse uma reunião de Grupo de Trabalho e essa Reunião, na
578melhor das hipóteses, aprovasse a proposta de minuta de Resolução, isso viria
579para uma Câmara Técnica já renovada no ano que vem, não há mais essa
580possibilidade. Então, só para salientar as consequências da decisão que nós
581venhamos a tomar aqui. O Doutor Manara tinha pedido a palavra.

582

583

584O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam) – Alguns pontos, Doutora
585Adriana, eu gostaria já deixar solicitado, registrado o pedido das gravações.
586Bom, eu sou forçado a fazer um comentário, Zilda, eu repudio a expressão que
587você utilizou de que o pedido é repugnante. Além de atribuir certa conotação
588pessoal, o que eu acho indevido, é indevido também em razão da legitimidade
589do que nós representamos aqui. Nós estamos tão somente imbuídos da função
590que nos foi atribuída e trazendo aqui as reivindicações também legítimas. Em
591nada, a nossa proposta, as nossas reclamações, em nada, elas são
592repugnantes e não devem ser entendidas assim por nenhum membro aqui e
593muito menos um representante do Ministério do Meio Ambiente. Então, eu acho
594extremamente indevida essa expressão que foi colocada e além de atribuir

595 uma questão um tanto pessoal, o que, repito, é indevido não contribui em nada
596 para o esclarecimento dessas questões apontadas. Essa também, repito aqui,
597 que a fragilidade do sistema de anotações e registros dessas reuniões estão
598 eclodindo aqui em razão desses problemas que praticamente vira uma
599 acareação do que foi dito, não foi dito, daquilo que alguém falou ou deixou de
600 falar. Então, eu, através dessa posição de repúdio, eu insisto que talvez o
601 sistema deva ser aprimorado, Doutora Adriana, para que tivéssemos sim o
602 registro disponibilizado no site para que não somente as pessoas, os
603 participantes aqui tenham que remeter à memória, o que foi dito, o que não foi
604 dito, mas que toda a sociedade possa consultar aquilo que foi discutido nesse
605 Grupo Técnico. Obrigado.

606

607

608 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
609 **(Ibama)** – Como eu havia pré-anunciado, eu preciso me retirar da reunião, mas
610 eu não gostaria de me retirar nesse momento sem nós, pelo menos,
611 apreciarmos essa primeira questão, que é o pedido de retorno à Câmara
612 Técnica. Ao GT, desculpe, ao Grupo de Trabalho. Eu confesso, Manara, que,
613 de fato, o comportamento do Proam é difícil de nós entendermos. Porque
614 houve uma reunião no Grupo de Trabalho, quer dizer, houve oportunidade lá
615 de se discutir isso. Depois, o assunto veio para a Câmara Técnica, na Câmara
616 Técnica, foi feito o pedido de vistas, não foi feito ao pedido de retorno ao Grupo
617 de Trabalho. Foi feito o pedido de vistas, de retirada de pauta em primeiro
618 lugar, retirada de pauta pelo Regimento que só vale para Plenária, retira de
619 pauta e depois volta com prioridade na próxima reunião, quer dizer, que
620 continuaria na Câmara Técnica. Então, não houve explicitamente um pedido de
621 retorno ao GT a não ser na manifestação do Doutor Francisco em adendo
622 quando o pedido de retirada de pauta foi visto que não era procedente. Então,
623 nós estamos com uma situação *sui generis* que vamos ter que avaliar, primeiro,
624 o retorno ao Grupo de Trabalho e depois, em não havendo a aprovação do
625 retorno ao Grupo de Trabalho, nós vamos ter que avaliar um pedido de vistas.
626 É *sui generis* essa situação e acho que se deve um pouco também a troca de
627 representação por parte do Proam tanto no Grupo de Trabalho quanto na
628 Câmara Técnica. Então, sem negar a validade de tudo que foi dito aqui, eu digo
629 para vocês que nós estamos em uma situação *sui generis*, de fato estamos.

630

631

632 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Márcio, suas observações
633 me forçam a pedir a palavra novamente porque tudo isso decorre, na verdade,
634 da forma no afogadilho que foi feita essa apresentação na 7ª Reunião, a
635 inclusão de pauta na Reunião do CT que não estava previsto, não estava
636 previsto, foi incluído posteriormente... Não, tudo bem, só para concluir, Adriana.

637

638

639 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Gerente de Projetos**
640 **DConama)** – Eu entendo o que você está falando, do afogadilho, eu só estou
641 explicando para o Márcio, a ideia é deixar claro para todo mundo, que foi
642 utilizado a previsão dos cinco dias úteis. Só isso.

643

644

645 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – E para a organização da
646 sociedade civil, ao contrário do que acontece, inclusive acontece com vocês no
647 Poder Público, quando você tem que organizar a participação, a discussão toda
648 em cinco dias. Então, não só a questão trazida no momento para discussão na
649 7ª Reunião que nos prejudicou sobre maneira, como eu já disse aqui, e
650 relatado no ofício, mas também a inclusão do tema em uma pauta também por
651 afogadilho, em uma pauta remendada para acomodar essa discussão, como foi
652 a discussão anterior, também nos prejudicou. Então, não foi uma questão
653 assim que o Proam ou as entidades da sociedade civil deixaram passar
654 despercebido o assunto e muito menos remetendo a uma estranheza de
655 posicionamento por parte do Proam porque o Proam não mudou em nada,
656 nenhuma vírgula daquilo que vinha vindo discutido. O que mudou foi a
657 estratégia do jogo, foi isso, que nós estamos reclamando aqui, na 7ª Reunião,
658 subverteu-se tudo que vinha sido discutido com uma nova proposta, uma
659 proposta alinhada com os Estados e que nos pegou desprevenidos porque, na
660 6ª Reunião, havíamos combinado encaminhamento prévio, por isso que fomos
661 pegos de calças curtas na 7ª Reunião e também o fato de ter remendado a
662 pauta da próxima Reunião do CT.

663

664

665 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
666 **(Ibama)** – Muito bem, eu não vou alongar isso, vamos partir para deliberar. Eu
667 só queria fazer uma observação, todo o suposto açodamento em avaliar isso
668 adveio de uma determinação da Ministra que, por sua vez, como bem foi
669 relatado pelo próprio Proam, estava pressionada pelo próprio Proam em dar
670 segmento a isso. Então, nós fizemos uma correria e fizemos mesmo, fizemos
671 uma correria para tentar aprovar este ano esta Resolução porque dada a
672 urgência. Manara, eu não vou reabrir essa história, mas todos nós aqui
673 sabemos, isso foi trazido para nós como uma questão, uma determinação da
674 Ministra. Eu cheguei a colocar isso em algumas reuniões aqui, de que havia
675 uma determinação da Ministra não só em relação a essa Resolução, mas em
676 toda a pauta da Câmara de que nós apressássemos e tentasse viabilizar porque
677 isso, porque eu torno a dizer, não submeter essa, e ainda que nós não
678 possamos admitir que isso vá ocorrer, mas não submeter isso este ano
679 significa pelo menos mais um ano este ano, fiquem muito tranquilos em relação
680 a isso. Até definir nova Câmara, até definir novo GT, até fazer Reunião de
681 novo, nós vamos para 2016. Isso eu isso digo de cadeira, sem problema
682 nenhum. Agora se, de fato, a situação está tão complicada, para nós da
683 Câmara Técnica o que estava aparecendo era isso, tinha uma proposta de 9
684 anos, uma de 20 e se chegou a uma de 12, então, para nós a situação estava...
685 Mas a proposta é de doze agora, é 12, a proposta que está aí é 12. Leiam a
686 proposta, é 12. Mas, de qualquer forma, tudo bem, é 12 passível de avaliação
687 pelo Conama etc. e tal. Mas é 12. Não está porque é o Conama que vai
688 deliberar, mas não tem problema, não vamos discutir isso aqui, não estou
689 induzindo nada, que seja 15. Não vou induzir nada. O que há é tinha uma
690 proposta de 9, uma de 20 e se propôs uma intermediária, eu não vou nem falar
691 em número, se propôs uma intermediária. Para a Câmara Técnica, esse
692 assunto estava tranquilo e nós começamos a discutir, inclusive, na Reunião
693 passada e iríamos discutir efetivamente se não houvesse pedido de vistas,
694 mas, enfim, agora nós temos que deliberar. Eu, apesar de todo esse meu

695discurso, digo para vocês que, dada a situação, eu não vejo condição desse
696assunto prosperar nem aqui e muito menos na Plenária. Então, acho que a
697decisão que nós temos que tomar é ou esse assunto continua na Câmara
698Técnica ou ele retorna ao GT, mas não vejo condição de, mesmo ficando na
699Câmara Técnica, nós aprovarmos isso em duas reuniões. Em todo caso, temos
700que votar o pedido do Proam em ficar na Câmara Técnica ou retornar ao Grupo
701de Trabalho. Lembrando que retornar ao Grupo de Trabalho significa uma nova
702reunião da Câmara Técnica e a criação de um novo Grupo de Trabalho que
703não vai mais haver este ano tempo hábil para isso. Tem que fazer um novo,
704essa é a consequência. A alternativa é permanece na Câmara Técnica e nós
705discutimos nesse ambiente que aqui está a partir de hoje, lembrando que
706dificilmente será aprovado hoje na Câmara Técnica, hoje ou amanhã. Eu não
707vejo no clima que está muita condição para nós discutirmos isso. Em todo
708caso, vou fazer a chamada para votação e depois vou ter que me retirar.
709Doutora Mônica, representando do Ministério da Saúde.

710

711

712**A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – Acho que o
713Márcio já colocou muito bem isso na reunião passada e eu tendo a ser
714coerente com aquilo que eu votei na reunião passada quanto ao pedido de
715retorno ao Grupo de Trabalho. Nós não vamos andar, eu acho que não tem
716mais o que discutir tecnicamente no Grupo de Trabalho, e, dentro dessa
717Câmara, é o fórum mesmo que nós possamos cortar as arestas que nos
718restam de modo que não tenha um prejuízo maior da extensão. Tudo que foi
719colocado aqui, o Ministério da Saúde entende, vai demorar, vai ter que haver
720outro grupo, estabelecer outros membros, só vai ter prejuízo para a população
721em relação a isso. Então, eu acho que não deve voltar ao Grupo de Trabalho.

722

723

724**A SR^a. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Bom
725dia. O nosso voto é para que não volte para o GT e que continue a discussão
726aqui na Câmara Técnica.

727

728

729**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** - O assunto tem que
730prosseguir.

731

732

733**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
734**(Ibama)** – Na Câmara Técnica. Prosseguir ele vai de qualquer forma.

735

736

737**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Bom dia a todos. Eu vou continuar com a
738mesma votação da reunião anterior, que continue aqui na Câmara Técnica.

739

740

741**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Voto pelo retorno ao GT.

742

743

744O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Funpapi) – Que retorne. Que
745não seja aprovada nessa 20ª reunião e nem hoje e nem amanhã que retorne
746ao GT para consolidar muitas dúvidas, não só com relação a prazos, mas
747outras coisas que precisam ser mais bem esclarecidas.

748

749

750O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR
751(Ibama) – Ok. Meu voto é pela permanência na Câmara Técnica pelas razões
752que antes eu coloquei. Eu tenho o maior apreço por esta Câmara, acho que
753nós conseguimos resolver algumas questões bastante complicadas, relembro
754aqui micronutrientes, relembro aqui o próprio PCB. Então, acho que nós temos
755condições de enfrentar essa discussão. Eu acho que nós devemos nos
756desarmar da pressa porque, de fato, e eu acho que isso ficou bem
757caracterizado, a pressa, embora tivesse uma intenção muito boa, ela não
758contribuiu para nós aproximarmos as posições, a Doutora Zilda deixou isso
759bem claro, a intenção do Ministério era aproximar as divergências e poder
760cumprir o prazo para aprovação. O efeito foi o contrário, gerou mais
761desconfiança, gerou mais cizânia do que a intenção havia de consenso. Então,
762eu conclamo, vou ter que me retirar nesse momento, vou pedir para o Doutor
763Evandro conduzir a partir de agora a reunião. A partir da apreciação do pedido
764de vistas, mas eu conclamo a todos que se desarmem e discutamos com
765profundidade e perca a pressa que até então norteou a discussão desse
766tempo. Vamos procurar dirimir as dúvidas e esclarecer as divergências. Se
767houver possibilidade de consenso e nós chegarmos a uma boa situação ao
768final do segundo dia da reunião, nós deliberamos, encaminhamos isso à
769Plenária ou não. Ok? Obrigado a todos. Vou ter que me retirar, mas pretendo
770retornar o mais breve possível. Obrigado, Doutor Evandro. Vocês ficarão em
771boas mãos.

772

773

774A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) - Eu vou ter que sair daqui a
775pouco também, estou indo para São Paulo, mas antes, Manara, eu queria só
776lembrá-lo de uma coisa. Eu usei essa expressão forte em relação ao ofício que
777foi encaminhando ao Proam exatamente porque talvez para manter os
778argumentos que estão escritos aqui, o Proam omite tudo aquilo que foi dito na
779reunião. Então, por isso que eu usei essas palavras fortes, eu me senti atacada
780pelo ofício pessoalmente, eu me senti atacada pessoalmente pelo ofício
781exatamente porque ele não cita, ele cita uma ausência de decisão ou de
782imposição de um texto e não cita o que eu falei na reunião, que foi aquilo que
783eu falei na minha primeira intervenção que o Ministério fez a proposta, não teve
784tempo hábil de colocar no site, conforme nós todos tínhamos programados, e
785apresentar na forma de emendas durante o trabalho. Então, esse ofício dá a
786entender que simplesmente o Ministério chegou aqui, jogou uma proposta,
787ignorou aquilo que tinha sido acordado e não fez isso, é por isso que eu usei da
788palavra forte porque eu acho que vocês não foram nem um pouco, vocês não
789foram coerentes com aquilo que foi dito aqui na reunião e eu lembro
790perfeitamente daquilo que eu disse na reunião. Eu falei que não tinha tido
791tempo hábil, o Ministério tinha feito emendas no intuito de tentar construir uma
792proposta que aproximasse os dois polos e que isso ia ser discutido na forma de
793emendas. Eu falei isso, tenho certeza absoluta e estou vendo a cabeça de

794várias pessoas que estavam lá na reunião balançar por causa disso. Eu
795entendo as dificuldades de não se ter registro, mas eu acho que esse
796documento aqui omitiu coisas que a coordenação do GT falou no dia da
797reunião. É por isso que eu usei essas palavras fortes.

798

799

800**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Eu não vou entrar, Zilda, em
801discussões com relação a ataques pessoais, acho que você está
802completamente enganada de posicionar a coisa dessa forma. Como eu disse,
803isso não contribui em nada porque atribui uma questão pessoal que só serve
804para trazer discórdia e posicionar névoas em debates técnicos. Estamos aqui
805como profissionais, estamos aqui cada um representando aquilo, na sua função
806atribuída. Repito, no ofício não constam, não devem ser entendidos, de forma
807alguma, como ataque pessoal, nesse ofício está traduzido, está explicitado a
808parte que nós entendemos de conflito trazido, conflito processual trazido na
809reunião, tão somente isso, não há razão de atribuir isso a ataque pessoal ou
810coisa que o valha. Isso daí é uma questão que você deve superar isso, Zilda,
811você é uma pessoa extremamente experiente no auto da sua experiência você
812tem a habilidade para tanto. Porque a questão que nós posicionamos no ofício
813foi que nós entendemos que houve sim uma questão do conflito de Regimento.
814Posicionamos aqui, se por a mais b se prova que não houve erro processual na
815condução, que não feriu o Regimento, ótimo, que se coloque isso de uma
816forma simples, clara e objetiva. Não tem razão de ficar trazendo as questões
817para uma ofensa, uma agressão pessoal. Isso eu repudio e vou repudiar em
818todo momento que isso for apontado e atribuído ao posicionamento do Proam.

819

820

821**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Gerente de Projetos**
822**DConama)** – Manara e Zilda, eu acho que a questão ficou clara para todo
823mundo. A resposta formal vai ser entregue depois. Eu anotei o pedido do
824Manara, que são as gravações do GTs, não estou entrando mais na polêmica,
825eu estou saindo da polêmica de vocês. E lembro só uma última coisa que foi
826dita, faz falta no Grupo de Trabalho a coordenação, o coordenador é para
827fazer, pelo Regimento, a relatoria, aliás desculpa, o relator, então, você tem o
828coordenador, o vice e um relator. O relator tem a tarefa de fazer isso. Nos
829próximos GTs, nós vamos ficar atentos para na falta dele designar outra
830pessoa para cumprir esse papel. Ponto encerrado, vamos embora conduzir o
831restante.

832

833

834**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Gostaria da compreensão de todos. É a
835primeira vez que eu estou aqui presidindo esta Câmara, já foi votado aqui que
836não voltará mais para o Grupo de Trabalho e que vamos dar continuidade à
837Resolução. Eu queria saber o seguinte de vocês, Conselheiros, a APROMAC
838tem a justificativa, nós vemos aqui que são 31 páginas de justificação. Como
839vamos proceder, vão ler, eu coloco aqui a Resolução?

840

841

842**A SR^a. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Nós
843olhamos bem toda a questão, o pedido de vistas e avaliamos que não há nada

844de novo que pode ser acrescentado, pontos que já não foram discutidos nos
845Grupos de Trabalho. Então, a nossa proposta é que seja votado em bloco e a
846recusa pelo todo sem entrar em detalhes, parágrafos por parágrafos.

847

848

849**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Eu entendo que há
850necessidade de uma apresentação, de um resumo do que traz esse
851documento. Antes de qualquer manifestação dos participantes, mesmo porque,
852devido a atribuições e correria do dia-a-dia de todos, eu não sei todos tiveram a
853oportunidade de ler. Então, eu gostaria de solicitar a Doutora Evangelina, que
854ajudou a construir não somente esse documento, mas com uma base técnica
855de todos os documentos que apresentamos e discutimos até aqui, para
856apresentar um resumo do que trata essa relatoria.

857

858

859**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Pergunto aos demais companheiros se
860estão de acordo à apresentação ou se nós realmente vamos dar continuidade
861com a proposta de Resolução?

862

863

864**A SRª. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – Eu só queria
865perguntar uma coisa para Adriana, é uma questão de rito porque eu
866desconheço. Ao final dessa relatoria, o que se procede?

867

868

869**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Gerente de Projetos
870DConama)** – Você está falando de qual relatoria? Dele? Então, eles vão fazer
871um relato do parecer. Como o que eu entendi que a conclusão era o retorno
872para o GT, isso já está superado, mas os pontos que foram colocados no
873parecer têm que ser relatados para a Câmara e a Câmara, à medida que for
874observando a minuta em si, que tem os dissensos, vai tendo possibilidade de
875incorporar algumas das questões apresentadas no parecer e vai caber a
876Evangelina e ao Manara fazer e transformarem aquelas preocupações em
877minuta de texto. Fazendo isso, a Câmara vai apreciando. O texto.

878

879

880**A SRª. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – Na hora que nós
881estivermos discutindo o texto?

882

883

884**A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Gerente de Projetos
885DConama)** – Na hora que estiver discutindo o texto leia-se a minuta porque
886agora vejam se vocês estão de acordo, o Manara e a Evangelina vão fazer um
887relato do parecer, a conclusão do parecer que era o retorno para o GT já está
888superada, mas, em seguida às colocações de vocês, nós podemos pegar a
889minuta e vocês podem transformar em texto de minuta algumas das
890preocupações apresentadas no parecer. E nós vamos vendo ponto a ponto na
891minuta. Agora o parecer é um parecer extenso, e aí eu acho interessante para
892a Câmara ter o relato disso que está escrito.

893

894

895**A SR^a. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Eu
896acho que a única exceção de pessoa nova nessa Câmara Técnica sou eu. Eu
897acho que todo mundo vem já da outra reunião e já vem discutindo, participou
898dos Grupos de Trabalho. Eu tive a oportunidade de ler com bastante calma
899todo o relato que foi feito. Então, eu acho que nós precisamos otimizar o nosso
900tempo, todos aqui são profissionais sobrecarregados e eu acho que nós
901deveríamos ir direto para o texto, não fazer apresentação.

902

903

904**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Funpapi)** – É regimental quando
905qualquer Conselheiro ou membro de uma Câmara Técnica pede vistas de um
906processo apresentar o seu parecer técnico. E esse parecer técnico é
907apresentado, não significa dizer que a apresentação tenha sido acatada ou
908aprovada no seu todo ou parcialmente. É lógico que todo parecer que são
909apresentados, em muito dos casos, ou são aprovados ou são aproveitados
910parcialmente na proposta. Então, é isso que tem que acontecer, o Proam, que
911pediu vistas, apresentar. Há um item que falou a Adriana, esse item ele já foi
912votado é isso? Já foi votado, mas os demais questionamentos poderão muito
913bem contribuir para o aprimoramento da proposta. Está certo.

914

915

916**O SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** - Só tentando agregar um pouquinho para
917nós agilizarmos a discussão porque realmente já são 11h da manhã e nós não
918começamos a discutir. Porque o parecer, ele tem uma parte de diagnóstico que
919já, eu acho que já é de conhecimento de todos, aliás, é esse diagnóstico que
920nos motiva a estar aqui e, em um segundo momento, ele entra com propostas
921objetivas de alteração do texto e todos têm, todos não sei, alguns aqui, eu
922mesmo trouxe algumas propostas também de emendas, quer dizer, qual é esse
923momento de nós começarmos a ver, mas, nessa deles, eles não vão agora
924entrar nos detalhes substitutivos do artigo um, dois, três? Eles vão fazer uma
925apreciação geral. Preocupou-me isso, como tem muito proposta concreta de
926alteração no texto deles, se isso ia ficar desbalanceado com a proposta dos
927outros setores.

928

929

930**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Manara, eu confesso a você que,
931realmente, é um trabalho bastante, bem elaborado, 31 páginas, eu jamais
932deixaria de vocês apresentarem esse trabalho. Eu acho que realmente temos
933tempo ainda, temos o dia de amanhã para nós, realmente, depois trabalhar em
934cima realmente da proposta de Resolução. Agora, eu gostaria de saber como
935vamos apresentar. Vocês vão fazer um resumo? Então, vamos, por favor.
936Vamos dar continuidade para ver se acaba isso.

937

938

939**A SR^a. ANGELINA MARIA LANNA DE MORAES (FEAM)** - Eu não vou me
940deter a parte técnica porque nós conversamos isso durante todos as reuniões,
941mas aqui foi feito um resumo, acho até que está bem resumido assim. Eu vou
942me deter aos principais pontos que nos preocupam em relação à proposta
943apresentada na última reunião e que não houve tempo de discussão, quer

944dizer, que nós acreditamos que não houve tempo de discussão. Eu não sei se
945você vão acompanhar, mas entrando diretamente na proposta mesmo.
946Alguém está seguindo para falar em página? Posso falar página? Bom, foram
947adicionados, na proposta, na última reunião, três considerandos, isso na página
94815, que está em cor vermelha, que nós discordamos e uma proposta de
949substituição. Nós entendemos que esses três considerandos relatados induzem
950ao documento o executor da norma, que são os órgãos dos Estados, a
951possibilidade de não cumprir ou postergar a implementação dos padrões de
952qualidade do ar porque vinculariam as ações ao atendimento da capacidade de
953gestão ou da situação da qualidade do ar. Nós entendemos, quando nós
954formos discutir o documento, nós podemos voltar aqui e dar sugestão de
955emenda, é isso? Do artigo. Em relação à página 17, aqui entra a questão do
956prazo. O que nós entendemos, nós também não concordamos porque houve,
957já foi discutido aqui pela manhã mais cedo, então, nós não vamos entrar na
958discussão, só salientando o seguinte: que, se há quatro anos para avaliação e
959depois pelo menos um ano para avaliação do Conama, então, é pelo menos
960um ano, nós entendemos que, no mínimo cinco anos, nós ainda estaremos no
961dobro do valor do padrão preconizado pela Organização Mundial de Saúde, o
962que na realidade já é o que é disposto hoje, quer dizer, hoje a situação é
963praticamente é o dobro do valor. Então, mais cinco anos, no mínimo, para
964manter-se em relação à situação do que é hoje. Então, quer dizer, o padrão
965acobertaria a situação da poluição hoje sem nenhuma mudança. Então, esta
966que seria a questão. Aí nós justificamos mais e aqui nós dividimos o estudo de
967mortalidade precoce nos próximos 15 anos, 95 mil mortalidades para o Estado
968de São Paulo, isso na página 18, para cinco anos; 163 mil para 10 anos; e 250
969mil em 15 anos. Então, mostrando qual vai ser a repercussão em saúde em
970relação a essas diferenças de prazos de cinco anos e voltando a questão de
971que, pelo menos nos próximos cinco anos, no mínimo, ainda nós teremos 95
972mil mortes e estaríamos ainda o dobro acima do padrão. Em relação à página
97319, que seria o art. 7º, em relação aos métodos de referência, nós também
974fazemos uma ressalva, mas acho que podemos voltar depois. Em relação à
975gestão do monitoramento da qualidade do ar, que é atribuição dos órgãos
976estaduais, nós sugerimos uma mudança de redação e sugerimos a ausência
977ou emissão do órgão estadual no controle ambiental que tenha um órgão
978responsável para caráter supletivo para não acontecer o que aconteceu na
979primeira Resolução de não haver um Órgão, vamos dizer, fiscalizador para
980implementação do padrão, enfim, para responder por isso. Além disso, nós
981sugerimos também artigos relacionados à comunicação dos dados que nós
982entendemos que também a comunicação hoje é precária e não é transparente.
983Tanto em vista relatórios anuais e a periodicidade e os dados que são
984apresentados, como também os dados diários que são apresentados, a maior
985parte do site de forma qualitativa e não quantitativa, o que daria a maior
986transparência na comunicação. Por fim, em relação aos episódios críticos de
987poluição do ar, eu havia me disponibilizado para estudar e a senhora Zilda
988concordou que eu estudasse os episódios críticos de poluição porque a Cetesb
989tinha uma proposta, eu havia trazido outra proposta e tinha estudado, aí a
990Cetesb mostrou a referência. Então, eu me dispus a estudar novamente e com
991mais profundidade, incluindo a referência apresentada pela Cetesb, a senhora
992Zilda concordou, só que eu apresentei a justificativa, foi colocado no site a
993planilha como se tinha estudado, mas que como a reunião mudou do dia 1 para

994o 2, para o dia 6 e 7 eu já tinha um compromisso e não pude ficar no dia 7 e foi
995aprovado na íntegra a proposta da Cetesb sem que eu tivesse tempo de
996apresentar aos membros do Grupo, do GT qual tinha sido o meu estudo e o
997resultado desse estudo e porque a minha sugestão na forma como eu trazia os
998episódios críticos. Então, isso, sem dúvida, eu gostaria de mostrar qual foi o
999estudo e porque eu proponho uma proposta diferente e porque que eu não
1000concordo com a proposta da Cetesb e explicar isso para o grupo de ponto de
1001vista técnico, científico. Então, foi aprovado na totalidade da Cetesb, eu não
1002estava aqui no dia 7, já no final da reunião, de forma, vamos dizer assim, com
1003muita pressa, foi aprovado na íntegra. Então, basicamente é isso.

1004

1005

1006**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Funpapi)** – Bem, o que se viu aí
1007é que a grande polêmica é a questão dos prazos. A redução da mortalidade, da
1008morbidade seria o grande ganho nessa proposta de Resolução. Então, o que
1009nós temos aqui é um grande déficit de morte e nós vamos trabalhar pelo
1010superávit, reduzir número de morte e aumentar o salvamento das vidas. Então,
1011a pressa existe e temos um parâmetro que possa controlar. Agora, não
1012podemos dar prazos dilatados demais nessa situação porque o que nós vamos
1013ter? Nós estamos negociando não é nem vida, nós estamos negociando é
1014morte, a redução das mortes.

1015

1016

1017**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Mais algum Conselheiro que queira ter a
1018palavra? Não. Então, eu vou começar com a proposta de Resolução. Eu queria
1019combinar com vocês o seguinte: já foi feita a justificativa, o resumo de
1020justificativa, eu passaria item por item. Caso houvesse alguma emenda, nós
1021colocaríamos as emendas e continuamos, mas não íamos deliberar,
1022continuar lendo a Resolução e se tivesse mais emenda e assim colocaríamos
1023e, no final, nós voltaríamos e iríamos deliberar, concordam ou não? Algum
1024Conselheiro concorda com essa a metodologia de nós irmos item por item, se
1025tiver emenda, nós colocamos e lá no final podemos deliberar. Tudo ok...

1026

1027

1028**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Você pode repetir, por favor,
1029qual é a proposta de encaminhamento?

1030

1031

1032**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – A proposta de Resolução está aí. O que eu
1033vou fazer? Lendo item por item, os considerandos, se tiver alguém de vocês
1034com alguma emenda: não concordo com isso, colocaria, seguiria. No final de
1035tudo aí sim, voltaria para nós realmente deliberarmos, para não ficar
1036deliberando, se não nós vamos gastar muito tempo. Nós colocamos todas as
1037emendas caso alguém de vocês esteja contra e depois, no final, nós
1038deliberamos. Concordam?

1039

1040

1041**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Só uma lembrança, na reunião passada da
1042Câmara Técnica ficou acordado que houve um pedido de vistas, mas, mesmo
1043assim, se discutiu item por item. Então, no documento que está aí sem

1044deliberar já tem vários itens que já foram adiantados, foi um acordo que foi feito
1045para ganhar tempo.

1046

1047

1048**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Tudo bem, se já tiver alguém que queira
1049colocar mais, tudo bem, não tem problema nenhum, nós vamos deliberar, nós
1050podemos pôr porque em função de justificativa dele, você pode querer colocar
1051alguma coisa e nós vamos deliberar. Vamos lendo item por item e, no final, nós
1052deliberamos? Vamos lá. O Conselho... A proposta com emenda. Revisão da
1053Resolução Conama 03 de 1990, Padrão de Qualidade do Ar, proposta com
1054emenda. Vamos lá. Dispõe sobre padrões nacionais de qualidade do ar
1055previstos no Pronar. O Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), no uso
1056das suas competências que lhe são conferidas pela Lei Nº 6.938 de 31 de
1057agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto Nº 99.274 de 6 de julho de 1990,
1058tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e aí que se tiver alguma
1059coisa para colocar, vocês que fizeram a justificativa, aproveitem, esse é o
1060momento. Considerando a Resolução Conama Nº 5 de 15 de julho de 1989
1061que instituiu o Programa de Nacional Controle de Qualidade do Ar (Pronar) e;
1062considerando como referência os valores guias de qualidade do ar
1063recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2005, bem
1064como os seus critérios de implementação; Considerando que a adoção dos
1065padrões nacionais de qualidade do ar e parte estratégica do Pronar como ação
1066complementar e referencial às práticas de controle fixadas pelos demais
1067instrumentos estabelecidos, dois pontos. Aí vem... Você quer falar alguma
1068coisa, Manara? Pode continuar? Então, vamos lá. E...

1069

1070

1071**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Funpapi)** – Ler todo e depois é
1072que voltaríamos todo esse caso, não seria melhor?

1073

1074

1075**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Não, se não vai voltar... Já estou lendo e
1076se tiver alguma coisa, isso aqui foi discutido na reunião passada que está aí em
1077amarelo, se tiver mais alguma coisa vocês colocam também e depois nós
1078vamos discutir no final.

1079

1080

1081**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Nós temos uma.

1082

1083

1084**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Tudo bem. Nesse considerando já?

1085

1086

1087**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Sim.

1088

1089

1090**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Então, você anote aí, por favor.

1091

1092

1093 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Pode ir falando? Está nessa
1094 do Pronar, considerando que a adoção de padrões nacional de qualidade do ar,
1095 já está em vermelho ali.

1096

1097

1098 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Ele colocou agora, ele copiou, você vai
1099 dizer, você vai mudar, ele só repetiu lá de cima, então, qualquer mudança, ele
1100 vai alterar agora, deu para entender, Manara? Ele só pegou e copiou. É a
1101 mesma coisa.

1102

1103

1104 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** - Evandro, posso fazer um
1105 comentário? Eu estive presente na última reunião da CTAJ por conta de
1106 algumas resoluções dessa Câmara que estava lá, eu e o Márcio, e teve uma
1107 longa discussão na última reunião da CTAJ sobre a exclusão de
1108 considerandos. Eles entendem que em considerandos só é possível em
1109 instrumentos internacionais, ou seja, aqueles decretos que aprovam
1110 convenções e que, em Resolução do Conama, não existem considerandos a
1111 não ser aquele que cita a lei do Conama, a 6.938 que regulamenta. Então,
1112 assim, nós estamos colocando coisas aqui que depois podem correr o risco de
1113 serem retiradas na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Tem uma norma de
1114 construção de norma jurídica que eu não saberia citar o nome, talvez a Adriana
1115 saiba, que diz que considerando não tem valor algum, portanto não deve existir
1116 dentro de uma Resolução. Só um comentário.

1117

1118

1119 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Gerente de Projetos**
1120 **DConama)** – Só um contraponto a essa posição jurídica da CTAJ. A CTAJ
1121 realmente tem essa apreciação, eles já chegaram a retirar considerandos e a
1122 Plenária, de uma maneira soberana, reincluiu os considerandos. Na última, foi
1123 assim. Nessa, o que eles fazem porque eles sabem que isso é uma questão de
1124 mérito, eles recomendam que a Plenária exclua os considerandos. Eu deixo
1125 registrado a minha posição divergente da CTAJ, é claro que o considerando
1126 tem que ser usado com cautela. Nós temos que colocar considerandos
1127 realmente enxutos e que tenham haver com o que nós estamos falando.
1128 Porque quando você tem um projeto de Lei, projeto de Lei e a Lei aprovada, ela
1129 tem uma exposição de motivos corresponde aos nossos considerandos. O que
1130 é importante numa Resolução Conama é ter ideia de que ela é usada por toda
1131 a comunidade, não só jurídica, mas técnica. São profissionais de muitas áreas
1132 e o considerando contextualiza a questão. Estamos fazendo essa observação
1133 para vocês saberem que, quando isso chegar lá na frente vai ser o mesmo
1134 objeto, a CTAJ tendendo a retirar e a Plenária tendendo a manter.

1135

1136

1137 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Então, vamos continuar com o
1138 considerando, vamos lá, Manara.

1139

1140

1141 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – A nossa proposta é a
1142 exclusão desse considerando.

1143

1144

1145 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – É porque já tem aqui a proposta de
1146 suspensão do considerando, o item anterior logo em baixo. Já tem uma
1147 proposta de suspensão do considerando. É justamente, é o de baixo. Não é
1148 esse em amarelo que está grifado, esse considerando que está em suspensão
1149 em cima desse? Esse em amarelo, que está em amarelo.

1150

1151

1152 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Não, é o que está em azul, não é, Manara, que
1153 você quer excluir?

1154

1155

1156 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Deixa-me ver se eu entendi, logo em baixo,
1157 onde está marcado esse considerando quer a melhoria da qualidade do ar,
1158 pode ser escalonada em etapas bem definidas a serem avaliadas
1159 periodicamente com relação a sua evolução, conformidade e atendimento e,
1160 logo embaixo, já tem uma proposta de suspeição do considerando, deve ser
1161 deste considerando, correto ou não? É outro? É o outro de baixo. Então, entra
1162 com uma proposta nova de exclusão do primeiro considerando.

1163

1164

1165 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Gerente de Projetos**
1166 **DConama)** – De exclusão do primeiro considerando.

1167

1168

1169 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Na verdade, dos três. Do
1170 primeiro, do segundo, bem, nós vamos chegar lá.

1171

1172

1173 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Dos dois considerandos? De todos os
1174 considerando? Dos três?

1175

1176

1177 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Gerente de Projetos**
1178 **DConama)** – A questão nova é a supressão deste primeiro aqui. Esse que eles
1179 querem excluir.

1180

1181

1182 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Que fala do Pronar para
1183 deixar mais claro.

1184

1185

1186 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Gerente de Projetos**
1187 **DConama)** – Você não tem, Henrique, para efeito de facilitar copiar e riscar?

1188

1189

1190 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – É melhor, fica mais fácil depois na hora que
1191 nós formos deliberar. O Manara estava dizendo que quer tirar os três
1192 considerandos.

1193

1194

1195 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Gerente de Projetos**
1196 **DConama)** – Manara, você podia justificar, explicar para a Câmara qual é a
1197 intenção de retirar os três?

1198

1199

1200 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – A suspensão é referente aos três
1201 considerandos, é isso?

1202

1203

1204 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Bom, quando eu falo dos
1205 três, vamos colocar nome aos números. O primeiro seria esse que aborda
1206 Pronar. O segundo é a questão da melhoria da qualidade escalonada. E o
1207 terceiro é considerando a capacidade nacional da implantação dos
1208 instrumentos de gestão da qualidade do ar.

1209

1210

1211 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Então, são os três.

1212

1213

1214 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – A justificativa consta na
1215 página 16 e eu vou ler, se me permitem. Os conceitos subjacentes aos
1216 considerandos acima induzem o executor da norma a possibilidade de não
1217 cumprir ou de postergar a implantação dos padrões de qualidade do ar, uma
1218 vez que vinculam as ações ao atendimento da capacidade de gestão ou da
1219 situação da qualidade do ar. A Resolução sobre revisão está em vigor desde
1220 90 e essa possibilidade não pode mais ser considerada, uma vez que os
1221 Estados já tiveram prazo suficiente, quase 25 anos, para elaborar em políticas
1222 de capacitação e estruturação. Tais considerandos foram incluídos na última
1223 reunião do GT de Qualidade do Ar de forma repentina sem que tenha havido
1224 tempo para uma discussão aprofundada.

1225

1226

1227 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Então, são, na verdade, os quatro
1228 considerandos, porque na verdade têm quatro. Correto? Concorde comigo?

1229

1230

1231 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Três. O primeiro a excluir
1232 seria esse que trata do Pronar e os dois subsequentes.

1233

1234

1235 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – E esse que está em amarelo que nós
1236 colocamos aqui?

1237

1238

1239 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Esse é o novo que foi colocado na reunião
1240 passada.

1241

1242

1243 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Justamente, esse é o novo. Eu estou com
1244a versão aqui, a proposta com emendas da reunião passada e eu sei que tem
1245quatro considerandos, um deles está de tarjado de amarelo, que esse último é:
1246considerando que a melhoria qualidade do ar pode ser escalonadas em etapas
1247bem definidas. Então, na verdade, são quatro considerandos.

1248

1249

1250 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Esse aqui nós não estamos levando em
1251considerando. São só esses três aqui.

1252

1253

1254 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Então, tudo bem, já entendi. Na verdade,
1255Manara, vê se eu entendi bem, você só está mantendo o primeiro
1256considerando, o considerando da Resolução Conama Nº 5 de 15 de junho de
12571989 que institui o Programa Nacional de Qualidade do Ar (Pronar) e; É o
1258primeiro considerando, esse fica? Perfeito.

1259

1260

1261 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - O segundo também fica.

1262

1263

1264 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – O segundo também? Então, tudo bem. Não
1265estou entendendo nada. Então, primeiro considerando, segundo considerando
1266ficam. Na verdade, o terceiro que sai, considerando que adoções da Política
1267Nacional de Qualidade do Ar e parte. Tudo bem, por favor, supressão, está
1268certo. Então, vamos lá.

1269

1270

1271 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Gerente de Projetos**
1272**DConama)** – Vocês já querem votar?

1273

1274

1275 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Não. Eu quero deixar para o final, é melhor,
1276se nós começarmos a votar vai gastar tempo, discussão. Anota tudo e no final,
1277até eu prefiro que o Márcio esteja aqui para dar o prosseguimento às
1278deliberações. Nós vamos colocando só as emendas que forem necessárias.
1279Vamos para o art. 1º: Esta Resolução estabelece padrões de qualidade do ar
1280para todo o país visando a melhoria de qualidade do ar em linhas com os
1281princípios do desenvolvimento sustentável. Vamos lá, aí nada. Então, artigo 2º:
1282o Padrão de Qualidade do Ar é um dos instrumentos de gestão de qualidade do
1283ar no território nacional determinado, nesta Resolução, como o valor de
1284concentração de um poluente específico na atmosfera associada a um intervalo
1285de tempo a ser implantado nas etapas subsequentes contemplando a aplicação
1286de medidas preventivas e de controle apropriadas. Também nada, nenhuma
1287emenda aí, na verdade, tem uma proposta do Governo de São Paulo. Vai
1288continuar São Paulo com essa a proposta? Então, vamos lá, a proposta do
1289Governo de São Paulo, no art. 2º, Padrão de Qualidade do Ar é um dos
1290instrumentos de gestão de qualidade do ar no território nacional determinado
1291nesta Resolução como o valor de concentração de um poluente específico na
1292atmosfera associada a um intervalo de tempo. Então, continua essa emenda,

1293 vamos lá para o parágrafo único. Considera-se como poluente atmosférico
1294 qualquer... Pois não, Manara.

1295

1296

1297 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Nós temos também uma
1298 proposta.

1299

1300

1301 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Uma proposta para esse parágrafo único?

1302

1303

1304 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Não, para o art. 2º.

1305

1306

1307 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Pode falar, Manara; pode colocar sua
1308 emenda, por favor.

1309

1310

1311 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Para efeito dessa
1312 Resolução, considera-se como padrão de qualidade do ar.

1313

1314

1315 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Gerente de Projetos
1316 DConama)** – Isso é o art. 2º?

1317

1318

1319 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – É o art. 2º.

1320

1321

1322 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Henrique, é outro texto, apaga tudo.

1323

1324

1325 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Até, para bem da
1326 celeridade, se você puder, Henrique, deixar o arquivo do documento
1327 apresentado como relatório de vistas porque nós vamos extrair já o que está
1328 escrito ali, já está em azul. Inclusive, nós tomamos o cuidado de colocar na
1329 mesma cor que havia...

1330

1331

1332 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (MMA)** - Nós temos a versão em
1333 PDF, nós não temos a versão editável.

1334

1335

1336 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Para efeito dessa
1337 Resolução, considera-se como padrão de qualidade do ar, a concentração de
1338 um poluente associado a um intervalo de tempo, que, quando ultrapassada,
1339 afetará a saúde humana, o bem estar da população e o meio ambiente.

1340

1341

1342 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Tudo bem? Então, vamos agora pôr o §
1343 único. Essa proposta que tem aqui continua sendo do Governo de São Paulo, a
1344 proposta do § único, é isso mesmo ou não? Logo embaixo, tem uma proposta,
1345 § único, proposta, mas não diz que quem é.

1346

1347

1348 **A SR^a. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – É a
1349 proposta do grupo, não é a proposta do Estado de São Paulo. É a proposta que
1350 foi discutida na Câmara na última reunião.

1351

1352

1353 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Então, é bom colocar, põe aí que é do
1354 grupo, só para saber de quem foi realmente essa proposta.

1355

1356

1357 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Seria razoável e vai auxiliar
1358 bastante se nós mantivermos as mesmas cores que foram trabalhadas porque
1359 a proposta do Governo de São Paulo, por exemplo, aparece em vermelho, não
1360 sei se as outras vão...

1361

1362

1363 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Não vai ter problema porque, na hora que
1364 for deliberar, o que nós vamos fazer? Cada item, proposta de São Paulo, aí vai
1365 ser deliberado. Então, não tem problema de cor. Então, vamos lá, a proposta
1366 da Câmara Técnica, § único, considerando-se como poluente atmosférico
1367 qualquer forma de matéria em quantidade, concentração, tempo ou
1368 característica que tornem ou possam tornar o ar. Aí vem aqui dois pontos, o 1)
1369 é impróprio, nocivo ou ofensivo a saúde; 2) inconveniente ao bem estar público;
1370 3) danoso aos materiais, a fauna e flora; 4) prejudicial à segurança ao uso e
1371 gozo das propriedades e atividades normais da comunidade. Temos aqui uma
1372 proposta de supressão do artigo do Governo. Essa proposta de supressão do
1373 artigo, aqui está do artigo Governo de São Paulo, é o quê? Referente a esse
1374 art. 3º?

1375

1376

1377 **A SR^a. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Sim.
1378 Nós propomos retirar o art. 3º porque, na verdade, ele está repetido, o que
1379 coloca no art. 3º, ele está embutido no 2º e no 4º.

1380

1381

1382 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Então, tudo bem. Vocês estão
1383 acompanhando bem? Então vamos lá, para me ajudar. Mônica qual a dúvida?
1384 Mônica, está com dúvida? Não.

1385

1386

1387 **O SR. VINÍCIUS LADEIRA (DConama)** – Nós estamos passando para o nosso
1388 computador o documento da Proam para facilitar, agilizar o nosso trabalho.
1389 Peço só um minutinho para nós fazermos isso, antes de prosseguir, para não
1390 ficar nossa conversa paralela aqui.

1391

1392

1393 **SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Vamos dar continuidade. Deixa-me
1394 combinar uma coisa aqui. Eu queria combinar com vocês, quero realmente
1395 trabalhar toda a proposta de Resolução e colocar as emendas e deixar para
1396 parte da tarde para o Márcio realmente deliberar. O horário para o almoço, a
1397 maior dificuldade é o restaurante, eu mesmo fico chateado quando fico até 13h
1398 porque o meu organismo está acostumado até 12h, 12h30. Vocês, 13h?
1399 12h30? Nós retornamos depois de 13h? O que vocês acham melhor? Fica
1400 combinado, então, 13h? O retorno seria 14h, eu acho que 1h que nós
1401 almoçarmos por aqui, acho que dá, é o habitual que costumamos fazer aqui na
1402 reunião, o retorno às 14h. Bom, agora vamos para o art. 4º, tem uma proposta
1403 do Ministério Público, Proam e Ministério da Saúde. Vamos lá, vou ler o art. 4º:
1404 os padrões qualidade intermediário (PI) serão implementados em 3 etapas
1405 assim determinadas: I - Padrão de Qualidade do Ar Intermediário 1 (PI-1) -
1406 Entra em vigor a partir da publicação desta norma; II - Padrão de Qualidade
1407 Intermediário 2 (PI-2) - Valores de concentração de poluentes atmosféricos que
1408 devem ser respeitados subsequente ao PI-1, que entrará em vigor 3 anos após
1409 a implementação do PI-1, nossa complicado, vamos lá. III - Padrão de
1410 Qualidade Intermediário (PI-3), isso aqui é o quê? PL? P1? É o quê? P1
1411 mesmo, não é? Valores de concentração de poluentes atmosféricos que devem
1412 ser respeitados subsequentes ao PI-2, que entrará em vigor 3 anos após o PI
1413 1, 2. Aí vem logo em seguida o § único, os padrões finais (PF) passam a valer
1414 subsequente ao PI-3, o qual entrará em vigor 3 anos após o PI-3. Vem a
1415 proposta agora do Estado, o MMA, CNI e o Ibama.

1416

1417

1418 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom dia a todos. Na
1419 verdade, Evandro, nós tínhamos outra proposta, nós estamos propondo uma
1420 melhoria dessa proposta que está aqui. Eu vou colocar em tela, já que, neste
1421 momento, nós vamos apenas colocar e depois vai haver o debate. Eu posso
1422 passar para eles?

1423

1424

1425 **SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Por favor. Se alguém tiver mais alguma
1426 coisa a colocar no art. 4º, aproveitem.

1427

1428

1429 **SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** - Já que nós estamos no art. 4º, acho que
1430 é o artigo principal da Resolução, qual é lógica que nós estamos seguindo aqui
1431 no encaminhamento da nossa proposta? Nós tivemos, na última reunião, uma
1432 situação inédita para mim pelo menos, houve o pedido de vistas, mas o grupo
1433 seguiu analisando de uma forma produtiva, então nós estamos partindo
1434 premissa de que aquela conversa, embora não tenha sido oficialmente isso,
1435 mas que é um texto pré-aprovado pela Câmara Técnica. Com algumas, nós
1436 mesmos estamos trazendo aqui. Sobre o art. 4º, se não me engano, nós nem
1437 nos debruçamos sobre ele na última, nós passamos. Até por que como era o
1438 grande consenso e acho que até essa análise rápida durante a tarde da última
1439 reunião mostra o nível de consenso que houve nessas sete reuniões do GT em
1440 torno de toda a Resolução. Eu estou falando mais livremente enquanto o
1441 pessoal organiza ali o arquivo. Então, qual é a nossa lógica, foi realmente

1442trazer uma proposta em função disso de que o resto da Resolução já estaria
1443pré-analisada e houve uma conversa interna dentro do Ministério, do nosso
1444secretário Ney Maranhão, no gabinete do Ministério, e nós reproduzimos aqui
1445algumas sugestões do nosso gabinete. Acho que, na parte da tarde, nós vamos
1446observar melhor, porque naquela nossa proposta anterior, seria interessante
1447alguém olhar com um olhar novo. Não estava muito claro qual era o papel do
1448Ministério do Meio Ambiente naquele texto. Então, nós estamos trazendo uma
1449proposta nova de art. 4º principalmente os parágrafos, os incisos que falam da
1450etapa intermediária 1, 2, 3 e foi nesse sentido que nós estamos apresentando
1451essa proposta, na oportunidade, nós veremos na tela.

1452

1453

1454**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Vamos aguardar ele colocar a da CNI e
1455logo em seguida nós colocamos a de vocês. Atenção. É justamente colocar
1456aqui e depois nós vamos trabalhar em cima dos pospostas. Fica mais fácil do
1457que começar a ficar discutindo, está não está igual. Então, nós colocamos e na
1458parte tarde nós trabalhamos em cima. Manara, tem alguma emenda para esse
1459art. 4º?

1460

1461

1462**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Já está lá.

1463

1464

1465**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Já está lá. Então, tudo bem. Rudolf, a sua
1466proposta para colocar aqui, as emendas para colocar? Já foi colocado? Então,
1467ok.

1468

1469

1470**O SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** - Nós não jogamos a do Rudolf aqui dentro
1471ainda, mas já está aqui para facilitar a nossa vida.

1472

1473

1474**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Então, era melhor colocar.

1475

1476

1477**O SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** - A de vocês é bem diferente, não é?

1478

1479

1480**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Eu acharia melhor colocar, colocar logo
1481para depois nós não ficarmos... Então, vamos lá colocar. Você já tem aí?
1482Então, obrigado.

1483

1484

1485**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** - Mas é o 4º ou 5º?

1486

1487

1488**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Ele está se referindo ao § único do art. 4º.

1489Ele tem mais quatro. São cinco. Cinco propostas. Depois, nós discutimos.

1490

1491

1492 **O SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** - Não, já está tudo prontinho ali. Houve
1493 uma compreensão, uma incompreensão, na verdade, do § único, as pessoas
1494 aqui de dentro que leram achavam que poderia ter um nível de explicação um
1495 pouco maior tendo em vista a importância desses estudos que deveriam ser
1496 implementados e nós fizemos essa proposta que ficou um pouco mais
1497 completa.

1498

1499

1500 **O SR. GILBERTO WERNECK (Ibama)** – Só esclarecer que essa proposta que
1501 o MMA acabou de apresentar é de supressão do § único em substituição aos
1502 cinco parágrafos propostos.

1503

1504

1505 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Quando formos deliberar, nós vemos isso.
1506 Eu vou fazer o seguinte, eu não vou ler, vai ter muita coisa, vou deixar para ler
1507 no final. Vamos passar para o art. 5º. Pois não, São Paulo.

1508

1509

1510 **A SRª. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Nós
1511 não conseguimos ver o que propôs o MMA. Eu queria de retomasse para nós
1512 darmos uma olhada e de preferência se pudesse...

1513

1514

1515 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Tudo bem, mas nós não vamos discutir
1516 sobre o assunto, só dar uma olhada.

1517

1518

1519 **A SRª. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Mas
1520 também se pudesse dar uma cópia em papel para o almoço para que nós
1521 possamos discutir e votar consciente.

1522

1523

1524 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Vou fazer isso, vou pedir para o pessoal,
1525 tem condição? Tudo bem, vamos te dar a cópia no final. Vamos fazer o
1526 seguinte: aqueles Conselheiros que estão querendo uma cópia antes de sair,
1527 por favor, põe o nome em um papelzinho desse aí para ele saber quem
1528 realmente está pedindo para depois distribuir antes de almoço. Faz o seguinte:
1529 manda para todo mundo, todo mundo quer. Todos os Conselheiros. Maria
1530 Cristina, tudo bem? Você quer dar uma lida, está tranquilo? Então, vamos ler?
1531 Proposta do MMA. Supressão do § único e inclusão dos cinco próximos
1532 parágrafos. Vamos lá, § 1º – Anualmente os órgãos estaduais do meio
1533 ambiente deverão enviar ao Ministério do Meio Ambiente, relatórios de
1534 qualidade do ar contendo os dados obtidos pelo monitoramento e uma
1535 avaliação da evolução de qualidade do ar em seu território. § 2º – Os órgãos
1536 estaduais de meio ambiente que não monitoraram a qualidade do ar devem
1537 enviar comunicação ao Ministério do Meio Ambiente sobre sua impossibilidade
1538 de elaborar relatórios. § 3º - Anualmente, o Ministério da Saúde deverá enviar
1539 o... Saúde. Está lá. § 3º - anualmente, o Ministério da Saúde deverá enviar ao
1540 Ministério do Meio Ambiente, relatórios com os dados sobre agravos de
1541 notificação relacionados à poluição atmosférica, apresentando informações

1542territorizadas sobre morbidade e mortalidade relacionada a doenças decorrente
1543da deterioração da qualidade do ar. Art. 4º: no prazo de cinco anos após a
1544entrada em vigor de uma etapa do padrão intermediário o Ministério do Meio
1545Ambiente deverá elaborar e enviar ao Conama parecer técnico baseado nos
1546relatórios dos Órgãos estaduais e do Ministério da Saúde. Aí, Mônica,
1547novamente Ministério da Saúde. Reconhecendo a data de início da etapa
1548subsequente. § 5 - Isso tudo vai ser discutido depois, só estou lendo depois
1549nós vamos deliberar isso, vamos discutir. O § 5 - o parecer técnico do
1550Ministério do Meio Ambiente deverá apresentar minuta de Resolução Conama
1551estabelecendo a data de vigência da próxima etapa a qual deverá ser
1552deliberada em regime de urgência pelo Conselho. Vamos aqui já entrando na...
1553Tudo bem? Pois não, pode falar.

1554

1555

1556**A SRª. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Nós
1557temos uma expressão no § único. No último, finalizando ali, encaminhados ao
1558Conama para deliberação sobre a mudança de etapa. Para deliberação sobre a
1559mudança de etapa. Ok.

1560

1561

1562**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Perfeito. Então, vamos para o art. 5. Art. 5º:
1563Os padrões de qualidade do ar intermediários serão considerados como os
1564Padrões de Qualidade do Ar durante o período de sua vigência. Aí tem a
1565proposta, que deve ser proposta do Grupo, da Câmara? Tudo bem. Então, a
1566proposta está aqui é só a... Vou ler. Os padrões de qualidade do ar
1567intermediários serão considerados como os padrões de qualidade do ar
1568(PEQA), o que entrou aí foi esse PEQA, durante o período de sua vigência.
1569Vamos para o § único. No que tange à gestão da qualidade do ar, o
1570licenciamento ambiental deverá obedecer aos valores do PEQA aqui definidos,
1571cabendo aos estados os critérios metodológicos por regulamentação própria,
1572obedecendo às diretrizes definidas no Pronar. Aí vem a proposta do Governo
1573de São Paulo. Eu vou ler a proposta do Governo de São Paulo. § único - para
1574gestão de qualidade do ar o licenciamento ambiental deverá considerar os
1575valores de padrão de qualidade do ar aqui definidos cabendo aos Estados por
1576regulamentação própria o estabelecimento dos devidos critérios metodológicos
1577em consonância com as diretrizes definidas no Pronar.

1578

1579

1580**A SRª. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Por
1581favor, nós queríamos trocar esta proposta. Posso?

1582

1583

1584**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Vamos aproveitar. Pode. A hora é essa.

1585

1586

1587**A SRª. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Então,
1588§ único - para gestão da qualidade do ar deverão ser considerados os padrões
1589de qualidade do ar aqui definidos... Qualidade do ar deverão ser considerados,
1590ser considerados os padrões de qualidade do ar aqui definidos cabendo aos
1591Estados por regulamentação própria, inclusive, o estabelecimento dos critérios

1592para licenciamento em consonância com as diretrizes definidas no Pronar. Ok.
1593Obrigada.

1594

1595

1596**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – De nada. A proposta da CNI. Parágrafo, no
1597que tange... Vai ter mudança, Wanderley?

1598

1599

1600**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** - Só retirar o deverá
1601observar... ok.

1602

1603

1604**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – No lugar de deverá, observar? Deverá
1605observar, Então, tudo bem. Já fez a alteração. Vamos para o art. 6º: Ficam
1606estabelecidos os seguintes Padrões de Qualidade do Ar: I – Material
1607Particulado – MP10 (material particulado com diâmetro aerodinâmico
1608equivalente de corte de 10 (dez) micrômetros). Vem a tabela, poluentes
1609período de referência PI-1, PI-2, PI-3 e PF. Aí, vamos lá, material
1610particularidade. Material particularidade, MP 10, 24 horas. Anual, 40, 100 de
161135, 75 de 30 e 50 de 80. Essa tabela, depois, nós vamos verificar. A proposta
1612da CNI. Eu não vou repetir esses valores por que esses valores, dá para nós
1613trabalharmos depois, vamos ficar repetindo toda hora a tabela. Vamos, o
1614Material Particulado, o MP 2,5. Material Particulado com diâmetro aerodinâmico
1615equivalente de corte de 2,5. Eu não vou repetir a tabela, não vou ficar lendo
1616esses valores, vamos lá para o terceiro em diante. Diâmetro de enxofre.
1617Diâmetro de nitrogênio. É muita tabela. O 5º, o ozônio. Alguém tem alguma
1618coisa referente a essas tabelas? Mudança de valores, alguma coisa? Porque
1619vou passar essas tabelas. Vamos lá o chumbo, o 8º. Fumaça. Tem uma
1620proposta da CNI no 9º. Fumaça (FMC), poluentes propriedade de referência.

1621

1622

1623**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Evandro, pode retirar, de
1624fumaça, pode retirar.

1625

1626

1627**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Então, tira essa proposta da CNI. Logo em
1628seguida, vamos para § 1º - O chumbo no material particulado é um parâmetro a
1629ser monitorado em áreas específicas, em função da tipologia das fontes de
1630emissões atmosféricas e a critério dos órgãos ambientais. § 2º - As Partículas
1631Totais em Suspensão (PTS) e o material particulado em suspensão na forma
1632de fumaça (FMC) são parâmetros auxiliares, a serem utilizados em situações
1633específicas, a critério do órgão ambiental competente. § 3º - Ficam definidas
1634como condições de referência a temperatura de 25º C e a pressão de 760
1635milímetros de coluna de mercúrio (1.013,2 milibares). Esse em vermelho é o
1636que? Proposta de... da Câmara. Põe aí, proposta da Câmara Técnica. Não,
1637ainda é referente ao 3º... Isso mesmo. Ficam definidas como condições de
1638referência para a temperatura de 25ºC e a pressão de 760 milímetros de
1639coluna de mercúrio (1.013,2 milibares). Bom, proposta da CNI, emenda 20,
1640aditiva. Continua, não é, Wanderley? Artigo novo. Continua ou tem alteração?
1641Tudo ok, Wanderley, vê lá. Eu vou ler você vai verificando aí. Artigo Novo:

1642Visando a implementação dos Padrões estabelecidos no Artigo 6º e das metas
1643intermediárias, dever-se-á estabelecer Planos Estratégicos de Qualidade do Ar
1644– PEQAs baseados minimamente em inventário de fontes fixas e móveis e
1645monitoramento da Qualidade do Ar por pelo menos 1 (um) ano. É isso mesmo,
1646Wanderley?

1647

1648

1649**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** - Na verdade, Evandro, nós
1650queremos condensar em uma proposta única, parágrafo novo, aliás, um novo
1651artigo. Então, poderia copiar para mim visando a implementação estabelecidos
1652no art. 4º, não é mais 6º. Já pode pôr ali. Deverão ser, art. 4º: deverão ser
1653elaborados programas de controle de emissões atmosféricas baseados, aí
1654basicamente o que está lá, baseados em inventário de fontes fixas e móveis e
1655monitoramento da qualidade do ar conforme diretrizes estabelecidas no Pronar.
1656Aí tira o prazo. Vou ler novamente. Baseados minimamente em inventário de
1657fontes fixas e móveis e monitoramento da qualidade do ar, conforme diretrizes
1658estabelecidas no Pronar. Aí eu remeto tudo ao Pronar, não vou definir nada
1659aqui. O resto pode apagar.

1660

1661

1662**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Vamos para a segunda proposta da CNI.
1663Emenda - 21. Essa aí continua, Wanderley? Retira? Então, retira. A 21 e 22
1664retira. Pronto. Vamos para o art. 7º. Vamos lá Art. 7º Os critérios e referenciais
1665metodológicos para medição da qualidade do ar incluindo os métodos de
1666referência de amostragem e análise dos poluentes atmosféricos, critérios de
1667localização dos amostradores e de representatividade temporal dos dados
1668deverão ser definidos em guia técnico a ser elaborado pelo Ministério do Meio
1669Ambiente, no prazo de seis meses da vigência desta norma. Aí vem § 1º -
1670Considerando-se Métodos Equivalentes os métodos de medição que
1671estabelecem uma resposta adequada em relação aos respectivos Métodos de
1672Referência, atendendo características e critérios de desempenho estabelecidos
1673no guia mencionado no caput deste artigo. Logo em seguida, vem uma
1674proposta do Governo de São Paulo. Continua com essa proposta?

1675

1676

1677**A SRª. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Não. O
1678Governo de São Paulo retira essa proposta e faz uma nova proposta.

1679

1680

1681**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Então, por favor, apaga essa aí e coloca
1682uma nova proposta. É alteração da proposta. Por favor, pode dizer.

1683

1684

1685**A SRª. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – A
1686nossa proposta é eliminar o § 1º e o 2º total, na íntegra e fazer um § único, que
1687eu gostaria de ditar. Nós retiramos a proposta inicial. A nova é suprir o § 1º e o
16882º. Supre. Tira o § 1º, tira o 2º e substitui por um § único que eu vou ditar o
1689texto.

1690

1691

1692 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Vai ter que copiar. O 2 vai ter que copiar. O
16931 já foi suprido, ele já supriu. Agora copia e suprir. Na proposta do Governo de
1694São Paulo, poderia colocar, entre parênteses, supressão, ficaria melhor para
1695nós sabermos. Supressão do § 1º e supressão do § 2º também. Isso. 1 e 2,
1696perfeito.

1697

1698

1699 **A SRª. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – E a
1700inclusão do § único.

1701

1702

1703 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – § único, aí vai colocar um § único.

1704

1705

1706 **A SRª. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Então,
1707§ único - Os órgãos ambientais competentes poderão utilizar métodos
1708equivalentes desde que estejam de acordo com os critérios estabelecidos no
1709guia técnico, mencionado no caput desse artigo.

1710

1711

1712 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Perfeito. Esse § 2º é original, fica, é
1713original. Por favor, esse § 2º fica em cima desse § único, joga o § 2º em cima
1714do que você colocou. Joga para cima. Aí joga para cima do outro. Isso. Na
1715verdade, ele que é o original, ele deveria estar por cima desse. Coloca logo
1716abaixo dos dois, do primeiro. Porque você botou o § 1º, aí § 1º você... Isso. Eu
1717ainda não gostei, não está legal. O § 1º você fez o correto, até o original, você
1718riscou. Quando passar para o § 2º, logo abaixo você joga o original no § 2º
1719conforme está aí, está vendo? Aí você deixa o original e você coloca o § 2º
1720riscado. Isso. Coloca o original aí. Pronto, tira ele daí e joga ele abaixo desse...
1721Agora, dá para entender. Está vendo? Esse é o original e coloca em preto.
1722Perfeito. Nós sabemos que é original, ele foi riscado e entrou § único do Estado
1723de São Paulo. Vamos para o Art. 8º - A gestão do monitoramento da qualidade
1724do ar é atribuição dos Órgãos estaduais de meio ambiente. Tudo bem? Nada
1725nesse §?

1726

1727

1728 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Para o Art. 8º, nós temos
1729uma proposta de redação. Vinicius, você consegue?

1730

1731

1732 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Deixa o original, o 8º e ele vai entrar com
1733uma proposta. Você coloca a proposta do Manara, Proam. Pronto. Deixa o 8º
1734aí, o copia, põe em vermelho. Manara, com a palavra para fazer a inclusão do
1735artigo.

1736

1737

1738 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Quer que eu leia? Você não
1739conseguiu puxar aí? Ele já está com o arquivo em Word. Página 20, se você
1740quiser a referência. O primeiro § do art. 8º.

1741

1742

1743 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Não tem a página:

1744

1745

1746 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Pode ir. Esse daí é o
1747 contexto técnico primeiro, antes das propostas.

1748

1749

1750 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Perfeito. Esse aí.

1751

1752

1753 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Também, logo na
1754 sequência, nós estamos propondo um novo art. 9º, antes desse que está no
1755 texto. Então, seria para incluir o que está também na página 20.

1756

1757

1758 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Tudo ok. Já coloca aí e depois eu leio.

1759

1760

1761 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – É antes. Esse passaria a ser
1762 o 10º. Depois do caráter seletivo, supletivo tem uma proposta de art. 9º.

1763

1764

1765 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Isso passa a ser, Manara, um novo artigo?
1766 Então, o que vai ser o art. 9º passar a ser o art. 10º.

1767

1768

1769 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Presidente, só para manter
1770 a coerência com o que trouxemos de proposta dentro do GT, eu gostaria da
1771 todas as citações Proam, fossem Proam / Ministério Público Federal. Obrigado.

1772

1773

1774 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Tudo bem. Faz essa alteração, por favor.
1775 Então, foi incluído mais um artigo logo após o artigo 8º, então o que era 9º
1776 passa a ser o art. 10. Ouvia, Manara? Colocamos como novo artigo porque nós
1777 não vamos alterar no momento. Depois, na discussão, se aprovado, entra
1778 como um art. 9º.

1779

1780

1781 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Normalmente é colocado
1782 como XX, pode colocar XX.

1783

1784

1785 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Então, vamos para o art. 9º, 9º é original.
1786 Os Órgãos estaduais de meio ambiente deverão elaborar um Plano de
1787 Emergência para Episódios Críticos de Poluição do Ar, visando medidas
1788 preventivas dos governos do Estado, dos Municípios, das entidades privadas e
1789 da comunidade com o objetivo de evitar graves e iminentes riscos à saúde da
1790 população. Tem uma proposta logo abaixo. Continua com a proposta?

1791

1792

1793 **A SR^a. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Não,
1794 nós queríamos tirar essa proposta e fazer uma nova redação. Posso ditar?
1795 Ficam estabelecidos os níveis de qualidade do ar que caracterizam os
1796 episódios críticos de poluição do ar, visando a elaboração de plano de
1797 emergência com ações dos governos do Estado, dos municípios, das entidades
1798 privadas e da comunidade com o objetivo de evitar graves e iminentes riscos à
1799 saúde da população.

1800

1801

1802 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Ok. Taxa, por favor, o anterior. Isso. Então,
1803 vamos para o § 1º do art. 9º - considera-se episódio crítico de poluição do ar a
1804 presença das altas concentrações de poluentes na atmosfera em curto período
1805 de tempo resultante da ocorrência de condições meteorológicas desfavoráveis
1806 à sua dispersão. § 2º - Para execução do Plano de Emergência ficam
1807 estabelecidos os níveis de Atenção, de Alerta e de Emergência. § 3º - Para a
1808 ocorrência de qualquer dos níveis enumerados serão consideradas as
1809 concentrações de dióxido de enxofre (SO₂), material particulado MP10 e
1810 MP2,5, monóxido de carbono (CO), dióxido de nitrogênio (NO₂) e ozônio (O₃),
1811 bem como as previsões meteorológicas e os fatos e fatores intervenientes,
1812 previstos e esperados. § 4º - As providências a serem tomadas a partir da
1813 ocorrência dos níveis de Atenção e de Alerta têm por objetivo evitar o
1814 atingimento do Nível de Emergência. § 5º - Durante a permanência dos níveis
1815 acima referidos, as fontes de poluição do ar ficarão, na área atingida, sujeitas
1816 às restrições previamente estabelecidas pelos órgãos ambientais. Agora vamos
1817 para o art. 10º...

1818

1819

1820 **A SR^a. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Eu
1821 gostaria de fazer uma alteração no texto do § 5º.

1822

1823

1824 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Vamos lá então, § 5º para fazer alteração,
1825 copia aí.

1826

1827

1828 **A SR^a. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Fica
1829 igual até o “estabelecidas”. A proposta de São Paulo é retirar pelo órgão
1830 ambiental e substituir em plano específico.

1831

1832

1833 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Então, sai órgãos ambientais e entra plano
1834 específico.

1835

1836

1837 **A SR^a. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – E
1838 gostaria também de pedir, é que eu vou me ausentar uns minutos e passar a
1839 voz para a Maria Helena. Ok? Obrigada.

1840

1841

1842 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Ok. Sem problema nenhum. Eles tiraram
1843 órgãos ambientais e incluíram em plano específico. Foi só a retirada.

1844

1845

1846 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Nós temos algumas
1847 propostas aqui de substituição por completo desses artigos, eu não estou
1848 colocando item a item, mas, no nosso documento, já é apresentado proposta
1849 de texto desde o art. 10º até o 13º. 15º.

1850

1851

1852 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Essa é a hora. Nós vamos começar agora
1853 com o art. 10º, se tiver você coloca, pede palavra e vamos entrar com uma
1854 proposta.

1855

1856

1857 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Está ok. Mas, como a nossa
1858 proposta é a substituição por completo desses artigos, poderia colocar no fim
1859 até para melhor organização. Isso é uma sugestão. Se quiserem colocar artigo
1860 a artigo, é só fragmentar...

1861

1862

1863 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Eu acharia melhor colocar antes. Manara, a
1864 partir do art. 10º que você está dizendo, é que vai colocar...

1865

1866

1867 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Evandro, sugestão ao
1868 Doutor Manara. Manara, se não me engano, vocês estão recuperando as
1869 emendas anteriores que vocês tinham aos dois artigos, não é isso? Só pedir
1870 para recuperar nas versões anteriores, já está tudo lá. É só pegar lá, as
1871 emendas estão nas versões antigas. Emendas do Ministério Público e da
1872 Proam.

1873

1874

1875 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Colocamos agora com a
1876 citação do artigo como ficou na versão suja. Então, é do art. 10º ao 15ª. Aí se
1877 quiserem enxertar porque agora está 10º, não é?

1878

1879

1880 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – No final. Do 10º ao 15º.

1881

1882

1883 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Então, para todos eles,
1884 entende-se que a nossa proposta é a substituição por completo do texto.

1885

1886

1887 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Então, tudo bem. Você vem abaixo desse
1888 art. 10º até o 15ª coloca lá no final. Não, aqui não tem tabela.

1889

1890

1891 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – É que nós estamos
1892 justificando todas as propostas. Então, a justificativa não entra no texto, lógico.

1893

1894

1895 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Art. 10º. É de azul, em azul, a mudança em
1896 azul aí desce.

1897

1898

1899 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Henrique, vai até a página
1900 25 e depois entra a justificativa.

1901

1902

1903 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Volta a justificativa, até saúde, danos à
1904 saúde. Cópia e joga no final. Depois do 15º. É que tem uma proposta,
1905 justamente. Isso.

1906

1907

1908 **A SRª. MARIA HELENA PACHECO SCHUSTER (Governo de São Paulo)** -
1909 Nós temos uma proposta também no art. 14.

1910

1911

1912 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Art. 14? Volte lá ao original.

1913

1914

1915 **A SRª. MARIA HELENA PACHECO SCHUSTER (Governo de São Paulo)** -
1916 Art. 14, podia copiar igual ao que está e cortar a última frase, prevendo-se a
1917 criação de um comitê de acompanhamento e avaliação do programa.

1918

1919

1920 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Então, coloque aí. É isso? Art. 14. Bom, no
1921 final aqui tem uma proposta da CNI. Wanderley, continua a sua proposta? Uma
1922 emenda 26, um novo artigo, ficam revogado o item 2... Põe a proposta original.
1923 Aí. Volta. Isso aí. Vai ser um novo artigo?

1924

1925

1926 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – A princípio sim porque eu
1927 estaria eliminando dispositivos da 05 que conflitam com a proposta dessa
1928 proposta de Resolução. O que inclusive foi pedido aqui, não se se todos
1929 fizeram, desse uma olhada mais detalhada na 05, para saber se são só esses
1930 dispositivos ou terão outros que deveriam ser também revogados. Eu não sei
1931 se todo mundo olhou isso ou não.

1932

1933

1934 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1935

1936

1937 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Então, nós completamos,
1938 nós podemos completar.

1939

1940

1941 **O SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** - Pareceu-me que, além do 2.2.1, o 2.3
1942 também. O 2.3, nós olharmos depois direitinho.

1943

1944

1945 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Meus amigos, minhas amigas, nós já
1946 fizemos todas, já colocamos todas as emendas aqui na proposta de Resolução.

1947 Eu acredito... Já são 12h20, que tal se nós encerrarmos a reunião agora e

1948 daríamos início à 14h?

1949

1950

1951 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Conversando aqui com os
1952 colegas dos Estados, talvez nós precisemos de um prazo um pouquinho maior
1953 porque o que aconteceu aqui agora é que houveram novas propostas.

1954

1955

1956 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – E ficamos de dar a cópia para vocês.

1957

1958

1959 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** - Não é só pegar cópia, é
1960 sentar e conversar. Eu acho que é importante nós fazermos isso, conversar
1961 com os Estados, Ministério do Meio Ambiente também trouxe propostas, nós
1962 modificamos a nossa proposta. A minha proposta aqui aos Conselheiros é que
1963 nós retornássemos às 15h. Não tem jeito, Evandro.

1964

1965

1966 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Então, tudo bem. Não tem problema
1967 nenhum. Acho que nós temos que trabalhar legal, não vai adiantar avançar e
1968 querer acabar, não adianta nada. Por mim, tudo bem, 15h, fica tranquilo.

1969

1970

1971 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Concordo com a proposta
1972 do Wanderley da CNI que até já, indiretamente e diretamente, justifica toda a
1973 reclamação nossa do que aconteceu na 7ª Reunião do GT. Precisamos de
1974 tempo toda vez que é apresentada uma nova proposta para ter um
1975 posicionamento consciente, para ter um posicionamento estudado e
1976 compartilhado com os seus pares e seus assistentes. Foi isso que nós não
1977 tivemos, nos foi impedido na condução da 7ª Reunião.

1978

1979

1980 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Ficamos combinados assim, até às 15h
1981 nós retornamos e vocês nesse intervalo de tempo se comuniquem e tirem as
1982 dúvidas. Foi encerrado. Então, o retorno vai ser às 15h. Só gostaria que
1983 avisassem o presidente, o Márcio, para ele não chegar aqui... Um minutinho só,
1984 a palavra aqui para o Conselheiro.

1985

1986

1987 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Eu só estou lembrando que seria importante se
1988 fosse possível o Ministério fazer um esforço e dar para nós já agora essa parte
1989 impressa disso para que nós possamos discutir, tendo a proposta na mão.

1990

1991

1992 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Vamos dar para vocês.

1993

1994

1995 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Eu preciso de dois minutos ou três para ir lá em
1996 cima imprimir e voltar.

1997

1998

1999 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Sem problema nenhum, a reunião ia ser
2000 até 13 horas.

2001

2002

2003 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Quem quiser a proposta em mãos tem que
2004 aguardar aqui.

2005

2006

2007 *(Intervalo para o almoço)*

2008

2009

2010 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

2011 **(Ibama)** – Boa tarde. Eu peço desculpas pela confusão toda e acabei me
2012 atrasando agora para voltar. Agradeço ao Evandro e ao mesmo tempo passo a
2013 palavra para Evandro relatar para todos nós como foram os trabalhos pela
2014 manhã.

2015

2016

2017 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Márcio, o que eu fiz foi o seguinte, eu
2018 peguei a proposta de Resolução que já tinha algumas emendas lá. Perguntei
2019 aos membros da Câmara se teria alguma coisa a colocar mais, e sim teve
2020 mudanças e teve retirada e incluindo outras. Foi colocado... Debaixo da lista de
2021 presença eu mandei tirar uma cópia da nova proposta de Resolução, já
2022 alterada. Então, aí o que vai acontecer? É votação. É discutir item por item e ir
2023 para votação. Ficou assim.

2024

2025

2026 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

2027 **(Ibama)** – Depois desse encaminhamento ninguém tem contestação, ou
2028 adendo a isso? A minha pergunta é a seguinte, todas as emendas passíveis de
2029 ser colocadas já foram colocadas? O nosso trabalho agora seria passar uma a
2030 uma e deliberar. Do ponto de vista metodológico, dá para ir uma a uma ou tem
2031 alguma que condicione às outras e temos que discutir primeiro... Tem que ir
2032 uma a uma. Dá para ir uma a uma sem problema. Porque às vezes vamos uma
2033 a uma e daqui há pouco chega em uma terceira que influencia na primeira. Não
2034 corremos esse risco?

2035

2036

2037 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Márcio, basicamente, eu
2038 acho que nós teríamos passar emenda por emenda, algumas que nós
2039 representamos o que nós fizemos, é importante dizer. Foi feita uma discussão
2040 entre alguns autores para buscar algum consenso para facilitar a discussão.

2041Então, à medida que... Tem alguns pontos de proposta que nós vamos fazer,
2042nós devemos aqui localmente na hora de fazer proposta de mudança buscando
2043o entendimento entre alguns representantes aqui na Câmara Técnica.

2044

2045

2046**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
2047**(Ibama)** – Tranquilo. Parabenizo a todos, se nós conseguimos esse nível de
2048acerto, de acordo já é um bom sinal para nós avançarmos. Já temos uma... Eu
2049nesse meio tempo consegui uns óculos capazes de ler Resolução do Conama
2050à distância. Eu acho que agora vai melhorar tudo. O meu ponto de vista vai
2051ficar melhor. Então, vamos começar com... Há uma proposta de supressão, é
2052isso? Do Proam em relação a um considerando que fala: considerando que a
2053doação de padrões nacionais de qualidade do ar é parte estratégica do Pronar,
2054com uma ação complementar e referencial às práticas de controle fixadas pelos
2055demais instrumentos estabelecidos. A proposta é supressão só desse
2056considerando. É isso? E o outro considerando não tem nada a ver com isso? É
2057só votar ou nós temos que justificar. Eu gostaria que a Proam justificasse a
2058proposta de supressão, só para nós podermos...

2059

2060

2061**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Nós já justificamos. Eu li
2062aqui, inclusive a justificativa. Quer que repita?

2063

2064

2065**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
2066**(Ibama)** – Não. Se é só uma deficiência minha, não tem problema, vamos
2067adiante. Está claro isso? É só votar? Eu vou ter dificuldade de votar, mas tudo
2068bem.

2069

2070

2071**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Márcio, na verdade nós
2072defendemos a manutenção desse considerando, achamos ele importante, ele
2073já estava no texto anterior e a CNI gostaria que fosse mantido o considerando.

2074

2075

2076**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
2077**(Ibama)** – Então, por favor, Manara, eu vou pedir para você repetir as
2078supressões porque aí fica uma defesa e uma...

2079

2080

2081**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Essa justificativa já consta
2082da página 16 do documento disponibilizado já para vocês. Os conceitos
2083subjacentes aos considerandos acima induzem o executor da norma a
2084possibilidade de não cumprir ou de postergar a implementação dos padrões de
2085qualidade do ar, uma vez que vinculariam as ações ao entendimento da
2086capacidade de gestão ou da situação de qualidade do ar. A Resolução sob
2087revisão está em vigor desde 1990 e essa possibilidade não pode mais ser
2088considerada, uma vez que os Estados já tiveram prazo suficiente, quase 25
2089anos para elaborarem políticas de capacitação e estruturação. Tais
2090considerandos foram incluídos na última reunião do GT de Qualidade do Ar de

2091forma repentina sem que tenha havido tempo para uma discussão
2092aprofundada.

2093

2094

2095**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

2096**(Ibama)** – Eu só vou fazer um adendo que é o seguinte, eu participei da última,
2097não sei se se mais alguém aqui estava, na última reunião da Câmara Jurídica.
2098De novo eles insistiram com a ideia de suprimir todos os considerandos. Então,
2099isso está ainda... É um ponto de honra da Câmara Jurídica a extinção dos
2100considerandos ao mesmo tempo em que a Plenária do Conama, só para
2101ilustrar, a Plenária do Conama se posicionou favorável à manutenção dos
2102considerandos. Então, essa é o ponto que nós estamos em termos de Conama
2103em relação a considerandos de uma maneira em geral.

2104

2105

2106**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Márcio, a Adriana realmente chegou a
2107falar, houve essa discussão aqui e a própria Zilda falou a respeito disso, da
2108Câmara Jurídica que quer realmente suprimir esses considerandos, mas a
2109Adriana acha que deve ficar. Aí está em impasse aí.

2110

2111

2112**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

2113**(Ibama)** – Na última vez que isso foi a discussão na Plenária, a Plenária se
2114posicionou favorável à manutenção. Então, vamos trabalhar com a ideia de
2115manutenção mesmo que corra o risco de supressão. Eu pergunto aos membros
2116da Câmara se estamos devidamente esclarecidos ido para votar. Podemos
2117votar diretamente.

2118

2119

2120**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Eu gostaria também para
2121equilíbrio das propostas, escutar as justificativas da CNI por que são contra.

2122

2123

2124**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Márcio, as justificativas
2125foram apresentadas na última reunião, na verdade, os padrões de qualidade do
2126ar é um instrumento de gestão, ele não funciona sozinho, ele se comunica com
2127o Plano Nacional de Qualidade do Ar e nós achamos que essa referência
2128especificamente para aplicação do padrão é algo fundamental. Não
2129simplesmente como nós temos aqui no segundo considerando que nós
2130fazemos a consideração em relação à Resolução 05, que trata do Pronar, uma
2131Resolução que nós vamos, a princípio o Conama quer rever, mas esse
2132segundo considerando entra no mérito, ele fala no mérito da importância do link
2133entre o padrão de qualidade do ar e o Pronar. Então, nós defendemos a
2134manutenção dele.

2135

2136

2137**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

2138**(Ibama)** – Gente, eu acho complicado nós ficarmos discutindo considerandos
2139com todas as coisas. Porque considerando não tem valor mandatório nenhum.
2140Então, essa preocupação do proam em relação à questão de que vá postergar

2141a aplicação do padrão de qualidade não procede. Quer dizer, pode servir como
2142uma justificativa, não estou com o Pronar pronto. Então, mas isso é uma
2143justificativa muito frágil porque não existe essa relação. Por outro lado é
2144verdade isso, eu acho que nós temos que ter muito claro, quando nós vemos a
2145argumentações dizendo que o padrão de qualidade do ar causa mortalidade, o
2146padrão de qualidade do ar jamais vai causar mortalidade de ninguém, o padrão
2147de qualidade do ar é simplesmente um valor de referência para alerta e para
2148providências, mas ele em si, o que causa mortalidade e morbidade é a
2149poluição. O padrão de qualidade é só o termômetro que mede a febre, quer
2150dizer, nós imaginarmos que o termômetro é o responsável pela doença é
2151confundir um pouco as coisas. Então, nós temos que ter bem claro isso, quer
2152dizer, de fato o que eu terei a partir dessa Resolução é um termômetro nacional
2153dizendo o que é febre para nós. É só isso que nós estamos discutindo nessa
2154Resolução. Essa Resolução não vai ter incidência direta sobre a morbidade e a
2155mortalidade por doença respiratória, ou poluição atmosférica. O que estamos
2156estabelecendo é um termômetro para medir o grau de risco, o grau de
2157tolerância que a legislação estabelece em relação a qualidade do ar. É só isso.
2158Bom, dito isso, por favor, Ministério Público pediu a palavra.

2159

2160

2161**A SR^a. EVANGELINA VORMITTAG (Ministério Público Federal)** - Então, em
2162relação ao primeiro considerando, é a questão do Pronar que o Pronar ainda
2163não foi revisto na forma como ele está hoje. E o que ele está escrito é que é
2164mesmo em estratégia, já se sabe e é uma ação complementar a qualquer
2165gestão. Só que como nós não temos ainda o Pronar e o Pronar está
2166desatualizado, isso pode prejudicar, no caso, assim como os dois seguintes
2167considerandos, como já explicado pelo Manara, pode prejudicar dar a abertura
2168para abrir exceções ou situações em relação à gestão. Em relação ao que o
2169senhor acabou de dizer eu gostaria de complementar o seguinte, sim o padrão
2170não vai determinar mais mortes ou menos mortes, porém, ele é um termômetro
2171de medida. Quando você tem um termômetro 37,5 e acima disso é febre você
2172vai tratar a febre. Se o seu termômetro ele tem um valor mais alto o que
2173acontece é que você se baseia em uma medida de termômetro que vem causar
2174um prejuízo maior para a saúde, porque isso é o regulamentado. Então, um
2175termômetro errado ele do ponto de vista de gestão acaba acarretando mais
2176mortes e providências que possam trazer a diminuição dessas.

2177

2178

2179**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
2180**(Ibama)** – Eu não preciso ouvir isso, eu sou profissional da área de meio
2181ambiente, eu não preciso ouvir isso, por favor.

2182

2183

2184**A SR^a. EVANGELINA VORMITTAG (Ministério Público Federal)** - Eu
2185também sou da saúde, então, também tenho minha interpretação em relação a
2186isso.

2187

2188

2189**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
2190**(Ibama)** – Por favor, vamos manter o nível. A questão não é essa, o que eu

2191 falei foi termômetro e você está... O que você falou foi repetir o que eu disse,
2192 de fato, nós estamos discutindo aqui o termômetro e ninguém falou em
2193 termômetro certo ou errado. Porque nós não estamos discutindo o padrão
2194 ainda. Nós só estamos dizendo que nós estamos estabelecer aqui é um
2195 padrão, se o padrão é bom, é suficiente, não é suficiente, essa discussão não
2196 entrou aqui, não está aqui. Muito bem. Então, vamos lá. Eu vou, na medida do
2197 possível eu vou restringir a palavra aos membros da Câmara, eu não quero
2198 mais que fiquemos aqui voltando para questões que nós já discutimos
2199 exaustivamente nessa Câmara. Então, vamos lá, vamos colocar em votação,
2200 por favor, a lista de presença. Essa está atual para a tarde? Para conduzir a
2201 votação. Então, por favor, o Doutor Wanderley, pela manutenção ou
2202 supressão?

2203

2204

2205 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) – Manutenção.**

2206

2207

2208 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC) – Pela manutenção.**

2209

2210

2211 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam) – Pela exclusão.**

2212

2213

2214 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Funpapi) – Pela supressão.**

2215

2216

2217 **A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS) – Pela manutenção.**

2218

2219

2220 **A SR^a. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo) – Pela**
2221 **manutenção.**

2222

2223

2224 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

2225 **(Ibama) –** Eu voto pela manutenção também. Então, está mantido. O segundo

2226 considerando, aquele está pintando em amarelo por alguma razão? É o mesmo

2227 que está sendo proposto a supressão também? Está em amarelo a proposta

2228 original e abaixo a proposta de supressão. Então, eu vou ler o considerando.

2229 Considerando que a melhoria da qualidade do ar pode ser escalonada em

2230 etapas bem definidas a serem avaliadas periodicamente com relação à sua

2231 evolução, conformidade e atendimento, querem fazer a defesa e alguém

2232 defende a manutenção? Não? Eu também não. Eu acho que essa... Vamos

2233 pela supressão? Alguém? Ninguém defende a manutenção? Então, está

2234 suprimido. Considerando a capacidade nacional, é essa a próxima?

2235 Considerando a capacidade nacional na implantação dos instrumentos de

2236 gestão de qualidade do ar e que o atingimento dos padrões de qualidade do ar

2237 envolve a minoria contínua e progressiva desses instrumentos resolve. Eu acho

2238 que não... Não tem não. O resolve de fato esse não faz sentido. Na verdade

2239 nós temos os considerando e depois se passa ao texto diretamente. Então, o

2240 considerando é: considerando a capacidade nacional na implantação dos

2241instrumentos de gestão na qualidade do ar e que o atingimento dos
2242instrumentos da qualidade do ar envolve a maioria contínua e progressiva
2243desses instrumentos... A proposta de supressão é de quem? Do Proam
2244também. Alguém defende a manutenção? Não? Então, pela supressão. Art. 1º
2245sem problemas? Art. 2º sem problemas? Art. 2º tem três propostas, muitos
2246problemas: problemas. Então, vamos ler inicialmente o artigo segundo então. O
2247art. 2º diz: o padrão de qualidade do ar é um dos instrumentos de gestão da
2248qualidade do ar, no território nacional, determinado nessa Resolução como
2249valor de concentração de um poluente específico na atmosfera, associados ao
2250intervalo de tempo a ser implantando em etapas subsequentes, contemplando
2251a aplicação de medidas preventivas e de controle apropriadas. Eu vou ler de
2252novo que até para mim está meio confuso. O padrão de qualidade do ar é um
2253dos instrumentos de gestão da qualidade do ar no território nacional,
2254determinado nesta Resolução como valor de concentração de um poluente
2255específico na atmosfera, associado a um intervalo de tempo, a ser implantado
2256em etapas subsequentes contemplando a aplicação de Medidas Preventivas e
2257de controle apropriados. A proposta do Governo de São Paulo é: O padrão de
2258qualidade do ar é um dos instrumentos de gestão da qualidade do ar no
2259território nacional, determinado nessa Resolução como valor de concentração
2260de um poluente específico na atmosfera associado a um intervalo de tempo.
2261Proposta do Proam é: para efeito dessa Resolução considera-se como padrão
2262de qualidade do ar a concentração de um poluente associado a um intervalo de
2263tempo que quando ultrapassado afetará a saúde, o bem estar da população e o
2264meio ambiente. Alguém defende a manutenção da primeira redação? Essa
2265redação é que veio do Grupo de Trabalho. É isso.

2266

2267

2268**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu acho que foi fruto até de
2269discussões aqui Márcio, nós modificamos aqui na Câmara, mas depois houve
2270proposta de modificação, acho que se não me engano na última reunião. Essa
2271memória eu não tenho, mas eu acho que não veio do Grupo de Trabalho isso
2272não. Veio do Grupo de Trabalho desse jeito mesmo?

2273

2274

2275**A SRª. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Eu
2276gostaria de passar a palavra para a Maria Helena.

2277

2278

2279**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
2280**(Ibama)** – É sobre esse artigo e essa redação que veio do Grupo de Trabalho.

2281

2282

2283**A SRª. MARIA HELENA PACHECO SCHUSTER (Governo de São Paulo)** -
2284Na verdade, essa redação veio do Grupo de Trabalho e ela também ficou um
2285pouco repetida no art. 3, tanto que nós propusemos a supressão desse artigo.
2286Ela está um pouco repetida no art. 2, no art. 3 e um pedaço no caput do art. 4º.
2287E ela veio do Grupo de Trabalho, a proposta da Cetesb é de retirada então
2288dessa segundo parte de ser implementada ao longo do tempo em etapas
2289subsequentes, já que isso está dito em outros artigos posteriores.

2290

2291

2292 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

2293 **(Ibama)** – Está esclarecido? Então, a proposta do Governo de São Paulo é
2294 mexer não só no art. 2º, mas também suprimir o terceiro a partir disso, para
2295 evitar a repetição e alterar o caput do 4º.

2296

2297

2298 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

2299 **(Ibama)** – Alguém tem a memória dessa discussão no GT que possa nos
2300 esclarecer se tem alguma nuance que estejamos perdendo? Porque eu,
2301 admito, aquele art. 2º da forma como está escrito um pouco confuso. O Doutor
2302 Rudolf, chegou em boa hora. Nós estamos discutindo o art. 2º eu vou lhe pedir
2303 julgada como participante de Grupo de Trabalho. Veio para nós uma redação
2304 do Grupo de Trabalho, daquela que está em preto lá e de fato ela me parece
2305 que está um pouco confusa porque ela mistura conceitos com, enfim, a
2306 redação está um pouco confusa e segundo o Governo de São Paulo se repete,
2307 essa mesma definição se repete no art. 3º e no 4º. Então, o Governo de São
2308 Paulo está propondo um alteração no art. 2º, a supressão do art. 3º e uma
2309 alteração do caput do 4º para definir uma vez só no art. 2º o conceito, eu acho
2310 que ideia é essa, no art. 2º define o conceito no 3º e 4º já adota, no 3º não
2311 precisa porque seria repetição no 4º adota já parte de adoção do conceito.
2312 Então, simplificaria. O proam tem uma proposta alternativa de redação do
2313 segundo, também mais concisa que a proposta que veio do Grupo de Trabalho.
2314 Eu pergunto como nós não acompanhamos o Grupo de Trabalho, se há algum
2315 prejuízo nessa proposta mais sintético de redação do art. 2º. Se há alguma
2316 razão para que ela redação do primeiro.

2317

2318

2319 **O SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** – Até como nós não conseguimos ver
2320 todos os três artigos na mesma tela, mas assim, o que eu me recordo é que
2321 nós tínhamos anteriormente um artigo específico de definições e esse artigo
2322 saiu. Então, eu acho isso é um resquício que ficou daquele artigo de definições
2323 e talvez as coisas se repitam. De maneira, nós temos que sentar e ver os três
2324 artigos para ver o que entrou e o que saiu para não ficar nenhuma lacuna de
2325 informação, mas eu acho que isso explica um pouquinho a possibilidade de...
2326 Ou seja, pelo que eu estou vendo aqui o art. 2º, a alteração proposta seria a
2327 retirada da última sentença, terminando em intervalo de tempo. Porque a ser
2328 implantado em etapa contemplando, isso seria algo o que estaria no 4º. O 3º
2329 seria suprimido. E aí não estou vendo... O 4º seria alterado com exceção de
2330 alguma coisa ou ficaria como está aqui? Aí fala das 4 etapas sucessivas.
2331 Realmente a leitura desses três artigos tem que ser em bloco porque um
2332 complementa o outro, ou seja, tudo isso que São Paulo está propondo faz
2333 sentido em um modelo de 4 etapas, sem datas fixas. Seria isso? Aí está tudo
2334 amarradinho. Ou seja, tem que haver uma aprovação em bloco dessa
2335 condicionante.

2336

2337

2338 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

2339 **(Ibama)** – Deixa-me fazer uma manifestação aqui, quando começou a reunião
2340 eu perguntei se nós poderíamos entrar artigo por artigo ou se nós tínhamos

2341 questões de fundo para discutir, eu estou cada vez mais me convencendo que
2342 nós temos uma questão de fundo para discutir, que é a questão das etapas. Se
2343 nós não discutirmos, não esclarecermos e não consensuarmos essa questão
2344 das etapas fica difícil discutir o texto porque o texto vai acabar de alguma
2345 maneira refletindo essa ideia, quer dizer, isso já começou nos considerandos,
2346 quando o considerando fala em etapa, não sei o quê, já gera um mal-estar. Por
2347 quê? Porque toda a discussão, o cerne da discussão no Grupo de Trabalho, a
2348 ausência de consenso no Grupo de Trabalho foi justamente a questão do
2349 faseamento da entrada em vigor do padrão. Eu acho, até onde eu pude
2350 entender, a questão da adoção do padrão da OMC como padrão de qualidades
2351 do ar está pacificada, que já era uma questão complicada no Grupo de
2352 Trabalho. Seremos o único País do mundo a ter esse padrão, mas vamos lá.
2353 Isso parece que já está apaziguado e já está definido. A questão agora é
2354 quando é que se chega lá. E aí é que voltamos à discussão da manhã, do
2355 pedido de vista e tudo mais que é a questão do ofício que pediu o retorno ao
2356 Grupo de Trabalho. Não sei se nós não devemos dar uma parada tentar ver se
2357 nós temos condições de superar essa questão da discussão das etapas em si,
2358 e depois voltarmos para o texto. Eu estou invertendo um pouco aqui a proposta
2359 que vocês mesmo fizeram pela parte de manhã, mas eu estou sentindo e eu já
2360 pressupunha um pouco que nós teríamos essa dificuldade que vai ser difícil
2361 nós discutirmos o texto se não temos clareza em relação a essa questão da
2362 faseamento. Definido o faseamento fica fácil definir o texto, inclusive definições
2363 e tudo mais. Não é Rudolf? Porque me parece que o único ponto ainda de
2364 divergência é a questão do faseamento. Não é?

2365

2366

2367 **A SR^a. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – Na verdade, é um único
2368 ponto, Márcio, mas é um ponto essencial, porque na verdade o faseamento
2369 tem a ver com o padrão de qualidade que você vai instituir no País nos
2370 próximos anos. Então, não é só isso. Eu estou aqui a pedido da Ministra. Nós
2371 temos recebido no gabinete uma série de manifestações em vários sentidos em
2372 relação a essa questão de qualidade do ar. Quem vem acompanhando a
2373 Ministra desde que ela está aqui no Ministério, inclusive como Secretária-
2374 Executiva, se recorda que um dos primeiros pontos que ela colocou como
2375 prioridade no Conama foi a questão de atualizar os padrões de qualidade, a
2376 famosa Resolução do Pronar. Isso ela colocou desde o início da gestão dela e
2377 infelizmente ela vai chegar no final da gestão como Ministra e eu acho que não
2378 vai ser possível concluir esse trabalho. Nós estamos agora aqui na Câmara
2379 Técnica com um texto sendo votado, mas mesmo com esse texto sendo
2380 votado, nós temos recebido no gabinete uma série de manifestações de vários
2381 setores em relação ao texto, alguns favoráveis, outros desfavoráveis, mas em
2382 grande maioria solicitando que haja uma maior discussão em relação não a um
2383 texto especificamente, mas uma discussão em relação à questão de qualidade,
2384 onde quer se chegar, como vai se vai chegar, se é faseamento ou não, por que
2385 o faseamento, nós falarmos que vai fazer, porque os órgãos não têm condições
2386 ou não têm ainda redes monitoramentos montadas, eu venho da antiga
2387 esquema Sema, eu trabalho na área de meio ambiente desde 1979. Eu posso
2388 contar quantas vezes vi a Pronacoop, via convênios, o Ministério do Meio
2389 Ambiente, a antiga Secretaria do Meio Ambiente financiar equipamentos de
2390 controle de poluição do ar para os Estados. Inclusive, há pouco nós estivemos

2391em alguns dos Estados, não se se foi Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul e
2392ainda tinha material encaixotado da época do Pronacoop, que foi comprado
2393com recurso do Banco Mundial e está encaixotado nos Estados. Então, nós
2394temos em círculo vicioso aí em relação a ter infraestrutura e ao mesmo tempo
2395não ter infraestrutura e com isso não conseguir atingir os padrões de qualidade
2396que se quer e acaba virando tipo cachorro correndo atrás do rabo, não
2397avancamos porque não temos condições, e ao mesmo tempo em que não tem
2398condições não consegue avançar. E tem sido muito solicitado no gabinete que
2399façamos uma discussão mais ampla, inclusive via um seminário, ou uma
2400reunião técnica, que não seja especificamente o Grupo de Trabalho que eu sei
2401que já ocorreu aqui no âmbito da Câmara Técnica, para se sair essa questão
2402de qualidade do ar. Então, o que nós trazemos aqui, nós já pensamos em
2403várias estratégias aqui no Ministério em relação a essa Resolução, já
2404pensamos, inclusive em pedir urgência porque é realmente uma matéria que
2405requer urgência, solicitar urgência, solicitar uma reunião extraordinária,
2406conseguir ter um texto votado até o final do ano. Isso foi uma das estratégias
2407que nós já pensamos. Recebemos manifestações do Ministério Público, das
2408ONGs solicitando que se abra uma discussão, ocorreu há um tempo atrás,
2409acho que tem um mês, dois meses, um seminário em São Paulo em que
2410convidaram o Ministério e depois agora recebemos as conclusões desse
2411seminário. Novos pedidos que tivessem maiores discussões. Então, eu gostaria
2412de trazer, eu acho que o fórum que está discutindo isso no âmbito do Conama
2413é a Câmara Técnica. Então, o que nós gostaríamos de trazer, eu sei que vocês
2414já estão agora trabalhando em cima de um texto, mas eu acho que seria
2415importante, dada a importante realmente do assunto, que vocês discutissem
2416aqui antes de estar trabalhando em cima de um texto específico, se é no
2417momento o mais importante continuar a discussão de um texto, para se ter um
2418texto a ser levado não próxima reunião do Conama, se esse texto nós levamos
2419como um texto ordinário, sem requerimento de urgência, sem nada disso; se
2420nós conseguimos ter um consenso suficiente, por exemplo, para requerer
2421urgência e conseguir que ele vá ser votado ainda este ano, mesmo que se faça
2422uma reunião extraordinária, se vocês julgarem que essa é a melhor medida a
2423Ministra está disposta a fazer a Reunião Extraordinária para nós conseguirmos
2424ter um texto até o final do ano e nós trabalharmos então junto com os Estados
2425em ver como é que se consegue ter uma infraestrutura mínima para fazer
2426frente ao que vai estar disposto na Resolução; ou se nós precisamos de
2427maiores discussões e se o seminário que está sendo requerido por algumas
2428ONGs, pelo Ministério Público, realmente é necessário ou não. Quer dizer, o
2429que nós queremos realmente é que vocês pensem nessas três grandes, vamos
2430dizer, eu acho que são três grandes caminhos que nós temos de aqui até o
2431final do ano, que é praticamente um mês e meio. Nós vamos ter um tempo
2432maior de discussão, vamos abrir para um seminário, vamos ter discussões
2433mais técnicas para verificar se realmente o caminho que está sendo seguido é
2434esse. Nós vamos trabalhar especificamente com o texto que já está aqui em
2435uma Resolução, para seguir o caminho, vamos dizer assim, ordinário do
2436Conama, de pedido de vistas e etc., e tal, ou se o assunto é de extrema
2437importância e justifique que se faça um requerimento de urgência, que
2438tentemos convocar uma extraordinária e tentemos finalizar o processo até o
2439final deste ano. Então, o que gostaria de trazer aqui para vocês, a pedido da
2440Ministra, é justamente que vocês enquanto Câmara Técnica façam, antes de

2441continuar na discussão do artigo por artigo, façam uma pequena reflexão sobre
2442essa questão mais voltada à estratégia para verificar no momento atual qual é
2443o melhor caminho a ser seguido, porque nós temos recebido muito demanda
2444no gabinete, muita comunicação, nós encaminhamos para o Conama,
2445encaminhamos para a Secretaria competente aqui do Ministério, mas
2446realmente está havendo um certo incômodo em relação às demandas que
2447estão surgindo. Os órgãos estaduais, Secretarias de Meio Ambiente têm nos
2448procurado também, alguns com algumas críticas a alguns textos das
2449Resoluções, outros favoráveis, não sei até que ponto realmente que a Abema,
2450vamos dizer assim, ela como Abema, como um todo ela está confiante na
2451proposta que está sendo discutida. O Ministério da Saúde também eu acho que
2452tem alguns senões, inclusive a Ministra vai se reunir com o Ministro da Saúde,
2453o setor privado também, CNI, eu acho que tem algumas questões. Eu gostaria
2454que vocês realmente fizessem uma reflexão e que nós pudéssemos, apesar do
2455assunto praticamente há 6 anos que nós vimos tentando caminhar em alguma
2456coisa já definitiva, mas também não adianta na última hora nós querermos
2457aprovar alguma coisa que realmente não vai ser o melhor para o País nesse
2458momento. Então, nós gostaríamos justamente de trazer essa reflexão aqui, que
2459vocês como Câmara Técnica pudessem trabalhar nisso e ter realmente o
2460encaminhamento que nós possamos levar para a Ministra sobre essa questão.
2461É isso que eu gostaria de trazer.

2462

2463

2464**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
2465**(Ibama)** – Obrigado. As colocações da Marília, eu acho que nos ajudam
2466bastante, tiram um pouco do peso. Eu já tinha comentados de manhã que eu
2467acho que nós realmente temos que perder a pressa. Eu acho que a questão
2468agora e nós discutirmos essa questão do ponto de vista estratégico mesmo,
2469com essa sugestão de que nós repensemos a estratégia. O texto eu acredito
2470que definida a questão fundamental que são os valores e o faseamento de
2471entrada dos valores, o texto dificilmente vai se perder muita coisa em relação a
2472isso, vamos ter talvez uma ou outra alteração de artigo. Então, eu consulto,
2473abro a palavra para que haja manifestações de sugestões de encaminhamento.
2474Então, nós temos pelo menos duas sugestões que eu acho que nós podemos
2475começar a avaliar. Uma é nós de fato suspendermos os trabalhos e propor ao
2476Ministério a realização de um recomendar ou propor a realização de um
2477seminário mais amplo, com uma maior participação dos Estados, dos órgãos
2478de saúde, das organizações não governamentais e dos órgãos de Governo e
2479nós amadurecermos isso em uma discussão de seminário mesmo, talvez até
2480trazendo experiências internacionais e etc... E a outra sugestão é nós
2481mantermos na Câmara Técnica e aí passar, eu já encaminho daí nesse outro
2482sentido, quer dizer, nós já pararmos com a discussão do texto e continuar a
2483discussão de faseamento e padrão aqui antes de voltar ao texto. Eu acho que
2484são essas são as alternativas que nós temos em princípio, mas a palavra está
2485aberta para quem quiser propor alguma outra ou fazer a defesa de uma
2486dessas, enfim.

2487

2488

2489**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Eu vejo de forma bastante
2490positiva e até surpreendente a notícia trazida pela Doutora Marília. Eu entendo,

2491apesar de alguns até verem de certa forma contraditória a posição do Proam,
2492em que em um determinado momento, na criação dessa discussão, da batalha
2493incansável durante 3 anos para se estabelecer essa discussão da revisão 03,
2494nesse mesmo nós entendemos que ampliar essa discussão fazendo o
2495seminário traria sem dúvida nenhuma um valor técnico e do posicionamento da
2496sociedade bastante interessante, oportuno e efetivo. Então, a questão não é
2497inconsistente e nem incoerente com a nossa postura porque o que nós
2498buscamos desde o início é a boa Resolução. Não necessariamente essa no
2499formato que foi trazido, que saiu do CT que chegou ao CT, como nós já
2500apontamos em termos de crítica aí a esse processo. Então, a bem de se
2501construir e de se aproveitar a oportunidade de forma efetiva para a construção
2502de uma boa Resolução sobre esse tema tão importante, tão urgente e
2503necessário para a sociedade brasileira, nós entendemos que essa proposta da
2504ampliação da discussão, Doutora, e o seminário, nesse momento seria
2505fundamental porque nós não conseguimos, infelizmente, agregar esses valores
2506técnicos na profundidade devida no GT, infelizmente. E precisamos sim
2507alimentar esse processo com esses fundamentos e com esse momento e com
2508essa oportunidade. Então, eu repito, a bem de boa Resolução eu sugiro aqui e
2509já anuncio a posição do Proam para que possamos paralisar os trabalhos no
2510CT para construir por esse outro caminho.

2511

2512

2513**A SR^a. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Nós de
2514São Paulo nós passamos por esse processo a questão de 3 anos atrás, 4, 5
2515anos. Houve muita discussão. Houve, na verdade, vários seminários. Foi
2516chamado o pessoal da Europa, essa discussão foi feita e, embora nós sempre
2517imaginemos que quando você abre essas discussões as coisas vão ser mais
2518amplas, acabam ficando sempre naquela meia dúzia de pessoas que foram as
2519mesmas meia-dúzia de pessoas que participaram desse Grupo de Trabalho.
2520Então assim, o que nós queremos, na verdade, é mostrar para vocês que não
2521necessariamente adiar isso aqui vai mudar muito a nossa posição. Eu acho o
2522seguinte, nós votamos pela continuidade porque a nossa experiência tem
2523mostrado que o que precisa ser discutido aqui é muito mais uma questão de
2524política ambiental do que números. Nós estamos falando aqui de prazos de
2525quando é que vai ser colocado as etapas. Tem algumas coisas que para serem
2526pontuadas nesses prazos. Nós temos duas Resoluções Conama,
2527particularmente a 436 que saiu em 2011, que estabelece prazos até 2021 para
2528controle de fontes existentes. Então assim, seria ingenuidade nossa imaginar
2529que antes de 2021 nós tivéssemos grandes alterações para melhor na
2530qualidade do ar. Então, nós vamos ter que fazer realmente um ponderado e um
2531trabalho de casa dentro dos órgãos ambientais para valer não essa Resolução,
2532para valer a 436 que nós temos uma tarefa grande que é já estabelecido que
2533seria a redução das fontes. Temos o Proconve também estabelecido em
2534metas. Então, eu acho que adiar essa decisão nós só vamos perder. Nós
2535vamos perder porque tem alguns artigos que forçam os órgãos ambientais, que
2536não estão aqui, não porque não foram convidados, mas porque cá para nós
2537nunca participam, nós sabemos disso, eu já participei de várias Resoluções
2538Conama, embora eu esteja chegando nessa agora, mas nós já participamos de
2539algumas, mas nós sabemos que são sempre os mesmos órgãos ambientais, a
2540mesma sociedade civil que participa. Então, eu acho que nós estaríamos, na

2541 verdade, só adiando uma decisão que nós sabemos que vai ter que ser tomada
2542 e que já está no papel. Então, o Estado de São Paulo vota pela continuidade
2543 da discussão na Câmara Técnica.

2544

2545

2546 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

2547 **(Ibama)** – Mais alguém gostaria de se manifestar?

2548

2549

2550 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – O que a Doutora Marília

2551 Marreco trouxe a essa Câmara é verdade. No fundo no fundo nós até

2552 conversamos antes, o que e causa um pouco de angústia para o setor

2553 industrial e que causou também para todos os colegas aqui presentes é

2554 estarmos definindo antes padrões do que discutir o Pronar, quer dizer, no fundo

2555 no fundo o que nós queríamos era revisar a 05 e depois a 03 porque realmente

2556 uma coisa comunicava a outra. Isso foi lá no início, como o mandato do GT era

2557 específico para a revisão da 03 e nós acabamos enxertando o Pronar em

2558 vários pontos da Resolução para tentar cumprir o mandato que o GT tinha e

2559 que a Câmara também porventura tenha. É verdade também que há por parte

2560 do setor empresarial uma divisão, setores que de fato acham que o tema

2561 deveria ser mais debatido do que outros. Isso é fato, isso é verdade. Agora,

2562 tem um sentimento da questão política. Se nós discutimos bastante, há sim um

2563 posicionamento claro da sociedade civil e do Ministério Público numa direção e

2564 há um movimento por parte do setor empresarial, também com alguns Estados

2565 em outra direção. Eu acho que é uma decisão política, não é técnica mesmo e

2566 fato. Aí talvez o próprio Ministério, eu não sei exatamente quais as

2567 manifestações que chegaram até o gabinete da Ministra, mas esse é um tema

2568 fundamental porque eu estou tratando aqui do desenvolvimento do País. O que

2569 o Conama está colocando na mesa é adoção de recomendações da OMS,

2570 questões extremamente restritivas e em casos perto do *background* natural, e

2571 nós sabemos que é complicado você atender isso e não é à toa que nenhum

2572 País do mundo adotou isso. Não é à toa, não é por questão de

2573 responsabilidade, é por uma questão de saber onde se consegue ir no nível

2574 tecnológico que nós temos hoje. O meu posicionamento a esse aspecto pode

2575 ser, nós até poderíamos apoiar um seminário amplo, mas eu acho que teria

2576 que estar sendo discutida a questão do Pronar. Eu acho que a questão do

2577 Pronar é fundamental no processo. Era essa colocação que eu faria.

2578

2579

2580 **A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – Fico bastante feliz

2581 sempre que eu ouço as colocações da Ministra, até por meio da Marília, que

2582 casa bem de acordo com aquilo que a saúde traz de preocupação e eu fico

2583 contente que nós possamos pensar nesse momento, é o momento de nós

2584 acalmarmos os ânimos, parar e pensar. Eu tento contrabalancear aquilo que o

2585 Wanderley acabou de colocar que é um processo que leva ao desenvolvimento

2586 do País, mas por outro lado também eu entendo que nós temos que ter o

2587 desenvolvimento associado a um desenvolvimento sustentável e protetivo à

2588 população. Então, eu tenho a tendência a concordar que nós devamos ter um

2589 momento de discussão, mesmo que nós temos que entrar, parar essa

2590 discussão de padrões no momento e entrar na discussão o Pronar e depois,

2591em seguida pegar o gancho e tocar numa coisa de uma política para padrões
2592de qualidade do ar, padrão de ar para o País, aquilo que nós queremos e não
2593especificamente colocar esse nível, aquele padrão. E Wanderley sempre
2594quando nós colocamos que nenhum outro País atendeu, nenhum outro País
2595atendeu já nessas condições, mas é que a colocação é feita diferente. Pode-se
2596dizer que a Grã Bretanha tem padrões da OMS.

2597

2598

2599**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

2600**(Ibama)** – Eu vou pedir um seminário para me esclarecer, como nunca atendeu
2601e tem um padrão da OMS, mas eu não sei. Eu acho que eu vou ter que fazer o
2602seminário mesmo. Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra? Tem uma
2603questão que foi colocada aqui que eu acho que há de certa forma na
2604manifestação de São Paulo e da CNI, eu enxergo um pouco uma terceira
2605proposta, um embrião de terceira proposta, pelo menos uma questão para nós
2606considerarmos mais que é a questão do Pronar. Porque de fato nós estamos
2607tratando de coisas que são mutuamente dependentes e de maneira
2608desvinculada. Elas são sinérgicas, como disse a Doutora Mônica, mas nós
2609estamos tratando aqui um termômetro na frente da medida preventiva lá.
2610Então, não sei como nós encaminharíamos isso. Eu acho de que qualquer
2611forma a decisão dessa Câmara ela deve... Se for no sentido do seminário, eu
2612acho que ela deve apontar algumas diretrizes ou algum foco ao seminário para
2613que nós não fiquemos... A preocupação do Estado de São Paulo eu acho que é
2614legítima, nós já vivemos isso de fato aqui no Conama várias vezes. E seminário
2615é uma coisa, do ponto de vista técnico, as questões não são tão polemicas
2616como bem disse alguém que já se manifestou aqui. Eu acho que foi o Doutor
2617Wanderley. Nosso problema mesmo no Conama é a tomada de decisão
2618política. Os elementos para a tomada de decisão estão aí colocados. Temos
2619que discutir, o seminário é interessante para nós discutirmos estratégias de
2620implementação, para discutir, para entender melhor as dificuldades que os
2621Estados possam vir a ter em implementação do faseamento ou não
2622faseamento e etc... Então, nesse aspecto é fundamental. E bem lembrado pela
2623Doutora Marília aqui, não ainda nós fazemos uma Resolução que depois vai
2624ficar só no papel. Isso é uma coisa que nós sempre nos colocamos contrários
2625aqui. A ideia é de que a Resolução ela esteja em sintonia com as políticas que
2626estão sendo praticadas no País para que nós possamos com elas aferir o
2627estágio de implementação da política. Porque essa é a função, ela está dentro
2628de política, ela não é uma coisa solta no ar.

2629

2630

2631**O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Só para
2632colocar mais um ponto aqui. Assim, para salientar um pouco e valorizar o
2633trabalho da Câmara Técnica também, talvez nós pudéssemos caminhar para
2634esse seminário e permanecer fazendo os debates aqui. Talvez possamos fazer
2635o debate do texto e até encaminhar algumas coisas específicas como a
2636questão de faseamento etc., para o seminário e nós terminamos, colocamos o
2637seminário e voltamos para o caminho regular da discussão aqui da Resolução.
2638Sem nenhuma urgência, sem nenhum pedido de urgência específico, sem
2639Reunião Extraordinária e etc., mas o caminho regular em que nós terminarmos
2640os trabalhos aqui de hoje, valorizemos esse trabalho e já façamos o

2641encaminhamento para que o seminário saiba discutir a partir da Câmara
2642Técnica, ou seja, valorizando essa discussão do Conama. Talvez nós
2643possamos fazer isso como caminho do meio.

2644

2645

2646**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

2647**(Ibama)** – Reunião Extraordinária nem pensar. Eu já fiz a despedida da
2648Câmara Técnica. Brincadeira.

2649

2650

2651**A SR^a. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Eu

2652queria chamar atenção e pedir para que colocasse em tela o art. 14. A nossa

2653proposta, a proposta de São Paulo. Nós estamos solicitando do Ministério do

2654Meio Ambiente que seja encaminhado ao Conama proposta para estabelecer o

2655novo programa nacional de qualidade do ar no prazo de 12 meses, se nós

2656adiarmos isso aí. Se nós adiarmos isso, mais uma vez nós vamos estar

2657postergando e postergando. Nós temos, volto a dizer, nós temos a experiência

2658em São Paulo que essas postergações acabam só gastando tempo técnico

2659nosso porque as posições já estão, eu acho que definidas. Não consigo

2660imaginar que vai ter outros atores diferentes nessa mesa que venham a mudar

2661muito isso. E nós queríamos entender um pouco dessa proposta de seminário.

2662Como que seria, o que seria uma vez que já houve, os GTs são abertos para

2663participação de todos e como que isso funcionaria, uma vez que a própria

2664Câmara já de manhã votou pelo não retorno ao Grupo de Trabalho?

2665

2666

2667**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

2668**(Ibama)** – Só esclarecendo, o retorno ao Grupo de Trabalho já está definido

2669que não retornará o que está em discussão é já está definido também que a

2670Câmara Técnica vai passar a fazer as discussões para configuração da

2671Resolução e encaminhamentos, como já fizemos, inclusive em outras

2672Resoluções aqui, PCB, micronutrientes, nós trabalharíamos na Resolução

2673como um “Grupo de Trabalho”, mas assim, com esse nível agora de discussão,

2674que é um nível de discussão acima do Grupo de Trabalho. Então, não está se

2675discutindo voltar, o que está se discutindo é nesse momento, nesse momento

2676da discussão nós temos, nós tínhamos uma proposta que veio da reunião da

2677parte da manhã que era de nós discutirmos o texto artigo por artigo. Tem uma

2678outra proposta que eu já no início aqui aventei a hipótese metodológica de nós

2679em vez de nós irmos artigo por artigo e ir direto aos pontos que são mais

2680polêmicos, que são basicamente os valores e os prazos, e fazer primeiro essa

2681discussão de fundo para depois voltar. A terceira proposta que surgiu agora,

2682trazida pela Doutora Marília é de se fazer não essa discussão nesse âmbito

2683aqui, mas sim abrir um seminário e fazer essa discussão de prazos, de

2684viabilidade e etc. em um evento mais aberto, com uma participação mais ampla

2685principalmente nos Estados. É bem verdade que os Grupos de Trabalho são

2686aberto à participação de todos, mas nós sabemos, esse é um problema sério e

2687antigo no Conama, nem todos os membros interessados no Grupo de Trabalho

2688conseguem se fazer presentes. Os Estados são exemplo disso. Eu vou

2689destacar aqui a Doutora Zuleica, da Feam, que tem sido muito ativa nessa

2690Câmara Técnica, tem participado, trazido uma contribuição muito grande e

2691 muito importante para esta Câmara. Ela me ligou semana passada me dizendo
2692 que não tinha conseguido viabilizar a vinda dela, estava muito preocupada,
2693 mandou por e-mail alguns comentários em relação à Resolução. Então assim,
2694 não é falta de interesse é que de fato os Estados principalmente no final de
2695 mandato agora, muitos Estados têm dificuldades na questão de
2696 encaminhamento de representação para essas reuniões. E os Estados são o
2697 ponto fundamental disso, porque eles são os licenciadores das fontes fixas e
2698 são eles os responsáveis pela operação da rede monitoramento. Então, a ideia
2699 de seminário visava contemplar melhor essa questão da viabilidade de
2700 implementação, tanto da rede de monitoramento quanto do seu reflexo sobre o
2701 licenciamento das fontes fixas que é o problema do nível estadual, nas fontes
2702 móveis nós caímos aqui, Ibama e Proconve e etc. Embora tenha a inspeção
2703 veicular que também é estadual e que tem reflexo direto nisso que são as
2704 frotas mais antigas anteriores ao Proconve ou fases anteriores ao Proconve.
2705 Então, vejam que o problema de fato e aí eu volto à discussão do termômetro,
2706 o problema é que nós estamos discutindo o termômetro aqui, mas nós temos
2707 que conversar com o paciente um pouquinho. Então, essa é a... Com o
2708 paciente, com o médico, com todo mundo que vai atuar nessa na questão
2709 preventiva e na questão de como efetivar isso. As medidas necessárias,
2710 porque senão nós vamos ficar com o termômetro apontando que o paciente
2711 está com febre e ele vai morrer e pronto. Não vai adiantar nada. Por isso que
2712 eu volto a dizer, quer dizer, a questão do termômetro é importante para nós
2713 sabermos que em si o padrão não implica em uma medida concreta de
2714 prevenção. É preciso que os outros instrumentos existam, senão não tem como
2715 atuar. Se eu não tiver hospital para encaminhar o paciente, se eu não tiver
2716 medida de profilaxia para tomar o paciente vai morrer de febre.

2717

2718

2719 **A SR^a. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – Nós já tivemos seminários
2720 que nós tivemos bons resultados. O seminário serve para esclarecer dúvidas,
2721 senão temos aquele caminho, aquela via crucis do Conama. Isso vai para a
2722 Câmara Técnica, vão pedir vistas, vai isso vai para jurídica, vão pedir vistas,
2723 isso vai para o Plenário, vão pedir vistas, nós vamos ter essa Resolução
2724 minimamente em 2016 e olhe lá. O seminário pode servir, inclusive para nós
2725 abreviarmos o caminho no sentido de tirar dúvidas, de construir consensos, eu
2726 acho que N Resoluções que nós já discutimos e que nós tivemos seminário foi
2727 um processo que foi favorável à Resolução. Aquela última nossa lá da
2728 dragagem, aliás, foram vários seminários, não foi só um, foi um exemplo, era
2729 uma coisa super polêmica e nós conseguimos votar em um tempo até
2730 relativamente curto quando comparado com outras Resoluções. Eu acho que o
2731 processo de discussão, uma coisa é o GT, o GT ele tem um mandato, ele é
2732 uma coisa muito específica, não dá para comparar teve um GT não precisa de
2733 um seminário. Uma coisa é um seminário, outra coisa é um Grupo de Trabalho.
2734 E eu acho o que seminário serve, inclusive para nós podermos encurtar depois
2735 o caminho para a aprovação da Resolução.

2736

2737

2738 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Gerente de Projetos**
2739 **DConama)** – Entrando um pouco na questão do que a Maria Cristina Poli
2740 levanta, do Governo de São Paulo, se a Câmara definir pelo seminário o

2741importante para nós como Departamento de Apoio ao Conama é que
2742compreenda também e aqui haja uma definição de algumas diretrizes básicas
2743de como que essa Câmara vai se relacionar com o que sair do seminário,
2744porque aí se consegue fazer um avanço rápido. Fazendo um pouco a ponte do
2745que aconteceu de manhã com o que está acontecendo agora é que
2746efetivamente a fala de todo mundo mostrou que, embora não tenha havido
2747nenhum descumprimento e etc. e etc., não há necessidade de voltar para o GT,
2748há realmente um certo incômodo e um peso, como a Mônica, de se continuar
2749tocando uma Resolução nessa rapidez, sem aprofundar alguns pontos. Agora,
2750quais pontos são esses que precisam de um aprofundamento, aí é tarefa dessa
2751Câmara sinalizar porque senão o seminário fica no vazio e aí não faz o avanço
2752que se quer.

2753

2754

2755**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
2756**(Ibama) – Por favor.**

2757

2758

2759**A SRª. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo) – Eu**
2760queria passar a voz para Maria Helena.

2761

2762

2763**A SRª. MARIA HELENA PACHECO SCHUSTER (Governo de São Paulo) -**
2764Nós só queríamos entender, quer dizer, o ganho do seminário porque vamos
2765pensar o seguinte, nós passamos um ano no GT discutindo esse assunto, um
2766GT aberto. Preliminarmente o lema convidou todos os Estados pagando,
2767disponibilizando passagem para todos os Estados. Foi feita uma reunião com
2768os Estados, a maioria dos Estados que participou dessa primeira reunião são
2769os que estão aqui, quem participou lá é quem está aqui. Então, quer dizer, nós
2770não conseguimos entender muito o propósito de um seminário, no que um
2771seminário ajudaria nesse momento a construir um consenso e onde poderia
2772andar. Além disso, nós tivemos videoconferências também com participação
2773dos Estados, apresentação de trabalhos, todo mundo apresentou trabalhos
2774para dar suporte às discussões. Quer dizer, para nós que participamos do
2775Grupo de Trabalho, quer dizer, fica muito... É difícil, frustrante e além de
2776perceber qual seria o grande, onde que esse seminário, quer dizer, poderia
2777trazer uma luz que nós não conseguimos achar aqui. É só isso.

2778

2779

2780**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam) – Nessa linha colocada pela**
2781Doutora Adriana que eu acho bastante importante para dar os recortes devidos
2782para os próximos passos, para que também nós não percamos tempo e
2783fiquemos sempre voltando atrás do próprio rabo, nós entendemos que os dois
2784pontos cruciais que devem ser tratados com maior carinho e profundidade seria
2785essa questão dos prazos e dos episódios críticos. Eu acho que a definição da
2786temática para tanto, para esse seminário seriam esses dois pontos. Nos
2787demais, nos demais há possibilidades e vários deles já trouxeram uma
2788convergência nos posicionamentos e há, claro, possibilidade de um
2789fechamento em consenso. Então, restariam esses dois pontos centrais.

2790

2791

2792 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

2793 **(Ibama)** – Dito assim parece simples.

2794

2795

2796 **O SR. JESUÍNO ROMANO (Cetesb)** – Eu gostaria só de... Eu pessoalmente
2797 estou extremamente frustrado porque levantar quatro horas da manhã diversas
2798 vezes ao ano, vir para cá direto, ficar dois dias em reuniões, sair daqui no
2799 primeiro dia até 10h00 da noite conversando com outras pessoas, para depois
2800 de andando a coisa, de repente parar. E assim, pessoalmente também não
2801 vejo os motivos para os quais nós teríamos que fazer uma discussão em um
2802 seminário, uma vez o que difere, na verdade, existe o pessoal das ONGs que
2803 têm uma visão diferente dos Estados e CNI. E que por mais que nós tenhamos
2804 debatido no Grupo de Trabalho, debatido exaustivamente, ficou desde o início
2805 aquelas duas posições, ou seja, é um prazo menor aqui e nós querendo um
2806 prazo maior, ou de algumas coisas desse tipo. Só isso. O resto, o resto é tudo
2807 discussão que se chega em um consenso, ou seja, ou se vota ou não vai
2808 chegar nunca nos valores e prazos, não vai, não tem consenso isso daí, não
2809 tem como esclarecer é questão de princípio. Eu acho que tem que ser assim e
2810 o outro acha que tem que ser assim e não vai mais em frente. A questão dos
2811 episódios crítica não vejo problema, episódio crítico não é uma questão do
2812 padrão, episódio crítico é uma outra ação, isso aí pode jogar para Pronar, não
2813 tem, qual é o problema? Ficou aqui por algum motivo, mas padrão de
2814 qualidade do ar é padrão de qualidade do ar, aí são ações a serem tomadas.
2815 Pronar, quer dizer, eu não vejo o porquê de se parar aqui uma coisa que está
2816 andando.

2817

2818

2819 **O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**
2820 **de Janeiro)** – Eu participei do Grupo de Trabalho, mas não sou membro da
2821 Câmara Técnica. Então, eu estava calado ouvindo a todos. Para mim o grande
2822 termômetro de reflexão disso aqui foi com as palavras da Doutora Marília
2823 Marreco quando mostra que a sociedade de uma forma como um todo está
2824 inquieta. Essa inquietude que a Doutora disse que o gabinete do Ministério vem
2825 recebendo dos diversos setores da sociedade é que me faz parar e pensar.
2826 Tem que se mudar, tem que não dar continuidade ou não. Porque ela falou do
2827 setor de Governo, falou do setor produtivo e falou da sociedade civil. Então,
2828 todos os principais entes estão de uma certa forma inquietos com o que está
2829 acontecendo aqui dentro. Agora, eu queria dar o meu testemunho e o que nós
2830 vimos vivendo, o que nós vivemos no Estado do Rio de Janeiro, eu acho assim,
2831 hoje aqui nós tivemos grandes avanços com essa discussão e eu acho o que
2832 Grupo de Trabalho amadureceu e evoluiu naquilo que poderia. Primeiro
2833 identificamos que obviamente a primeira coisa que tinha ser discutida era a
2834 política, mas o que está no caminho era o padrão de qualidade. Entendemos
2835 que padrão de qualidade é um instrumento norteador e nunca de controle ou
2836 de gestão. Então, ele não vai ter uma intervenção direta no número de mortes,
2837 Doutora Evangelina, nem no número de morbidades, de nada, ele não vai ter,
2838 ele é apenas um parâmetro lá. Então, nós entendemos isso também. Então,
2839 começamos, como que nós tínhamos na possibilidade de mexer no padrão de
2840 qualidade do ar, nós limpamos o que trazia na Resolução 03, que a princípio

2841 não era padrão, deixamos para discutir com a promessa de que em um ano se
2842 discutiria o Pronar, isso foi para o Pronar e chegamos aqui no que podíamos
2843 efetivamente chegar. Primeiro decidir se o País estava apto ou não a pegar
2844 valores de referência, a pegar um valor guia da OMS e estabelecer como meta
2845 para ser o nosso padrão final. E essa é uma decisão que o País, que nós
2846 tomamos aqui dentro, assumimos esse desafio e que para mim foi o grande
2847 ganho isso tudo porque eu tenho medo dessa questão. E dentro tomamos essa
2848 decisão enquanto grupo, isso foi consenso, isso se discutiu e admitiu-se isso.
2849 Depois daí admitimos também que tinha que ser faseamento, que tínhamos
2850 que ter etapas intermediárias. Evoluímos mais um ponto. A única coisa que nós
2851 não conseguimos evoluir foi o medo demonstrado, quer dizer, a insegurança,
2852 medo é uma palavra ruim, mas a insegurança demonstrada pelos ONGs, pela
2853 sociedade civil, pelo tempo que se passou da 03 e tudo mais, de se você não
2854 colocar uma compulsoriedade para mudança das etapas intermediárias, você
2855 pode cair na mesmice que aconteceu com a 03/90. Então, o que nós estamos
2856 discutindo aqui não é um desentendimento, entendemos que o faseamento é
2857 bom, entendemos que temos que ter isso, agora, o que os Estados, nós que
2858 estamos investindo, o Estado do Rio de Janeiro nos últimos 3 anos investi
2859 quarenta e três milhões em monitoramento, em ampliar a sua rede de
2860 monitoramento. Nós entendemos e sabemos que com isso não vamos fazer
2861 nada a não ser compreender o que está acontecendo, a não ser entender onde
2862 estão os meus problemas no meu Estado e o que eu tenho que fazer, onde eu
2863 tenho que estabelecer prioridades de controle de gestão e preventiva para
2864 melhorar isso. Então, o que nós entendemos é que esse não é o principal
2865 motivo, temos que trabalhar sim na gestão e no controle. Então, tudo aqui está
2866 claro, mas eu não posso admitir como órgão do Estado que eu posso
2867 estabelecer aqui de 3 em 3 anos, ou de 4 em 4 anos, ou de 5 em 5 anos eu
2868 vou passar por uma outra fase sem analisar os resultados da minha rede
2869 monitoramento, não faz sentido. Esse instrumento ele é feito para nortear, ele é
2870 feito para me identificar onde eu tenho problema e onde eu posso ir, quando eu
2871 avanço com a tecnologia, quando eu avanço com a tecnologia de controle,
2872 quando eu avanço com a possibilidade de medidas preventivas. Então, quando
2873 a Doutora Evangelina coloca a questão que tem medo, que não tem, que o
2874 número mortes e tal, não vai ser colocar um valor maior ou menor, por maior
2875 tempo ou menor tempo que vai mudar nada, e eu tenho clareza disso. Agora,
2876 eu sei também que não adianta nós concordarmos aqui e dizer que os Estados
2877 concordam, de 3 em 3 anos muda, de 4 em 4 anos muda, o que vai acontecer
2878 é que eu vou ter um valor que de repente não vai ser cumprido. Se nós, como
2879 foi trazida aqui uma boa lembrança pelo Estado de São Paulo, para emissões
2880 nós temos até 2021 compromissos, como se eu ainda tenho isso como eu
2881 posso admitir que saía dos valores que eu tenho, de uma situação que o
2882 mundo não faz para atender todos os valores de referência da OMS e em 9
2883 anos. Gente, não dá. Então, o que nós temos aqui na realidade não é falta de
2884 discussão técnica que vai trazer esse impasse. Eu acho que nós avançamos
2885 em muita coisa, agora é uma decisão política mesmo de quem pode bancar. O
2886 que vamos fazer? Vamos respeitar o instrumento que nós temos que é o
2887 monitoramento, olhar seus resultados, analisar, alguém trabalhar isso e trazer
2888 para uma discussão e saber se eu estou apto, se o País está apto para mudar
2889 para os outros números ou não, ou se vamos estabelecer compulsoriamente,
2890 obrigatoriamente essa questão. Eu acho que esse é o cerne, não vai ser um

2891seminário, eu não consigo enxergar que ser um seminário que vai tirar essa
2892discussão, mas se nós tivermos que protelar desse momento a opinião nossa,
2893do Estado o Rio de Janeiro, da vivência que nós tivemos aqui nessa discussão
2894é devíamos realmente repensar se realmente vamos começar por um
2895instrumento norteador, um instrumento que é o termômetro, ou se não
2896deveríamos reverter e começar efetivamente pela política. Era isso que eu
2897queria dizer.

2898

2899

2900**A SR^a. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – Eu acho que tem uma
2901discussão aqui que não é nem um e nem outro. Eu acho que chegou numa
2902discussão aqui, eu achei interessantíssimas as suas colocações, eu acho,
2903inclusive o processo é que foi inverso no início e agora querer reverter esse
2904processo eu acho que aí perde o que se avançou até agora. Não adianta.
2905Então, tem que tentar avançar no que não foi avançado desde o início, mas
2906também sem perder o que se avançou até agora. Agora a ideia do seminário
2907também não é voltar à estaca zero. Tanto que a ideia é o seguinte, o processo
2908de Resolução dessa Resolução ele vai no mínimo o ano de 2015, vocês não
2909acreditem que isso vai se dar antes, por exemplo, de julho de 2015
2910minimamente. Então, qual é a proposta? É continua a discutir o texto da
2911Resolução. Vamos identificando esses pontos em que é necessário, não é uma
2912questão de discutir mais, mas de talvez esclarecer pontos em que a sociedade
2913tem demandas que esses pontos sejam esclarecidos ou pontos que possam
2914agregar outros valores à Resolução. Continua o processo de discussão da
2915Resolução porque ela já está, vamos dizer assim, regimentalmente pautada na
2916Câmara Técnica, ela vai continuar e ao mesmo tempo não invalidar a
2917oportunidade de realizar um seminário para esclarecer aspectos em que nós
2918tenhamos conhecimento que a sociedade tem se manifestado em relação a
2919isso. Eu acho que nós estamos aqui ou é isso aquilo, eu acho que foi Rio de
2920Janeiro que colocou, “eu acordei quatro horas da manhã para chegar aqui”,
2921São Paulo? “Acordei 4 para chegar aqui”. Nós não estamos falando que nós
2922vamos parar com esse processo e vamos fazer um outro processo, eu acho
2923que não é nem cá e nem lá, acho que a outra companheira de São Paulo
2924colocou isso, nós não estamos dizendo que vamos parar com o processo e
2925começar outro processo, a ideia é fazer os dois processos em paralelo. Acho
2926que um processo não anula o outro, não é porque eu estou dando segmento à
2927discussão na Câmara Técnica que eu não possa abrir uma discussão mais
2928ampla com a sociedade sobre essa questão. Eu acho que os dois processos se
2929dão simultaneamente, inclusive a discussão com a sociedade pode, inclusive
2930adiantar e avançar a discussão do Pronar, que deveria, inclusive ter se dado
2931antes da discussão específica sobre a questão de padrão de qualidade. É isso.
2932Para não se chegar em Resoluções que nós fazemos e que não alcançam.

2933

2934

2935**A SR^a. EVANGELINA VORMITTAG (Ministério Público Federal)** - Eu
2936gostaria de colocar algumas questões aqui, e eu agradeço a sua contribuição
2937na reunião. E eu vou colocar três questões que eu acho importantes para nós
2938pensarmos: eu acho que na reunião, cada grupo defende de aquilo que tem de
2939maior interesse ou preocupação, ou condição, vamos dizer assim, cada um
2940dentro do seu espaço. É completamente compreensível, eu acho que cada um

2941tem um papel e esses papéis devem se somar, e nós temos que tentar
2942entender a situação de cada um. Obviamente que se não há um consenso de
2943alguma forma isso tem que ser resolvido. A questão do seminário é muito
2944interessante porque se abre para a sociedade uma oportunidade de discussão
2945com todos os membros da Câmara Técnica ou do, sei lá, do antigo Grupo de
2946Trabalho e quem mais quiser, a discussão mais ampla sobre o tema e eu tenho
2947certeza que o que vier do seminário nos dará muito mais respaldo e força, e
2948tranquilidade para aprovação de alguma coisa. Eu acredito nisso. Eu acho que
2949as questões técnicas foram faladas, mas têm essa questão das limitações de
2950cada pessoa e naquilo que ela defende. Por exemplo, hoje saiu na primeira
2951folha da Folha de São Paulo, a primeira página, uma notícia sobre a poluição
2952do ar em São Paulo como a pior de todos os tempos, trazendo a combinação
2953em relação à questão da baixa umidade, da seca que está em São Paulo.
2954Nessa reportagem, a reportagem é uma pesquisa da própria Folha, do próprio
2955Grupo de Trabalho da Folha, não veio de ninguém e nem de nenhum de nós
2956aqui, veio da mídia, da Folha, desse veículo. E, por exemplo, naquilo que a
2957Cetesb se manifestou, na reportagem, é o que ela manifesta, que sim existe a
2958mudança do padrão, que existe o Decreto, que São Paulo está à frente e é
2959verdade, e aí o repórter rebate, mas não há prazo, não existe um prazo para se
2960determinar essa mudança, eles sabem disso. Só que poucas pessoas sabem e
2961entendem isso. Isso é a maior crítica que existe em relação ao Decreto de São
2962Paulo e se sabe muito bem o que Grupo de Trabalho que discutiu esse Decreto
2963foi muito difícil a discussão. Foi muito trabalhosa. Enfim, então, foi aprovado e é
2964realmente uma falha e uma fragilidade do Decreto nesse sentido, que é o que
2965se corre o risco de se fazer aqui. O que em relação à sociedade o que eu acho
2966muito importante apontar é que o que foi discutido no debate em São Paulo, no
2967seminário em que foi feito um manifesto que nós organizamos, o Ministério
2968Público Federal e organizações da sociedade civil, que a Cetesb não
2969compareceu ao Seminário para ouvir as coisas que foram ditas lá e se discutiu,
2970mas a Letícia do MMA compareceu. O que foi demonstrado lá é que, o que foi
2971conversado lá é que, mais do que o padrão e a questão de gestão, é o direito
2972de a sociedade saber a que ela está submetida e que isso pode lhe causar o
2973adoecimento. E a população não sabe disso. Então, é o direito de informação.
2974E junto com esse trabalho que o Proam enviou das contribuições, se fala
2975exatamente sobre isso que é o direito à informação, porque além de o padrão
2976ser mais alto ou não e que isso dificulta a comunicação mais clara e
2977transparente, esse direito da sociedade saber é importante. E hoje ela não
2978sabe, mas se ela vier a saber mais, cada vez mais sobre isso, cada vez mais
2979isso ela exigir. Se hoje ela já está inquieta, ela vai ficar mais inquieta ainda. Eu
2980acho que existe uma falha importante aqui na discussão desse tema que é o
2981fato do Pronar não ser atualizado antes da discussão da Resolução. Eu
2982acredito que se o Pronar fosse discutido antes, talvez os Estados estariam
2983talvez mais tranquilos daquilo que foi determinado em termos de gestão, de ter
2984uma condição melhor de gestão, que ele pudesse vislumbrar mais no horizonte
2985o que teria ou não de condição de ser feito. Por último, eu acho que nós não
2986podemos deixar de ter essa oportunidade de fazer o seminário e trazer esse
2987benefício à discussão do grupo. Esta é minha opinião.

2988

2989

2990A SR^a. **MARIA HELENA PACHECO SCHUSTER (Governo de São Paulo)** -
2991Eu não quero polemizar em cima da matéria da Folha que, mas só
2992esclarecendo na verdade não foi o pior ano dos últimos sete, a Folha
2993simplesmente somou, como o número de estações aumentou, eles somaram o
2994número de ultrapassagens, como nós temos mais estações, temos mais
2995ultrapassagem. Então, ficou maior. Esclarecendo também que o Estado de São
2996Paulo quando os padrões do OMS são atingidos informa que a qualidade é
2997boa, qualquer coisa acima do padrão da OMS, do valor final, a qualidade é
2998moderada, ruim ou muito ruim, diferentemente do que dá a entender a matéria.
2999Então, eu acho que vamos deixar muito claro e conforme é e de plenamente
3000divulgado em nosso site, em todas as nossas informações. Só esclarecendo
3001um pouco isso.

3002

3003

3004A SR^a. **EVANGELINA VORMITTAG (Ministério Público Federal)** - Eu nem
3005defendo a matéria e nem acho que ela está boa. Eu só estou dizendo que é
3006uma coisa que inquieta, que está presente na discussão.

3007

3008

3009A SR^a. **MARIANA (Inea/RJ)** – Eu queria trazer novamente uma reflexão que
3010em diversas vezes eu pessoalmente coloquei no Grupo de Trabalho, que é em
3011relação a essa questão aos prazos especificamente. O Rio de Janeiro em
3012nenhum momento no Grupo de Trabalho se manifestou contra o
3013estabelecimento de prazos, mas prazos para aquelas medidas e aquelas ações
3014que o órgão ambiental tem por atribuição fazer. Então, nós sempre
3015defendemos que tivesse prazo sim para que os Estados se organizassem os
3016seus planos de controle e redução que é o que efetivamente reduz a poluição
3017no ar, para que se tivessem prazos, para que fizessem estudos técnicos e
3018dados que pudessem nos embasar. Agora, prazos para migração de etapas, o
3019Instituto de Energia e Meio Ambiente por recomendação até do próprio
3020Ministério elaborou um estudo há um tempo atrás de como os padrões de
3021qualidade do ar eram revistos no mundo inteiro. Trouxe vários elementos e,
3022inclusive a necessidade de que você não tem como revisar padrão antes de
3023você ter um diagnóstico da sua situação. Como é que você tem esse
3024diagnóstico? Você tem ferramentas de monitoramento, ferramentas de previsão
3025de qualidade do ar, ferramentas de prognósticos que envolvem inventários de
3026fontes, que envolvem custo, efetividade de medidas de controle em mais
3027diversos níveis. Esse panorama inteiro e eu aí não estou falando como Rio de
3028Janeiro apenas ou São Paulo que talvez tenhamos alguns desses instrumentos
3029já elaborados, mas nós estamos falando de todos os outros Estado do Brasil
3030também, que não têm e não ver de uma hora para outra. Não é que nós não
3031temos que força-los que tenham, temos. Nós temos que arrumar mecanismos
3032que tenham, mas de uma forma que eles possam efetivamente fazer. Agora,
3033prazos para que os órgãos ambientais tenham gestão e obrigação de fazer,
3034nós sempre defendemos que tivesse. Rio de Janeiro, assim como São Paulo,
3035Espírito Santo, Minas Gerais, todos os Estados que participaram do processo
3036de discussão até hoje. Agora, prazos para aquilo nós não temos gestão,
3037infelizmente, nós chegamos a cogitar a hipótese, traz o Ministério dos
3038Transportes, não é só as ações que nós já temos implantadas como os limites
3039de emissão que nós temos até 2021 para cumprir alguns acordos, tem o

3040Proconve também para emissão veicular, tem também os programas de lema,
3041mas eles por si só não vão ser suficientes para nós chegarmos nos padrões
3042OMS, nós vamos ter que evocar outros Ministérios, transporte, o problema de
3043mobilidade urbana sem isso nós não vamos chegar em concentração
3044background. Então, não ainda nós estabelecermos prazos para aquilo que não
3045é competência única dos OEMAs ou do próprio Ministério do Meio Ambiente
3046apenas poder executar. E aí o Rio de Janeiro a todo momento se manifestou
3047contra essas dificuldades que depois só vai gerar um limitante nos
3048licenciamentos, nas judicialização dos processos de licenciamento ambiental
3049que nós vivemos essa realidade hoje. Ninguém mais dos que nós, Rio de
3050Janeiro, depois de diversas ações judiciais que nós vimos respondendo
3051queremos e precisamos de uma norma. Normas servem para que nós
3052fiquemos protegidos também. Nenhuma norma, norma nenhuma é pior do que
3053a ausência total de norma. Nós temos algo para nos balizarmos e evitar outros
3054processos. Mas desde que seja algo que nós tenhamos condições de cumprir e
3055não é pouco caso, nós vimos investindo, aumentando os esforços o Rio de
3056Janeiro especialmente tem sido feito isso de uma maneira até bastante rápida,
3057isso avançou muito. Agora, não pode dizer, nós ficamos escutando aqui coisas
3058como se tudo que os órgãos ambientais colocam têm efeito de protelar ou de
3059prorrogar ou de coisa alguma, mas não é isso. Tecnicamente há uma limitação.

3060

3061

3062**A SRª. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo) –** Eu
3063queria passar a voz para o lema.

3064

3065

3066**O SR. ADEMILSON ZAMBONI (Iema) –** Eu acho que nós, Márcio, nós
3067chegamos em um ponto AQUI na Câmara, mas é decorrente do próprio do
3068processo do GT, que eu acho que vale aí uma reflexão de todo esse caminho
3069para que não passemos por isso novamente. Então, é óbvio que quando nós
3070optamos, digo optamos porque estava uma proposta na mesa que era para
3071rever padrões, optamos por esse caminho, lá atrás existia a sinalização clara
3072que isso que não poderia dar certo. Então, eu acho que uma reflexão que nós
3073podemos tomar aqui é que nesses GTs que vão desembocar numa Resolução
3074têm que ter um acompanhamento da evolução e como isso vai se
3075comportando. Isso é um papel do Ministério, do Conama, quem está
3076coordenando para observar que existe algum momento que tem rever o
3077processo. Para depois de um ano nós não passarmos por esse trabalho. E eu
3078não fico nenhum pouco constrangido, não estou reclamando não, mas fico um
3079pouco surpreso também porque nós demos uma grande contribuição naquilo
3080que nos era possível, fazendo os estudos que a Mariana já comentou,
3081trabalhando no diagnóstico da rede de monitoramento no Brasil inteiro, fazendo
3082as simulações com relação às propostas de padrão. E há dois anos atrás nós
3083tínhamos um seminário previsto antes de começar essa Resolução. Esse
3084seminário foi previsto pelo Ministério e nós não conseguimos realizar, o
3085Ministério não conseguiu disponibilizar os meios para isso acontecer. A nossa
3086organização se dispôs a pagar esse seminário trazendo todos os Estados, e
3087nem assim foi possível. Então, mas o fato objetivo é que agora nós estamos
3088em um momento que parece que nós vamos trabalhar no todo e vamos dar um
3089tempo nessa parte. Que são padrões. Eu estou entendendo que é isso, nós

3090 vamos trabalhar então no seminário que vai focar na gestão e ao mesmo
3091 tempo consegue andando a questão dos padrões aqui dentro, ou vamos
3092 trabalhar para resolver a questão do prazo e dos limites de atenção? É isso só?
3093 Porque isso é uma coisa que nós temos que pensar para entender o trabalho
3094 que isso vai ter daqui para frente, não é mais o GT que resolve.

3095

3096

3097 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

3098 **(Ibama)** – Na verdade, a proposta que está em pauta até agora não é de parar
3099 e discutir... Nós vamos... É dentro do que nós estamos discutindo, é dentro
3100 dessa Resolução para discutir o nó que está aqui que são prazos e valores, as
3101 duas coisas. A ideia é essa. Eu comentei aqui que surgiu na paralela essa
3102 discussão do Pronar, a questão do Pronar que é a questão de discutir o
3103 programa em si e o faseamento do programa, talvez pudesse nos acalmar em
3104 relação aos prazos e fases de estabelecimento de padrões, mas isso é uma
3105 coisa que está assim, secundária, porque de fato nós começamos a discutir o
3106 padrão e a demanda que chegou para esta Câmara é só de padrão, não temos
3107 aquele mandato para discutir outra coisa a não ser o padrão que está colocado
3108 aqui. Veio do Grupo para a Câmara. O GT, quando eu digo Câmara, é o que
3109 veio do GT para a Câmara, mas o mandato começou lá no GT que era esse
3110 mandato específico e foi daí que chegou aqui.

3111

3112

3113 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Só para lembrar de também

3114 colocarmos aí na balança e na consciência que nós estamos entrando no 25º
3115 ano da vigência da Resolução 03. Passaram-se 25 anos. Discutimos aqui
3116 durante um ano 20, 15, 10, e 9 anos. No fim, uma proposta remetida para a
3117 Câmara Técnica apresentar sem prazo nenhum. Porque essa é a verdade.
3118 Falaram 12 anos aqui, falaram tal, mas é ela estabelece em termos de prazos,
3119 não traz a informação do seu prazo final. Para falar tão somente prazos
3120 intermediários e que discutido e debatido no âmbito do Conama novamente.
3121 Então, só para lembrar que nós estaremos completando no término dessa
3122 proposta de 5 anos mais 1 para debate, 31 anos em que os Estados anunciam
3123 a impossibilidade de promover, de realizar, de atender esse anseio da
3124 população. 31 anos se repete a mesma justificativa, a mesma impossibilidade.
3125 Está tudo bem aí presidente? Mas só para reforçar isso, somarmos essas
3126 datas importantes porque esses prazos, chegar ao final de 31 anos de
3127 discussões e debates para assumir que ainda vai ser necessário discutir depois
3128 para um balanço e quem sabe colocar outros padrões sabe-se lá quando. 31
3129 anos com a mesma resposta. A grande maioria dos Estados por força até de
3130 que não há qualquer imposição normativa mais clara, simplesmente deixa de
3131 fazer e é isso que vai se repetir. É isso que vai se repetir.

3132

3133

3134 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**

3135 **(Ibama)** – A posição da sociedade civil em cobrar que o Estado cumpra com
3136 alguns papéis que ele tem. Agora, nós temos que entender o seguinte, aí eu
3137 vou falar um pouco como poder público, a área ambiental. Primeiro, a
3138 sociedade, se a sociedade quer tanto assim porque é que nunca aparecem
3139 essas discussões nas eleições e nos programas políticos? Então assim, nós

3140somos solidários a vocês nessa questão, quer dizer, para todos nós que
3141estamos nessa mesa essa questão e fundamental. Essa questão é
3142fundamental. O que eu quero dizer é o seguinte... Desculpa. Mas vocês vão ter
3143que escutar porque eu não terminei de falar, recém comecei, depois vocês
3144podem até dizer que não gostariam de ter escutado, mas eu sou obrigado a
3145dizer. Nós falarmos assim o mandato legal precisa existir para que o Estado
3146faça não é bem assim. O grande problema desse País é que nós pensamos
3147que um mandato legal é suficiente para que as coisas aconteçam. Não é.
3148Lamento dizer, não é. O que nós precisamos para as coisas acontecem são de
3149políticas públicas e o mandato legal é simplesmente um dos instrumentos de
3150execução da política. Se eu quero estabelecer uma rede monitoramento de
3151qualidade do ar eu preciso ter uma política pública que viabilize a implantação
3152dessa rede, ou seja, eu preciso de recursos infinitos. Uma fonte de recurso
3153infinito para prover isso, porque isso diferentemente do licenciamento
3154ambiental, diferentemente de outros instrumentos que nós temos de gestão na
3155área ambiental, ele não tem retorno financeiro. Ou seja, eu órgão ambiental, eu
3156preciso de uma receita a fundo perdido permanente para suportar as minhas
3157ações de monitoramento ambiental. E aí eu pergunto: onde é que eu nós temos
3158em qualquer dos últimos governos que nós tivemos aqui, essa preocupação.
3159Não tem, quer dizer, a preocupação que vem dos Governos é você tem que
3160viabilizar a sua gestão. Então, aí nós cobramos taxas, cobramos isso,
3161cobramos isso e mais aquilo para poder viabilizar essa política dentro dos
3162órgãos ambientais. Agora, as questões estratégicas de monitoramento e eu
3163estou falando de ar, água e solo, para falar só de três ambientes aqui que são
3164caros para nós. Os recursos para viabilizar isso não existem neste País. E essa
3165discussão nunca aparece, nós estamos aqui enfrentando problema de água e
3166ninguém falou na questão de monitoramento, do monitoramento de quantidade
3167que poderia ter antecipado as crises que nós estamos vivendo. Não tem. Nós
3168temos deficiência nisso também. Então, o nosso problema é muito mais
3169estrutural, quer dizer, para que eu tenha rede monitoramento de ar, água e solo
3170implantada, eu preciso ter uma política pública mais do que uma lei obrigando o
3171Estado a fazer. Não adianta colocar uma lei e dizer o Estado vai ter que fazer
3172isso, se não tiver os meios jamais vai acontecer. Só isso que eu quero dizer.
3173Então, não estou aqui contrapondo a colocação que você faz que é pertinente,
3174quer dizer, é um absurdo passar 30 anos e nós não termos uma rede de
3175monitoramento, eu diria, são mais de 30 anos, porque se nós pegarmos a
31766938/81 e, aí vou fazer uma crítica à sociedade, inclusive aos órgãos de
3177controle, porque nós temos na 6938 vários instrumentos para gestão ambiental,
3178vários. Eu pergunto, daqueles vários que têm lá quantos foram efetivamente
3179implantados no País. O licenciamento ambiental. Por quê? Porque é um
3180sistema quase cartorial. Então, fica muito fácil, eu pago, apresento, recebo,
3181carimbo e pronto. Todo mundo gosta disso, os advogados gostam disso, a
3182academia gosta disso, os órgãos públicos gostam disso, o prefeito gosta disso,
3183o Governador gosta disso, todo mundo gosta disso. Agora, eu proponho um
3184outro instrumento que é: vamos só medir como é que está a qualidade do meio
3185ambiente. Só medir. Eu só vou gastar e não vou arrecadar nada. Não vou
3186poder chegar lá no órgão e mandar prender o fulano ou o beltrano porque a
3187qualidade do ar ou da água saiu do padrão. Não tenho esse instrumento,
3188ninguém vai aparecer com esse negócio. Quem é que se interessou por isso
3189até hoje? Está lá desde o início da 6938, o monitoramento ambiental, quem

3190que se interessou em implantar? Uns poucos Estados conseguiram fazer a
3191duras penas isso, às vezes com laboratórios próprios, com recursos próprios,
3192às vezes com programas nacionais que financiaram isso, às vezes com
3193acordos internacionais com a GTZ, com outros organismos internacionais
3194conseguiram implantar com alguma dificuldade e estão operando com alguma
3195dificuldade. Então, simplesmente criticar esses órgãos que estão fazendo isso
3196pelos 30 anos de... Eu acho que é reduzir a crítica e é uma crítica que todos
3197nós deveríamos assumir. Eu trago para mim também. Mas eu acho que todos
3198nós como cidadãos tínhamos que ter exigido do poder público e temos que
3199exigir do poder público que essas medidas que são estruturantes e que tenham
3200custo e que não têm retorno, porque isso não tem retorno econômico e é um
3201custo infinito, manter, operar a rede e etc., não tem condições de se manter
3202isso. Então, realmente nós precisamos de um SUS na área ambiental,
3203precisamos, mas não temos e precisamos ter receita para isso. A saúde tem
3204uma receita própria, 12% do orçamento foi para isso, constitucional. Nós não
3205temos e não conseguimos viabilizar isso na área ambiental. Então, temos os
3206nossos problemas que são problemas muito mais estruturais. E eu volto a
3207dizer, não adianta nós imaginarmos que por lei nós vamos resolver isso, temos
3208que resolver com política pública. Só esse, desculpe, se desagrada o meu
3209discurso, mas eu acho que é importante nós relativizarmos essa questão.
3210Quem olha do ponto de vista da sociedade se queixa da ausência, agora quem
3211como eu trabalho há 30 anos nesse negócio e é carente disso nisso há 30
3212anos, eu sou obrigado a dizer, a culpa não é minha. E eu lamento cada vez que
3213tem uma eleição, torno a dizer, eu lamento cada vez que tem uma eleição
3214esses assuntos que são estruturantes do País não virem à tona nunca e aí é...
3215E eu digo isso, a culpa não é dos partidos políticos e nem do não sei o quê, é
3216porque isso não é valor para a sociedade. Sejam claros, isso não é valor
3217para a sociedade, se fosse já teria aparecido. Não vou nem falar de
3218saneamento básico.

3219

3220

3221**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Sem polemizar nesses
3222pontos, apesar de não concordar com 78,4% do que você falou agora. Eu,
3223assim, lamento muito e me assusta, porque pelo que eu entendi poderemos,
3224teremos que ter em ordem de prioridade política pública e depois recursos, só
3225para ir garantindo esses dois pontos discutimos a normatização. Aí nós
3226teremos... Nós temos um cenário de País muito mais complicado do que isso.

3227

3228

3229**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
3230**(Ibama)** – Não falei isso. Eu só falei que os 30 anos eles têm uma razão. Não é
3231porque faltou lei, aliás, lei não falta. É só isso. Nós temos que entender que tem
3232uma razão e a razão é: esse é um serviço que não tem retorno financeiro. Ele é
3233um saco sem fundo, quer dizer, você vai colocar dinheiro sempre no
3234monitoramento e ele é uma informação estratégica para a gestão e pouca
3235gente nesse País investe em questões estratégicas. Investe em retorno rápido.
3236É um País que tem uma visão de curto prazo das coisas, mas isso é da nossa
3237sociedade, eu não estou aqui criticando A, B ou C.

3238

3239

3240 **A SR^a. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Quería
3241 abrir a palavra para a Maria Helena falar.

3242

3243

3244 **A SR^a. MARIA HELENA PACHECO SCHUSTER (Governo de São Paulo)** -
3245 Nós entendemos que os padrões com qualidade do ar são instrumentos de
3246 gestão. E independente deles nós temos políticas de controle de qualidade do
3247 ar, nós pegamos, por exemplo, o padrão de CO2 hoje do Conama que é um
3248 poderão muito alto, independentemente disso, quer dizer, nós tivemos no
3249 Estado de São Paulo uma redução muito significativa dos níveis de CO2 na
3250 atmosfera, como teve dos níveis de NO2, quer dizer, só o padrão por si, quer
3251 dizer, não resolve o problema, você precisa ter políticas de gestão. E o que nós
3252 defendemos em termos de mudança de etapas, na verdade é difícil você prever
3253 coisas de longo prazo, de prazos muito extensos. Então, que isso seja feito
3254 gradualmente, avaliando cada etapa de modo que façamos etapas factíveis. É
3255 lógico que nós temos que ter mente que as primeiras etapas elas talvez sejam
3256 mais fáceis, mas, à medida que nós vamos chegando mais próximos aos
3257 padrões da OMS, conseguir esses níveis é cada vez mais difícil, que implica
3258 em políticas de controle muito mais efetivas e implica até em desenvolvimento
3259 de tecnologias que, às vezes, até hoje não estão desenvolvidas. Isso vai
3260 passar por um desenvolvimento tecnológico também. E nós não vemos
3261 nenhum País do mundo propondo prazos para atingir os padrões da OMS. É
3262 uma reflexão que nós temos que fazer. E uma reflexão que nós temos que
3263 fazer também é que os níveis iniciais que nós estamos propondo nessa
3264 Resolução são muito parecidos com os padrões americanos e muito parecidos
3265 com os padrões europeus. Então, eu acho que nós temos que dar passos à
3266 medida que são factíveis, como a própria OMS recomenda.

3267

3268

3269 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
3270 **(Ibama)** – Eu acho que o problema que está em discussão aqui é mais ou
3271 menos um problema de governança sobre os resultados. Mais ou menos como
3272 se nós decidíssemos aqui, fizéssemos uma lei que o IDH do Brasil vai ter que
3273 ser X a partir de 2020. Se eu não tiver governança sobre todos os fatores que
3274 determinam a construção do IDH ele vai ser inevitavelmente descumprido. Eu
3275 acho que essa preocupação que nós que estamos do lado de cá do balcão, na
3276 área de gestão ambiental, temos em relação a essa questão. Não adianta eu
3277 simplesmente colocar em uma Resolução uma vontade. Eu preciso ter os
3278 meios para que essa vontade seja exequível. O que se propôs aqui, só para
3279 clarear. É importante nós discutirmos um pouco essas questões para nós
3280 entendermos bem onde estão as divergências porque eu acho que as
3281 divergências estão aí. O que a proposta sem prazo, como diz o Manara, na
3282 verdade não é uma proposta sem prazo, embora ela não tenha prazo, mas não
3283 é... É importante dizer isso. É importante dizer isso porque ela de fato não tem
3284 um prazo, mas ela um instrumento que determina um prazo que é o prazo de
3285 avaliação e reconsideração por este Conama. Então, na verdade, é mais ou
3286 menos como dizer assim, eu quero chegar no IDH da Bélgica e vou fazer o
3287 seguinte, vou começar agora a adotar medidas de restrição ou de incentivo à
3288 ascensão social, educação todos aqueles índices que compõem o IDH, eu vou
3289 intensificar o controle de fontes móveis, intensificar o controle de fontes fixas,

3290eu vou melhorar a minha rede de monitoramento. Eu vou fazer inspeção
3291veicular, eu vou fazer uma série de coisas e eu vou trabalhar durante 4 anos
3292vou ver como ficou o IDH. Aí eu trago aqui de novo para nós vermos. Olha
3293gente, eu fiz isso e isso. Digamos, vamos pensar em um cenário, vem aqui o
3294órgão ambiental e diz: eu fiz tudo que estava no meu alcance e não adiantou,
3295eu vou ter que falar com São Pedro para mudar as condições climáticas, com o
3296Ministério dos Transportes para mudar o modal de transporte urbano, eu vou
3297ter que falar, enfim, o limite da gestão ambiental ficou aqui. Esse é um cenário.
3298O outro cenário é eu voltar daqui 5 anos e dizer: a área ambiental não
3299conseguiu fazer aquilo que se propôs. Então, eu tenho efetivamente ainda
3300muito do que fazer do ponto de vista ambiental para que isso se viabilize. É
3301essa a questão. O problema todo é que nós começamos de novo e a Doutora
3302Marília colocou isso muito bem, o problema é que nós começamos ao contrário
3303essa discussão, nós começamos discutindo o padrão sem discutir a política. E
3304aí fica complicado, mas é o esse impasse que nós estamos vivenciando agora,
3305é isso que está colocado aqui. Então, eu sei que o pessoal gosta muito de ter
3306uma lei e poder cobrar depois e colocar na cadeia quem não cumpriu a lei, eu
3307sei que tem muita gente que gosta disso neste País, mas não funciona,
3308lamento informar. Não funciona. Então, a questão que está colocada e nós já
3309estamos tendo aqui um certo esvaziamento da Câmara. Então, eu vou pedir
3310para nós deliberarmos. Temos quórum? Algum perguntou aqui. Temos? Temo
3311quórum sim. Temos 6. Temos quórum. Nós temos. A questão é assim, nós
3312temos então a discussão é, avançamos nessa discussão aqui na Câmara
3313discutindo essas questões de prazo, as razões por ter ou não ter prazo e
3314tentamos avançar nisso? Ou paramos aqui e chamamos um seminário, o
3315seminário vai ter que se debruçar sobre isso também, a discussão só vai
3316ampliar. Quer dizer, ou nós fazemos discussão, pelo que eu entendi, o
3317posicionamento do Estado de São Paulo e do Rio é de que nós já esgotamos
3318essa discussão no Grupo de Trabalho, na Câmara não porque essa é a
3319primeira que vez que nós estamos discutindo esse assunto na Câmara, é
3320importante que friseamos isso, o pessoal que vem do Grupo de Trabalho já vem
3321careca de discutir esse tema, mas nós aqui estamos discutindo isso pela
3322primeira vez, é a segunda reunião que tem essa pauta. Na primeira foi pedido
3323vistas e, na segunda, nós estamos aqui. Só para fechar. Nós temos uma
3324discussão que é esta de nós discutirmos mais essa questão de prazos aqui,
3325depois tem ainda a questão do sistema de alerta, bem lembrando pelo Manara,
3326mas para mim a questão fundamental e estruturante é prazo e valor. Ou então
3327nós suspendemos a reunião, chamamos um seminário para discutir prazo e
3328valor e voltamos para cá de novo depois a partir do seminário. E essa é a
3329posição, pelo que eu entendi, da sociedade civil, das organizações não
3330governamentais.

3331

3332

3333**O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Só para
3334deixar claro, eu acho que o caráter do seminário não impede necessariamente
3335a discussão da Câmara. Acho que essa é a ideia. Se pretendemos e acho que
3336até mais interessante fazer isso, permanecer no debate, e quem sabe até votar
3337pontos específicos ou votar a Resolução como um todo, a ideia do seminário é
3338inclusive para depois da Câmara Técnica. A nossa ideia é a partir do momento
3339em que eu passo a ter uma outra Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e ter,

3340inclusive um Plenário atrás, onde estão todos os membros do Conama
3341inseridos e podendo pedir vistas dessa matéria e acabar com isso. Ou seja,
3342protelar mais ainda. Qual é a ideia? A ideia é uma formação de consenso, ou
3343seja, um seminário a partir de uma sensibilidade da Ministra vai existir. A
3344questão é se o seminário vai ser feito Ministério ou vai ser feito pelo Conama
3345que eu acho que pode ser mais interessante. Agora, isso não impede que esse
3346caminho permaneça, que a Câmara Técnica continue trabalhando todo o texto
3347de Resolução, caso queira, e todo a caminhada. Por isso que eu acho que
3348seria interessante nós continuemos fazendo o que estávamos fazendo desde o
3349início da manhã, continuar votando todos os pontos, continuar colocando todas
3350as questões o que não vai impedir que daqui para frente nós realizemos um
3351seminário para termos maior maturidade, como a própria Marília colocou, essa
3352discussão não vai terminar hoje, nem amanhã e nem no final do ano, vai
3353terminar só em 2015. Então, o seminário é uma ferramenta, inclusive para a
3354Câmara para poder realizar uma construção mais real e mais efetiva de
3355consenso. São dois caminhos que seguem, não é o fato de ter o seminário que
3356nós paramos a discussão na Câmara Técnica aqui.

3357

3358

3359A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Gerente de Projetos
3360DConama) – Eu queria acrescentar uma questão, A própria vinda do João
3361Paulo para a Câmara hoje mostra essa questão da preocupação que nós
3362estamos no Departamento de Apoio ao Conama, que é da efetividade das
3363Resoluções. Tem uma questão que eu gostaria de explicitar que foi falada pela
3364Mariana e depois foi falada também pelo Márcio, que não são temas que estão
3365colocados na Resolução. Eu entendo a preocupação dos Estados que vêm
3366discutindo isso há muito tempo, mas têm questões que é o que a Doutora
3367Marília colocou aqui, o gabinete está recebendo e nós como Departamento de
3368Apoio estamos sentindo, que não estão explicitadas aqui, mas que elas fazem
3369parte. Eu vou citar que uma que é um tema que é possível que entre no
3370seminário, ainda vai se amadurecer isso, é a questão de governabilidade dessa
3371Minuta de Resolução. O que o Sisnama, qual é a característica do Sisnama e
3372qual a condição que o Sisnama tem para implementar uma Resolução como
3373essa? E eu cito isso a partir de algumas coisas que foram colocadas como
3374tarefa do Ministério do Meio Ambiente. O Ministério receberá as informações
3375dos Estados e vai fazer uma apreciação e colocar para o Conama depois. Essa
3376é uma questão que historicamente foi colocada para o Conama e
3377historicamente não é cumprida. Os Estados não devolvem para o Ministério
3378algumas coisas que por Resolução Conama deveriam resolver. Então, têm
3379pendências e alguns aspectos que extrapolam a pura legalidade, mas dizem
3380respeito à efetividade, que é uma preocupação desde a vinda do João Paulo
3381para o Departamento de Apoio ao Conama. E é uma coisa que nós estamos
3382atentos. Isso seria uma matéria que não impede a continuidade da discussão, o
3383que vinha acontecendo por esta Câmara, mas que pode permear o seminário.

3384

3385

3386O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio
3387de Janeiro) – Nós somos, sempre fomos favoráveis a ampliar os processos de
3388discussão quando você tem esses embates que estamos tendo aqui e esses
3389pontos de evolução. A única coisa que o Estado do Rio de Janeiro entende e

3390que eu percebi, pelo menos entendi dessa maneira, São Paulo também, é que
3391para esta questão que nós estamos discutindo aqui, os valores eu acho até que
3392não tem muita discussão com os valores. A questão é se eu imponho
3393compulsoriedade para mudanças das etapas, ou se eu avalio... Essa é a
3394questão. Isso não há seminário no mundo, ninguém que vai falar que vai nos
3395esclarecer, isso não vai mudar. Eu acho o seminário muito bom, eu acho
3396perfeito e acho que seria extremamente salutar o passo seguinte, que é a
3397discussão do Pronar, da política, das ferramentas, de como podem resolver as
3398questões que o Doutor Márcio falou. Custa caro mesmo monitorar, não é
3399barato, é um absurdo e como que os Estados se veem com esse problema?
3400Alguns poucos Estados conseguem fazer isso da forma precária, como é dito
3401pela sociedade, de tudo que é direito, mas é onde conseguimos avançar.
3402Então, eu acho e o que nós defendemos no Rio é que se deva continuar a
3403discussão desse trabalho, dessa proposta, dessa Minuta e até de se votar
3404porque eu entendo que o seminário não vai mudar, não vai trazer nada que
3405mude esse impasse que nós estamos vivendo, que é um impasse que a
3406sociedade civil quer compulsório daqui, 3, 6, 9, ou seja, 12 ou 15 e os Estados
3407defendem que não pode ser assim, que eu posso ter um prazo para avaliar os
3408meus resultados e ver para onde eu posso avançar. O seminário não vai
3409resolver isso. Era essa a nossa posição.

3410

3411

3412**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
3413**(Ibama)** – Eu vou tentar aqui fazer um resumo do nosso impasse, porque nós
3414estamos com um impasse aqui complicado que é o seguinte. Nós estamos
3415entendendo que temos o que discutir nessa Câmara, independente do
3416seminário ser antes, durante ou depois. Nós teríamos o que discutir aqui. A
3417questão que o que nós temos que discutir é uma coisa que está um pouco
3418congelada, digamos assim. Está um pouco... As posições estão um pouco
3419intransigentes. Eu acho que vai ser muito difícil que nós consigamos aqui
3420discutir e chegar a um consenso. No Grupo de Trabalho se tentou esse
3421consenso. Nessas iniciativas que o Ministério do Meio Ambiente teve entre uma
3422reunião do Grupo de Trabalho e outra foi de tentar aproximar essas diferenças
3423que estavam consolidadas, quer dizer, de um lado os órgãos de Estado
3424pedindo um prazo bem grande e de outro o Ministério Público e a sociedade
3425civil pedindo um prazo de 9 anos. Se tentou uma discussão intermediária,
3426acabou se chegando em uma situação que seria, olha, coloca a bola em jogo
3427que a 5 anos, avalia, daqui há 4 mais um de avaliação que e é 5 anos se
3428reavalia e se discute de novo. Pelas manifestações da sociedade civil isso não
3429atende à expectativa deles, eles querem um prazo e uma... É isso? Querem um
3430prazo efetivo e um vislumbre no horizonte temporal de quando estará
3431estabelecido o padrão da OMS.

3432

3433

3434**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Só um aparte. A sociedade
3435civil e Ministério da Saúde, o Ministério da Saúde foi o primeiro que apresentou
3436a proposto de 9 anos. Abrimos mão da nossa proposta de 10 para acompanhar
3437o Ministério da Saúde de 9 anos.

3438

3439

3440 **A SR^a. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Na
3441 verdade assim, os órgãos ambientais não estão pedindo um prazo longo, o que
3442 nós estamos trazendo é uma experiência prática de gestão de qualidades do ar
3443 onde você tem várias ações para serem feitas, que não dá para ser feito em
3444 um prazo predeterminado, em uma Resolução, em um papel, isso tem que ser
3445 vivenciado na prática. Então, o que nós estamos falando não é colocar prazo
3446 longo, nós estamos falando vamos sentar para avaliar toda a situação. É isso
3447 que nós estamos falando.

3448

3449

3450 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
3451 **(Ibama)** – Eu entendi e agradeço as duas contribuições que aperfeiçoam aqui o
3452 cenário que eu estou querendo trazer, mas eles se aperfeiçoam a minha fala,
3453 mas reforçam a tese que eu estou defendendo aqui, quer dizer, de fato nós
3454 estamos com posições consolidadas, que se nós levarmos simplesmente para
3455 votação, é bem possível que nós tenhamos um lado se sobrepondo ao outro,
3456 mas vai continuar a mesma insatisfação que correu no Grupo de Trabalho, nós
3457 vamos estar transferindo essa insatisfação para a Câmara Jurídica e depois
3458 para a Plenária do Conama, como bem disse a Doutora Marília, vamos estar
3459 levando pedidos de vistas, de vistas e de vistas daqui para frente e talvez
3460 levando mais tempo ainda do que nós levaríamos se tentássemos equacionar
3461 isso. Por outro lado eu acho que o seminário também não vai resolver esse
3462 negócio, nós vamos fazer um seminário, talvez o que consigamos com isso é
3463 deixar isso mais tempo na manchete do jornal, que há quem goste disso
3464 também. Então, talvez a única coisa que nós vamos conseguir é isso, vai ter
3465 seminário, vai ter mais discussão, vai ter mais repercussão social sobre essa
3466 discussão, mas o impasse em si que está fundamentado na questão de como
3467 se implementa, ele vai permanecer e não vai se resolver. Essa é uma situação
3468 que coloca esta Câmara em uma posição muito difícil, porque se nós
3469 discutimos aqui e não avança, se nós paramos a discussão também não
3470 avança. Então, de fato nós estamos com um impasse complicado. Não vejo
3471 possibilidade de aproximação com os pontos de vista dos polos que estão aqui
3472 colocados, que já vêm colocados desde o início. Assim sendo eu não sei, quer
3473 dizer, nós continuarmos discutindo aqui talvez não leve muito longe. Nós
3474 chamarmos o seminário para a Câmara Técnica também não sei. Nós
3475 votarmos é transferir o problema daqui para a próxima Câmara. Aceito
3476 sugestões. Veja Mônica, a questão não é discussão. Porque eu acho que o
3477 impasse que está colocado é esse, quer dizer, nós estamos colocando assim,
3478 eu acho que é importante entender o que é um padrão de qualidade. Eu vou
3479 dizer, nós temos padrão de qualidade das águas superficiais, eu vou falar da
3480 minha área, que são maravilhosos. Agora, quais são os rios que estão
3481 enquadrados e que cumprem com essa situação e que o licenciamento atende
3482 essa condição de qualidade de ar? Não adianta ter padrão. O padrão é aquela
3483 história que eu disse, vamos estabelecer aqui que eu quero ter o IDH da
3484 Suécia, ou Finlândia, vamos colocar o IDH da Finlândia. Vai causar alguma
3485 mudança eu estabelecer isso em uma Resolução daqui para frente? Não. Vai
3486 ter um instrumento para a polícia vir aqui e me prender. Só isso. E vai prender
3487 a mim, porque eu que sou o cara que estou à disposição para ser preso. Esse
3488 é o impasse. Nós estamos de fato, eu não sei se uma saída não seria nós
3489 simplesmente recomendarmos, a Câmara Técnica fazer uma recomendação

3490explícita de que esta discussão fosse suspensa e que se discutisse o Programa
3491Nacional de Qualidade do Ar. Talvez aí nós de fato, aí talvez nós de fato
3492tomemos uma posição capaz de mudar essa discussão, de trazer um elemento
3493novo, porque senão nós não vamos trazer elemento novo para essa discussão,
3494nós vamos ficar discutindo...

3495

3496

3497**O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Vocês
3498podem deliberar, talvez que o seminário fale sobre o Pronar e discuta a política.
3499Podemos fazer isso, quer dizer, o seminário vai fazer essa discussão para até
3500nós conseguirmos permanecer nesse debate da parte da Câmara Técnica e o
3501seminário faz também a discussão não só nos padrões da qualidade ou dos
3502pontos de dissensos específicos, mas também faz a discussão da política, faz
3503a discussão da Pronar no seminário também como pauta paralela. O seminário
3504não vai ser um seminário sobre a qualidade do ar só, mas um seminário sobre
3505a qualidade do ar e que vá além e possa discutir políticas, como chegar nesses
3506padrões específicos. Aí pode ser uma recomendação da Câmara Técnica para
3507o seminário a ser feito em conjunto, inclusive com quem quiser.

3508

3509

3510**A SRª. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** –
3511Seminário eu acho que não é lugar para nós discutirmos política. Eu acho que
3512nós podemos na verdade trazer discussões, pontos de vistas, discutir aspectos
3513técnicos, mas não é o fórum para discussão de política. Eu acho que o fórum
3514de discussão da política é aqui. Agora, esse seminário também está muito
3515vazio, eu acho que assim, se tem essa proposta do Ministério fazer esse
3516seminário, quando vai ser, quem que vai ser chamado, como que vai
3517acontecer? Porque assim, para a Câmara dizer vamos votar e parar a
3518discussão sem nenhuma coisa fixa de quando isso vai acontecer eu acho um
3519pouco desrespeitoso demais com quem ficou um ano discutindo tudo isso.

3520

3521

3522**O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Por isso
3523a ideia de que a discussão não possa parar. A ideia seria seguir com a
3524discussão, agora, tendo a noção que essa discussão, inclusive a Resolução se
3525for ser votada e terminada, não vai ser suficiente para a construção de
3526consenso.

3527

3528

3529**A SRª. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Que
3530discussão? Que pontos? Porque eu acho que foi colocado pelo nosso
3531Secretário que não tinha sentido nós ficarmos discutindo vários pontos porque
3532tudo estava, na verdade, interligado com a questão dos prazos e dos padrões.
3533Então assim, nós começamos a discutir os itens e vimos que aquilo batia com a
3534questão dos prazos. Então assim, para continuar do que não é discussão sem
3535enfrentar esse problema dos prazos é dizer, sabe, cair no vazio.

3536

3537

3538**O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Acho
3539que a Câmara poderia pensar nisso e achar que essa é uma discussão caindo

3540no vazio, mas se pudermos talvez discutir os prazos aqui, não sei. O que for
3541melhor para essa deliberação, o que for possível para poder retirar isso, até
3542votando mesmo, se não tiver possibilidade de fazer consenso, a ideia é agilizar
3543e não parar.

3544

3545

3546**A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – Consenso não vai
3547ter, vai acontecer exatamente o que o Márcio colocou muito bem colocado e,
3548mas essa é a regra do jogo, uns perdem e outros ganham, vai para a Plenária,
3549vai para a Jurídica e vai entrar no processo o que nós estamos tentando evitar,
3550de se ter vistas, de se preparar e cada vez vai sendo retardado. Vai acontecer
3551isso. Me desculpa o colega de São Paulo, mas na saúde quando nós fazemos
3552política nós ouvimos principalmente a sociedade civil. Nós discutimos política
3553com o povo. Eu não como o meio ambiente faz.

3554

3555

3556**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
3557**(Ibama)** – É assim também. O Conama que o diga.

3558

3559

3560**A SR^a. MARIANA (Inea/RJ)** – Uma coisa que está perdida nesse pano de
3561fundo todo é o ganho imediato da aprovação da Resolução. Porque os
3562números que estão propostos para vigorar imediatamente após a entrada em
3563vigor de Resolução são números bastantes mais restritivos, como o Rudolf
3564apresentou na última reunião, do que o que vigoram hoje. Nós podemos
3565postergar essa discussão mais para frente, mas hoje nós temos ganhos de 20,
356630% a menos dos valores que hoje vigoram e que isso tudo ficou perdido por
3567hora. Então, eu acho que nós temos que pensar também que, embora tenha
3568essa discussão e que de repente nós podemos evocar o Pronar até de repente
3569para pensar com ele no faseamento, mas os ganhos imediatos que nós temos
3570de aprovação da Resolução o quanto antes.

3571

3572

3573**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
3574**(Ibama)** – Mariana, todo o esforço que nós fizemos, todo o esforço que foi feito
3575pelo Ministério do Meio Ambiente e eu confesso que eu participei acelerando
3576um pouco o processo aqui na Câmara, foi no sentido de se obter esse ganho
3577inicial do padrão. Eu estou fazendo esse discurso mais pessimista agora
3578porque eu senti na manifestação que houve não só no Grupo de Trabalho, mas
3579também no início dessa matéria aqui nessa Câmara Técnica, na reunião
3580anterior e nesta reunião também de que a intenção da sociedade civil não é
3581essa. Que o ganho que nós teríamos com um padrão não é a questão mais
3582premente, vamos dizer assim, que a questão mais premente é o objetivo de
3583atingir o padrão da OMS o mais rápido possível. Esta é a questão. Desculpa se
3584eu estiver expressando mal, nesse caso me corrijam, porque o que nós
3585buscamos foi de justamente um consenso em relação à entrada em vigor de
3586uma nova Resolução substituindo a antiga. No início dessa reunião aqui eu
3587disse vamos desacelerar e eu falei isso porque me dei conta de que não era
3588esse o objetivo, ou de repente estava com esse objetivo de acelerar, acelerar.
3589Ninguém queria acelerar. Então, não vamos atropelar nada. Se a questão é

3590 não acelerar então, eu puxo o freio de mão e aí eu puxo mesmo. A proposta
3591 que eu faço é: eu não vejo, aí eu vou falar como Presidente dessa Câmara, e
3592 como quem está tomando conhecimento e apreendendo essa Resolução
3593 agora, porque chegou para a Câmara na reunião passada. Então, eu não
3594 participei do Grupo de Trabalho, não acompanhei isso. E o Ibama não é
3595 protagonista nessa questão. Então, o que eu posso dizer é o seguinte, da
3596 forma como está eu não vejo sentido de nós levarmos essa Resolução para
3597 frente. Se é para nós levarmos com essa sensação de que o jogo está
3598 empatado e mal empatado, quer dizer, não conseguimos consenso, que nós
3599 estamos aqui com a Câmara, mais do que com a Câmara, com a
3600 representação do Conama dividida, nós vamos levar essa divisão adiante com
3601 um impasse que não tem vislumbre de consenso porque se tivesse vislumbre
3602 de consenso eu era o primeiro a insistir aqui para nós discutirmos até chegar a
3603 esse consenso. Que, aliás, é o que nós vimos por sempre discutindo nessa
3604 Câmara. Agora, se não há vislumbre de consenso, eu sinceramente, a
3605 proposta e agora eu formulo efetivamente, que a proposta que eu faço é propor
3606 ao Conama a suspensão dessa discussão e de que haja a discussão em
3607 primeiro lugar do Programa de Qualidade do Ar, do Pronar. Para só depois
3608 retomarmos a discussão do padrão de qualidade. Aceito sugestões e gostaria
3609 que nós tivéssemos um vislumbre de consenso, se não tiver, eu não vejo razão
3610 de continuar com a discussão. Porque quem parecia que estava com mais
3611 pressa não está com a pressa. Então, acabou a pressa porque a pressa toda
3612 era ter um padrão de qualidade renovado.

3613

3614

3615 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Márcio, só me permita
3616 novamente insistir que a questão do dissenso não reside tão somente na
3617 posição Estados e sociedade civil. Na verdade, são dois blocos aí que
3618 assumiram, aglutinaram as suas respectivas propostas, ficando de um lado a
3619 sociedade civil, Ministério Público Federal e Ministério da Saúde e na outra
3620 proposta a defesa pelos Estados CNI e MMA. É que a proposta foi apresentada
3621 em conjunto no GT. Nós entendemos que é bastante válida para esse
3622 momento essa proposta que você traz. Suspender essa discussão da 03 para
3623 definir o caminho pela 05, e voltarmos para discutir a definição das 03 após a
3624 clareada essa questão, quem sabe trazer elementos de melhor embasamento
3625 e persuasão para dissolver esses pontos divergentes. Eu acredito que diante
3626 do impasse é uma proposta válida.

3627

3628

3629 **A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – Eu concordo com
3630 o que o Manara colocou e queria acrescentar que eu acho que a qualquer
3631 momento nós poderíamos caminhar juntos. Assim que a discussão do Pronar
3632 amadurecer o suficiente, poderia ser retornado e andassem as duas
3633 concomitantemente.

3634

3635

3636 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
3637 **(Ibama)** – Eu vou fazer uma consulta ao Ministério do Meio Ambiente na
3638 pessoa do Doutor Rudolf. Primeiro assim, qual a sua impressão a respeito
3639 dessa decisão, mas fundamentalmente eu gostaria de uma avaliação no

3640sentido, se nós teríamos elementos para solicitar o encaminhamento de uma
3641proposta formal, de nos termos que o Conama apregoa nós teríamos que ter
3642uma minuta de encaminhamento, eu não sei se isso é submetido ao Conama,
3643ou se é só o Ministério que elabora, mas se será submetido ao Conama teria
3644que seguir todo o ritual de encaminhamento ao Conama, ou seja, teria que ter
3645uma proposta de Minuta de Resolução criando e atualizando a 05, quer dizer,
3646teria que ter uma proposta formal, alguém teria que propor a revisão da 05,
3647encaminhar a esta Câmara e a Câmara deliberar pela criação de um Grupo de
3648Trabalho e começar a trabalhar e nessa situação nós suspenderíamos a 03. A
3649revisão da 03.

3650

3651

3652**O SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** – Márcio, quem se manifesta pela
3653instituição é o mais alto. A nossa chefe de gabinete esteve aqui, deu o
3654depoimento em nome da Ministra. A única convicção que eu tenho hoje é que
3655eu vou fazer o seminário sobre esta questão este ano. A ordem foi esta. Isso
3656será feito. Eu ouvi errado?

3657

3658

3659**O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – A ideia
3660que façamos no início de dezembro, que seria mais ou menos o que nós
3661colocaríamos a nossa energia para o Plenário Extraordinário, a Câmara
3662Técnica de Assuntos Jurídicos, tem tempo para fazer, porque se temos tempo
3663para fazer uma Plenária Extraordinária, temos tempo para fazer um seminário.

3664

3665

3666**O SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** – A Gerência de Qualidade do Ar irá fazer
3667um seminário sobre esse assunto este ano, se for parte das atividades do
3668Conama, você mesmo disse isso, João, eu acho melhor ainda. Eu recebi essa
3669ordem e ela vai ser cumprida, eu não tenho dúvida disso. Agora, o que eu
3670posso compartilhar com vocês é o seguinte, nós criamos essa gerência no ano
3671de 2007, no meio da crise da fase P06 do Proconve, que vocês lembram bem
3672que foi a fase que nunca existiu, em função de problemas do óleo diesel e tudo
3673mais, não existia no Ministério do Meio Ambiente uma área sobre isso. As
3674ações eram divididas em diversos departamento e tal, o Ministro na época era
3675o Minc e nós sugerimos a criação da Gerência e ele de brinde me colocou de
3676gerente de tanto que ele gostou de ideia. Naquela época nós traçamos uma
3677estratégia de atuação que consistia primeiro em uma revisão geral de todos os
3678limites de emissão de fontes fixas e móveis no Brasil. Isso foi feito. A partir daí
3679vieram as fases P07, L06, L04, o Proconve avançou sobre as máquinas
3680agrícolas e rodoviárias, todo esse trabalho aqui do Conama. Nas fontes fixas a
3681ANA coordenou o Grupo de Trabalho mais louco da história do Conama, com
368213 subgrupos... Não é Ana Cristina Poli? É que eu chamo ela de Poli. Nós
3683nessa hora queremos fazer a coisa mais formal, não deu certo. Mas a Doutora
3684Cristina Poli coordenou um trabalho espetacular, de uma Resolução que eu
3685acho que nem teve a divulgação que teve, o que se diz que até 2021 nós
3686temos compromissos porque essa Resolução exige uma readequação de todo
3687o parque industrial brasileiro em função de normas de emissão bastante
3688rigorosas. Ou seja, eu estou dizendo que em 2007 nós tomamos essa decisão,
3689vamos realinhar todos os limites de emissão e nós vamos partir para revisão do

3690 Programa Nacional de Qualidade do Ar e na sequência virá o detalhamento de
3691 diversos programas, programas de inventário, programa de monitoramento, um
3692 programa de controle de emissões industriais mais bem encadeado e novos
3693 padrões de qualidade do ar. Em 2010 a Proam entrou com um pedido de se
3694 criar um GT sobre o padrão. E nós respondemos que aquele não era o
3695 momento, nós estávamos finalizando esse período de revisão de limites
3696 máximos de emissão e o nosso plano era esse, nós vamos terminar as
3697 emissões, vamos começar o Pronar e no segundo momento vamos ter um
3698 novo padrão. Mas os fatos nos atropelaram, a própria Ministra Izabella exigiu a
3699 priorização dos padrões e todos vocês já ouviram falando diversas vezes no
3700 Conama, a Doutora Marília disse que lamenta que talvez ela não termine o
3701 mandato com esta missão cumprida, mas nós estamos aqui tentando cumpri-la
3702 até esse momento. O que eu quero dizer com isso é que nós estamos desde
3703 2007, já são 7 anos, agindo de uma maneira planejada para a reestruturação
3704 do arcabouço regulamentar das emissões do Brasil. Houve essa troca, vê que
3705 seria melhor primeiro revisar o Pronar e depois os padrões, era o nosso plano.
3706 E isso mudou. As prioridades políticas se impõem e nós sempre dissemos, nós
3707 articulamos com todos vocês durante esse ano que passamos conversando no
3708 GT isso, vamos sim fazer o padrão e isso talvez seja a motivação política que
3709 nós precisamos para termos em um segundo momento o Pronar realinhado.
3710 Nós criamos esse argumento até para nos fortalecer e para que tivéssemos
3711 também as forças políticas de estabelecer em padrão novo. Então, foi nesse
3712 sentido que nós trabalhamos ao longo desse ano. Na última reunião eu
3713 apresentei aqui algumas... Só de SO₂ o ganho seria de 82% na primeira etapa.
3714 Isso vai até o CO que não tem nenhum ganho porque lá atrás ele já foi
3715 rigorosíssimo, tanto que esse velho e maltratado padrão vigente, em termos de
3716 monóxido de carbono é mais exigente do que os valores guias da OMS.
3717 Márcio, eu não sei o que você me perguntou, mas eu esqueci, mas o fato é que
3718 eu acho que isso. Nós recebemos um comando e iremos cumpri-lo. Em termos
3719 de desdobramento das atividades eu já cheguei a pensar em um certo
3720 momento, por que nós não fazemos um padrão novo que é só a primeira etapa
3721 e depois do Pronar faz o resto? Mas eu fiquei quietinho, falei, não vou inventar
3722 confusão não porque só essa primeira etapa já é um grande ganho e essa
3723 primeira etapa que eu achei que ia ser 1º de janeiro, já vi que vai ficar para 16.
3724 Esse ganho que é extremamente substancial, que eu imaginava em 1º de
3725 janeiro de 2015, pelo menos de 16. Se nós vamos fazer o Pronar antes, essa
3726 discussão dos padrões é bem simples perto da discussão do Pronar. Quando
3727 nós dissemos que em 12 meses apresentaríamos uma proposta eu fui muito
3728 otimista. Obrigado, Márcio.

3729

3730

3731 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
3732 **(Ibama)** – Eu sempre fico preocupado com as consequências desses impasses
3733 que nós temos aqui. Eu vou recuperar o impasse que nós tivemos com a
3734 questão de micronutrientes. O resultado daquele impasse é que nós estamos
3735 há 3 anos recebendo tudo que é porcaria de resíduo sendo utilizado como
3736 micronutrientes. Porque se determinou que ia fazer um seminário para discutir
3737 e até hoje não foi feito seminário, parou o impasse, não se quis enfrentar
3738 reclamo o dissenso que houve na Câmara. E ficamos assim, quer dizer, parece
3739 que para que a sociedade melhor ficar sem padrão do que ficar com o padrão.

3740Isso é complicado. Eu estou dizendo que parece, não estou dizendo que é, o
3741resultado acaba sendo esse, concretamente acaba sendo esse. Então, isso de
3742fato é uma questão complicada, mas não vejo ânimo aqui para nós discutirmos,
3743quer dizer, eu digo sempre, nós discutirmos com um vislumbre de avançar é
3744uma coisa. Nós discutirmos sabendo que nós vamos chegar na Câmara
3745Jurídica e vai ter um pedido de vista na Plenária, vai ter outro pedido de vista e
3746que nós vamos para 2016 de qualquer jeito, se nós já vamos para 2016 de
3747qualquer jeito então, não vamos aqui gastar energia em uma coisa que já está
3748definida que não é interesse em que avance esse padrão. Esse que está
3749colocado aí de 5 anos. Eu entendi bem a colocação. Eu acho que está muito
3750claro, Manara, não tem aqui nenhuma questão. Está muito claro que o objetivo
3751da sociedade civil junto com o Ministério da Saúde, junto com Ministério
3752Público é estabelecer o padrão de qualidade do ar da OMS o quanto antes
3753possível neste País, o quanto antes possível nesse País. Isso está claro. E que
3754a proposta que até onde eu entendi é uma proposta de se fazer em 9 anos, em
37553 fases de 3 anos. Essa flexibilidade já sumiu porque já houve o impasse aqui
3756em relação a isso. Ou está valendo o máximo de 15? Se está valendo o
3757máximo de 15... Nós paramos de discutir a Resolução por quê? Está sim. Tem
3758uma proposta de que o prazo máximo seja de 15 anos. Uma proposta. O que
3759eu estou dizendo é o seguinte, eu gostaria de vislumbrar a possibilidade, eu
3760estou dizendo desde que começou essa reunião, eu gostaria de vislumbrar a
3761possibilidade de nós chegarmos a um consenso aqui e poder ter uma
3762Resolução aprovada pela Câmara, sendo endossada Câmara Jurídica por essa
3763Câmara e sendo endossada por essa Plenária por essa Câmara. Só que em
3764vez de ter uma discussão o que nós tivemos aqui foram inseguranças tão
3765grande em relação a essa possibilidade de consenso que todo mundo está
3766propondo qualquer outra coisa que não seja discutir a Resolução. Faz
3767seminário, faz não sei o quê, para aqui e faz aquilo lá primeiro que isso aqui
3768porque ninguém quer discutir porque acha... E essa é a sensação que eu tive,
3769eu estou dizendo que estou entendendo nessa discussão agora, a sensação que
3770eu estou tendo aqui é que nós estamos com blocos monoliticamente
3771consolidados, com pouca flexibilidade de parte a parte para se chegar a um
3772consenso. Se isso é verdade não vou ficar dando murro em ponta de faca,
3773agora se há um vislumbre de que nós podemos chegar, a proposta que eu fiz
3774no início permanece, vamos tentar chegar a um acordo em relação ao prazo,
3775havendo o acordo em relação ao prazo vamos discutir a Resolução. Porque me
3776parece que o seminário, embora haja uma determinação de fazer o seminário,
3777como disse o Doutor Rudolf, teremos um seminário. Também foi dito pela
3778Doutora Marília Marreco que nós podemos continuar discutindo, apesar de que
3779vai ter o seminário. Então, uma coisa não inviabiliza a outra. O seminário é uma
3780iniciativa do Ministério do Meio Ambiente preocupado em ampliar essa
3781discussão com a sociedade. E a Câmara Técnica pode avançar em relação a
3782essa questão. Agora eu torno a dizer, eu como trabalhador da área ambiental
3783aqui eu fico muito incomodado com essas coisas. Nós temos a possibilidade de
3784ter um padrão de qualidade melhor ano que vem, nós jogarmos isso para daqui
37852 anos é ruim. Nós temos a possibilidade de ter uma Resolução que
3786regulamenta o uso de resíduo para fazer micronutriente nesse País em 2011 e
3787nós estamos em 2014 sem nenhum instrumento regulatório é muito ruim. Nós
3788temos uma Resolução de PCB que colocaria o setor pelo menos inventariar o
3789que temos de PCB nesse País a partir do ano que vem e entrar no ano que

3790vem sem ter isso é muito ruim. E é isso que nós estamos vivenciando aqui,
3791quer dizer, é uma série de questões que parece que vale mais a polêmica do
3792que um ganho ainda que pequeno. E eu me inclino para ter ganhos pequenos e
3793consecutivos porque com uma série de ganhos pequenos nós chegamos em
3794grandes ganhos, mas estamos aqui em um parlamento, portanto, parlamento
3795tem dessas coisas, o próprio nome diz.

3796

3797

3798**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Eu vou insistir. A
3799sociedades civil ela não é contra e não, como você coloca, a sociedades civil
3800parece que não entende que é importante e é contra o estabelecimento de
3801padrões. Não é isso. Em nenhum momento nós comentamos isso, apontamos
3802isso, dissemos isso, em nenhum momento. Repito que a defesa do
3803posicionamento da sociedade civil está junto com o Ministério da Saúde e
3804Ministério Público Federal. E repito também que nós defendemos sim padrões
3805em um prazo máximo, e somos contra essa proposta que nós entendemos que
3806é inócua. É esse o nosso ponto. Não é que nós somos contra, como você já
3807falou 3 vezes, parece que a sociedade civil é contra. Não é. A sua leitura está
3808equivocada.

3809

3810

3811**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
3812**(Ibama)** – Aceito a crítica, mas também sou obrigado a dizer, é inócua por
3813quê? Se nós vamos ter uma melhoria de padrão de qualidade a partir do ano
3814que vem, onde está inócua dessa proposta?

3815

3816

3817**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Eu vou pedir para a Doutora
3818Evangelina explicar com mais propriedade onde é inócua.

3819

3820

3821**A SR^a. EVANGELINA VORMITTAG (Ministério Público Federal)** - A questão
3822é o seguinte, para a primeira mudança do padrão basicamente não se tem
3823diferença em termos do que hoje existe em nível de poluição. Nível de poluição
3824hoje ele é igual, talvez menor do que se apresenta o nível nos Estados. Então,
3825nesse sentido, do ponto de vista da mudança da leitura, ou da informação à
3826sociedade, não traz o benefício de fato. Então, se prefere que se aprove uma
3827proposta mais eficaz do ponto de vista de determinação de prazos para se
3828alcançar mais rápido os prazos, os padrões mais importantes nesse sentido.

3829

3830

3831**A SR^a. MARIA HELENA PACHECO SCHUSTER (Governo de São Paulo)** -
3832Nós entendemos que tem sim um ganho. É só você pegar o padrão de PM 10
3833que tem 20% do padrão anual. Tem a introdução das particulares inaláveis que
3834é também uma solicitação, quer dizer, até o Ministério da Saúde colocou esse
3835padrão, todo mundo entende que é importante e essa Resolução introduz esse
3836padrão que é uma coisa muito importante que hoje nós não temos. Então, tem
3837um padrão de chumbo, você tem uma série de padrões e os Estados
3838ultrapassam alguns padrões desses. Então, nós temos um ganho imediato sim.

3839

3840

3841**A SR^a. EVANGELINA VORMITTAG (Ministério Público Federal)** - É verdade
3842PM 2,5 tem essa importância em relação ao resto que basicamente não teria.
3843Mas nós achamos que a conquista em relação ao prazo é mais importante do
3844que aprovar uma proposta sem prazo porque precisa ser analisada durante
3845cinco anos para se manter igual. Esta é a opinião.

3846

3847

3848**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
3849**(Ibama)** – Então, quais são as propostas de encaminhamento? Então, a
3850proposta é: esta Câmara suspende os trabalhos até a realização do seminário
3851organizado pelo Ministério do Meio Ambiente e depois retoma a discussão em
38522015? É isso? Eu estou propondo, eu estou provocando vocês, eu quero saber
3853quais são as propostas. Vocês que vêm de Grupo de Trabalho que estão
3854discutindo isso é que têm que fazer a proposta, nós somos aqui Câmara
3855Técnica.

3856

3857

3858**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – A proposta de
3859encaminhamento do Pronar, seria uma só? Uma proposta de encaminhamento
3860só? A suspensão no início do...

3861

3862

3863**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
3864**(Ibama)** – Eu entendi que essa proposta que eu tinha feito de suspender e
3865discutir o programa, a revisão da 05, eu entendi que isso caiu por terra porque
3866nós vamos ter o seminário de qualquer forma, isso vai levar a necessidade de
3867se fazer uma nova proposta. Nós vamos perder o padrão de qualidade de
38682015. Não vejo muito sentido, mas também dá para manter, se alguém quiser
3869apresentar essa proposta, eu perdi o interesse em defender, mas se alguém
3870quiser apresentar, está em aberto, eu estou colocando em aberto para nós
3871definirmos a proposta de continuidade do trabalho dessa Câmara. Pode ser até
3872continuar discutir a Resolução. Embora eu não sinta nenhum ânimo, e duvido
3873que nos Conselheiros para nós continuarmos essa discussão do ponto que
3874está. Como eu falei, nós gastamos energia em uma coisa que nós não
3875acreditamos que vá ter resultado é difícil. Então, esse é um problema. A partir
3876daí nós temos que encontrar uma saída, onde nós vamos buscar alternativas
3877de saída. Uma proposta foi vamos fazer um seminário, essa proposta foi
3878rebatida aqui dizendo que seminários tiveram vários, que o seminário em si não
3879vai resolver e que isso não vai trazer maiores ganhos, embora vá haver o
3880seminário. A terceira alternativa era essa que eu falei, vamos propor que
3881alguém entre com um pedido aqui de revisão da 05. Isso terá que ser feito
3882naturalmente vai ter que passar pela pelo Cipam, vai ter que entrar depois na
3883Câmara Técnica constituir um Grupo de Trabalho, quer dizer, vamos aí de novo
3884para a metade de 2015 nessa brincadeira. Então, o cenário que está colocado
3885e o seguinte, concretamente eu tinha falado isso na reunião passada, eu falei
3886que estava com pressa em função disso porque veio para mim uma demanda
3887de pressa, veio do Proam, veio da Ministra a informação de essa Resolução é
3888importante, essa Resolução tem que sair o quanto antes. Fizemos Reunião
3889Extraordinária por causa disso, essa aqui é uma reunião extraordinária por

3890 conta dessa Resolução, especificamente é o único ponto de pauta e aí quando
3891 nós fazemos Reunião Extraordinária para tratar de um único ponto de pauta
3892 que é urgente para todo mundo eu descubro que não é urgente para ninguém.
3893 Então, eu sinceramente como Presidente da Câmara eu tenho vontade de dizer
3894 bom vamos para 2016. Esta é a sensação, eu estou sendo muito honesto aqui
3895 com vocês, eu fiz um esforço, fizemos todos um esforço para estar aqui hoje
3896 em uma reunião extraordinária para atender uma demanda que tinha urgência,
3897 estava na pauta do Proam, estava na pauta da Ministra como uma questão
3898 urgente. Parece que essa urgência se perdeu, nós poderíamos até ter
3899 suspenso essa reunião porque de fato a reunião não aconteceu. Então, a
3900 sensação que eu tenho é muito ruim, a sensação é que não só eu, mas de que
3901 todos nós aqui gastamos uma energia para atender um interesse que não
3902 havia. Eu não estou falando de vocês, eu estou falando inclusive do Ministério
3903 do Meio Ambiente que está propondo o seminário. Eu estou falando que a
3904 urgência que chegou para nós, gente eu vou lembrar a última reunião que nós
3905 tivemos, nós tivemos a reunião e houve um pedido de vistas dessa Resolução.
3906 Aí nos disseram, esta Resolução é importante, há uma pressão do Ministério,
3907 do Proam de que essa Resolução saia. O que nós fizemos? Convocamos uma
3908 reunião extraordinária para poder tratar dessa Resolução. Não é nenhuma
3909 crítica, Manara. Eu entendo a posição de vocês, não tem nenhum problema
3910 com isso. É legítimo e está muito clara a posição de vocês, não tanto nenhum
3911 problema com isso. Eu estou falando aqui do ponto de vista da reunião está
3912 sendo uma reunião extraordinária sem motivação em todos os sentidos. É
3913 complicado, mas eu gostaria que houvesse... Eu vou retomar. Então, uma
3914 proposta é continuar a reunião e tentar discutir alguma coisa. A segunda
3915 proposta é suspender até a realização do seminário do Ministério do Meio
3916 Ambiente. A terceira é suspender até que apareça uma proposta de revisão da
3917 05. E aí alguém tem que trabalhar na proposta de revisão da 05. Alguém tem
3918 mais alguma proposta? Senão vou colocar em votação e encerrar a reunião.

3919

3920

3921 **O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** – Só para
3922 colocar um pouco mais claro, reiterando um pouco esses passos desse
3923 histórico, a priori a questão é o Ministério do Meio Ambiente, falo aqui como
3924 DConama, mas também como Ministério do Meio Ambiente, é extremamente
3925 sensível a matéria, essa sensibilidade que trouxe essa necessidade de
3926 urgência para a matéria. O que a Ministra está tendo agora como outra
3927 sensibilidade foi perceber ao longo desse tempo que qualquer ganho que não
3928 seja reconhecido, qualquer ganho que não reconhecido pela sociedade civil
3929 não é verdadeiramente um ganho, pode haver problemas, pode haver
3930 problemas de implementação, problemas inclusive de reconhecimento disso
3931 em uma esfera ambiental onde nós precisamos de reconhecimento da
3932 sociedade civil para trabalhar. Isso vem acontecendo já há um tempo, na última
3933 reunião Plenária, quem estava lá viu, a Proam veio e apresentou vários
3934 questionamentos para isso que sensibilizaram a Ministra. Isso que estamos
3935 colocando a ideia de realizar um seminário, por isso que nós estamos falando
3936 de construção real de consensos. Ou seja, o seminário não impede a
3937 discussão na Câmara, o seminário visa a fazer é que esse ganho que a
3938 Câmara pode fazer e que pode ser colocado seja em chumbo, seja em que for
3939 o ganho especificamente, seja explicitado, debatido e se for o caso

3940reconhecido pela sociedade civil. Por isso que nós estamos dizendo que
3941estamos discutindo política no seminário, o que nós estamos discutindo no
3942seminário é como nós podemos fazer essa reunião de uma Câmara Técnica
3943que tem mandato para Câmara Técnica, não ser simplesmente uma reunião
3944técnica, mas uma reunião onde exista o reconhecimento da sociedade civil,
3945que vem diuturnamente colocando tanto para nós do DConama como
3946diretamente para a Ministra alguns questionamentos e considerações sobre
3947isso. Então, é essa sensibilidade que a Ministra está inserindo nesse espaço,
3948ou seja, a urgência permanece, a grande questão que é se essa urgência não
3949for feita em conjunto, *pari passu* e reconhecida pela sociedade civil pode ser
3950uma urgência realmente de alguma forma inócua, o seminário vai ser feito para
3951que nós tenhamos a garantia política de que a situação técnica, a resposta
3952técnica seja a mais adequada possível, ou seja, a urgência permanece, o que
3953nós percebemos é que, e foi o exemplo que o Márcio colocou da questão de
3954PCB, que vocês todos aqui dedicaram horas para poder chegar a um texto
3955final, o que tivemos foi que imediatamente a discussão foi protelada na Câmara
3956Técnica de Assuntos Jurídicos porque ali nós temos inclusive a presença do
3957próprio Ministério Público, não diretamente, mas indiretamente envia uma outra
3958ONG da sociedade civil que fala: “não tenho ainda o reconhecimento dessa
3959matéria, não fui consultado de forma suficiente, eu vou pedir vistas e eu vou
3960protelar ainda mais esta história”. É isso que estou dizendo desde o início aqui,
3961o seminário não está para atrasar a discussão, pelo contrário, está para ganhar
3962uma efetividade e reconhecer esse ganho que vocês estão fazendo aqui no
3963cotidiano. Essa é a sensibilidade da Ministra nesse sentido.

3964

3965

3966**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
3967**(Ibama)** – Ok. Alguém tem mais alguma proposta de encaminhamento, senão
3968eu vou colocar em votação.

3969

3970

3971**A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – Na verdade o que
3972estava entendendo até agora é que nós continuaríamos com a discussão, esse
3973seminário só viria para isso, para aclarar a situação, ia ocorrer
3974concomitantemente e para que se evitasse que futuramente isso fosse o
3975pedido, eternos pedidos de vistas em outras Câmaras. Era esse o
3976entendimento que eu estava tendo, até pela conversa que a Marília colocou
3977que eram coisas que ocorreriam concomitantes. É isso?

3978

3979

3980**O SR. JOÃO PAULO DE FARIAS SANTOS (Diretor do DConama)** –
3981Corretíssimo.

3982

3983

3984**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
3985**(Ibama)** – Agora fui eu que não entendi. Você fala continuar com qual
3986discussão? Se a discussão fundamental que é a discussão dos prazos está em
3987um impasse que não tem possibilidade de contorno, se remete ao seminário
3988para tentar resolver o impasse no seminário, não temos mais o que fazer aqui.
3989Eu acho que não. Vocês acham que nós temos alguma coisa que fazer aqui?

3990Se temos, é por isso que eu digo tem três propostas, uma é continua a
3991discussão aqui hoje e amanhã, com esse entusiasmo que estou vendo em
3992todos. Ou suspendemos e fazemos o seminário. Ou suspendemos e apesar do
3993seminário que vai ocorrer qualquer maneira aguardamos não o seminário em
3994si, mas aguardamos a proposta de revisão da 05. São três propostas que estão
3995aqui, todas elas para um futuro presidente desta Câmara e para uma futura
3996Câmara de Qualidade, que não haverá mais reunião da Câmara de Qualidade,
3997esta é a última. Lamento nós terminarmos de maneira tão melancólica, mas é
3998isso que nós temos. Então, essas são as três propostas que eu estou
3999colocando para a apreciação dos senhores.

4000

4001

4002**O SR. CARLOS ALBERTO FONTELES SOUZA (Governo do Estado do Rio**
4003**de Janeiro)** – É um pouco frustrante, mas eu acho que se avançou muito. Eu
4004não consigo entender não se falar que é avanço ter como meta os valores
4005finais da OMS. Eu não consigo entender não se falar que é avanço numa
4006primeira etapa os ganhos que se têm nos padrões, nesses valores. Você falou
4007é só chumbo, é só PM 2,5, mas a importância do PM 2,5 é muito grande. Ela é
4008o fator imenso. Então, nós não podemos ser tão derrotistas. Agora eu falo pelo
4009Rio de Janeiro em termos de órgãos ambientais, eu não teria a menor condição
4010aqui de assumir qualquer coisa diferente de que eu estaria aceitando seja o
4011prazo que for, sem que seja monitorado, avaliado e discutido. Não posso, não
4012tenho essa autonomia, volto para o Rio de Janeiro dispensado das minhas
4013funções. Essa condição eu não tenho de alterar aqui, infelizmente. Qualquer
4014proposta para nós nos daria um... Eu estou frustrado é dessa possibilidade de
4015parar que nós vamos efetivamente parar, isso está me frustrando porque nós
4016ganhando. O Rudolf brincou ali em uma proposta tímida de uma etapa, até isso
4017que fica meio capenga eu achei que poderia ser uma tábua da salvação, mas
4018nós podemos pensar aqui em efetivamente tocar esse texto, fazer esse texto e
4019deixar que o seminário e a própria proposta do Pronar estabeleça esse
4020mecanismo. Vamos discutir e ele vai estabelecer o mecanismo se vai ser o
4021compulsório ou não, mas nós temos os 4 anos. E nós temos esses ganhos
4022iniciais. Agora simplesmente largar tudo isso aqui, gente, 2018, 2020, vamos
4023estar no mesmo lugar. Vamos estar no mesmo lugar. Pelo amor de Deus. Os
4024ganhos são significativos. Vamos pensar, vamos tentar trazer coisas melhores.
4025E essa oportunidade de ter a OMS como meta em todos os padrões, em todos
4026os parâmetros de poluentes atmosféricos. Eu realmente eu não tenho mais o
4027que dizer não.

4028

4029

4030**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
4031**(Ibama)** – Eu vou colocar em votação da seguinte forma: pela continuidade
4032dessa reunião e discussão da Resolução, ou pela suspensão da discussão. Se
4033nós deliberarmos pela continuidade, amanhã nós retomamos os trabalhos com
4034outro ânimo, eu espero, nós chegamos em casa, dormimos bem, tomamos um
4035banho bem frio de manhã e vimos para cá com o objetivo de tentar avançar na
4036Resolução. Então, eu vou colocar em votação simplesmente continuamos a
4037reunião amanhã discutindo e tentando avançar, ou suspendemos? É só essa
4038deliberação para nós não ficarmos com três propostas, senão fica muito
4039complicado. Se nós deliberarmos por suspender, se nós deliberamos por

4040continuar eu ainda vou querer que estabeleçamos aqui como é que vamos
4041continuar. Se nós vamos voltar à discussão do texto ou se nós vamos direto
4042para impasse. Ou deixamos o impasse para o seminário de lado e vamos para
4043o texto. Se nós deliberarmos pela interrupção, aí nós vamos discutir, deliberar
4044se essa interrupção é para após o seminário ou se é até a apresentação de
4045uma discussão para revisão da 05. Está bom assim? Então, vamos lá, em
4046regime de votação. Primeira lista aqui. Mônica, vamos lá Mônica.

4047

4048

4049**A SRª. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** – Eu voto pela
4050continuidade da discussão amanhã.

4051

4052

4053**A SRª. MARIA CRISTINA POLI (Governo do Estado de São Paulo)** – Eu
4054voto pela continuidade da discussão amanhã.

4055

4056

4057**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Paralização.

4058

4059

4060**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Continuação.

4061

4062

4063**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Proam)** – Paralização.

4064

4065

4066**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Funpapi)** – Nós combinamos que
4067continuaríamos discutindo, mas que ela não seria aprovada nessa reunião. Não
4068foi isso? Discutindo artigo por artigo, mas não aprovar em si a Resolução, foi
4069isso que nós acordamos desde o início? Continua discutindo, mas sem aprovar
4070a Resolução.

4071

4072

4073**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
4074**(Ibama)** – Bem animado eu vou votar por continuar a discussão.

4075

4076

4077*(Palmas!)*

4078

4079

4080**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - Presidente da CTQAGR**
4081**(Ibama)** – Superando aqui todos os meus... Que horas começamos amanhã?
40828h30? Eu tenho um problema, 09h00 para mim é complicado porque eu vou no
4083Conama, vou no Ibama e venho para cá. Mas tudo bem, vocês preferem 9h00?
40849h00. Eu sigo... Então, a decisão é continuar a discussão amanhã e aí a
4085discussão, eu só quero uma última questão, deixamos o impasse de lado e
4086discutimos o texto. É isso? É isso. Está bom. Então, voltamos ao meio dia...
4087Amanhã às 9h00 da manhã estaremos em meio dia de hoje. *(Risos!)*.
4088Obrigado. 9h00.